NOVO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO

PORTUGUÊS 12

PRÉ-UNIVERSITÁRIO

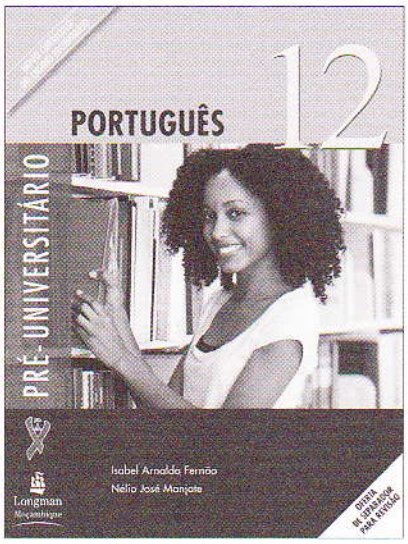
AMO A VIDA

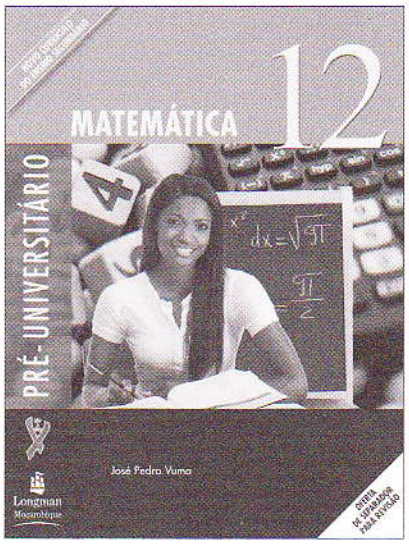
Isabel Arnaldo Fernão
Nélio José Manjate

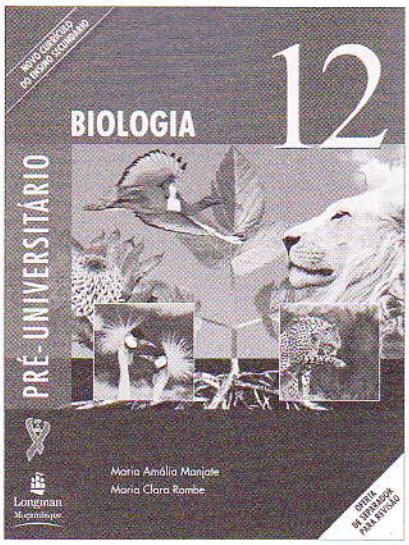
Longman
Moçambique

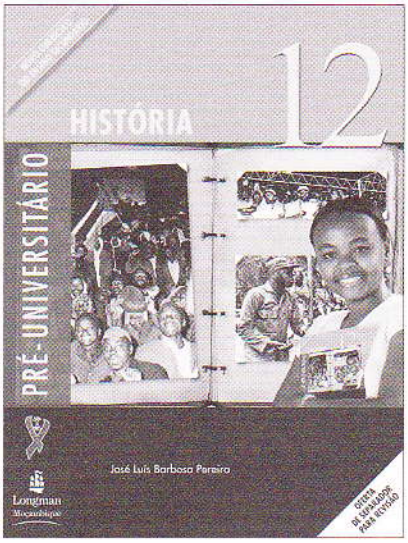
OFERT
DE SEP
PAR

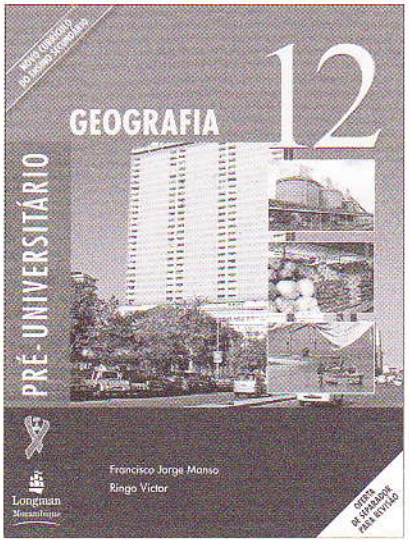
Títulos disponíveis para a 12.ª Classe

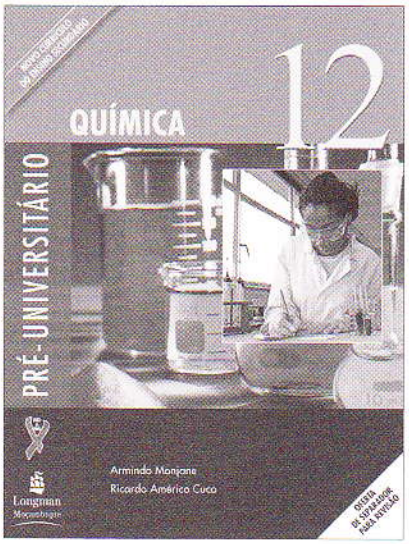


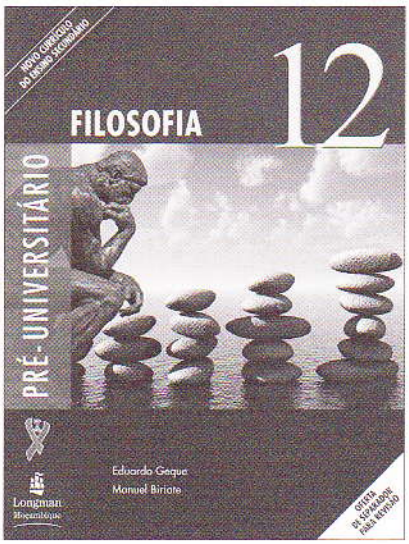


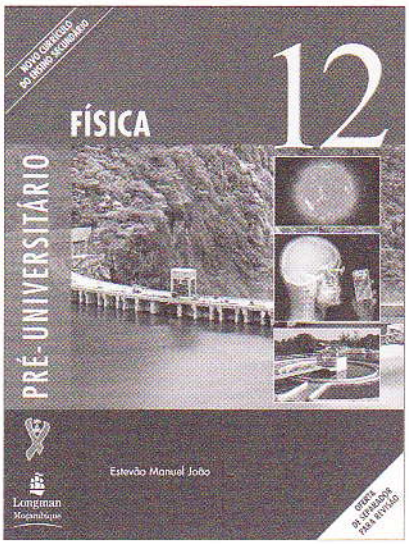


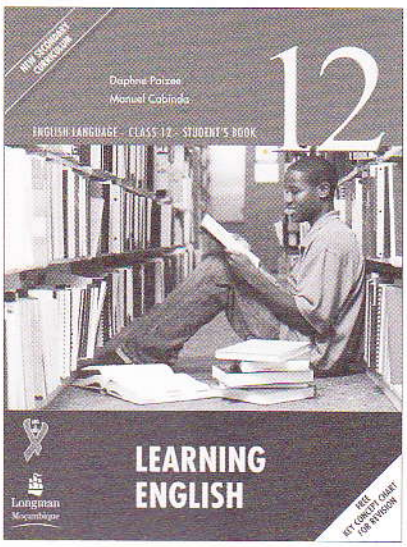






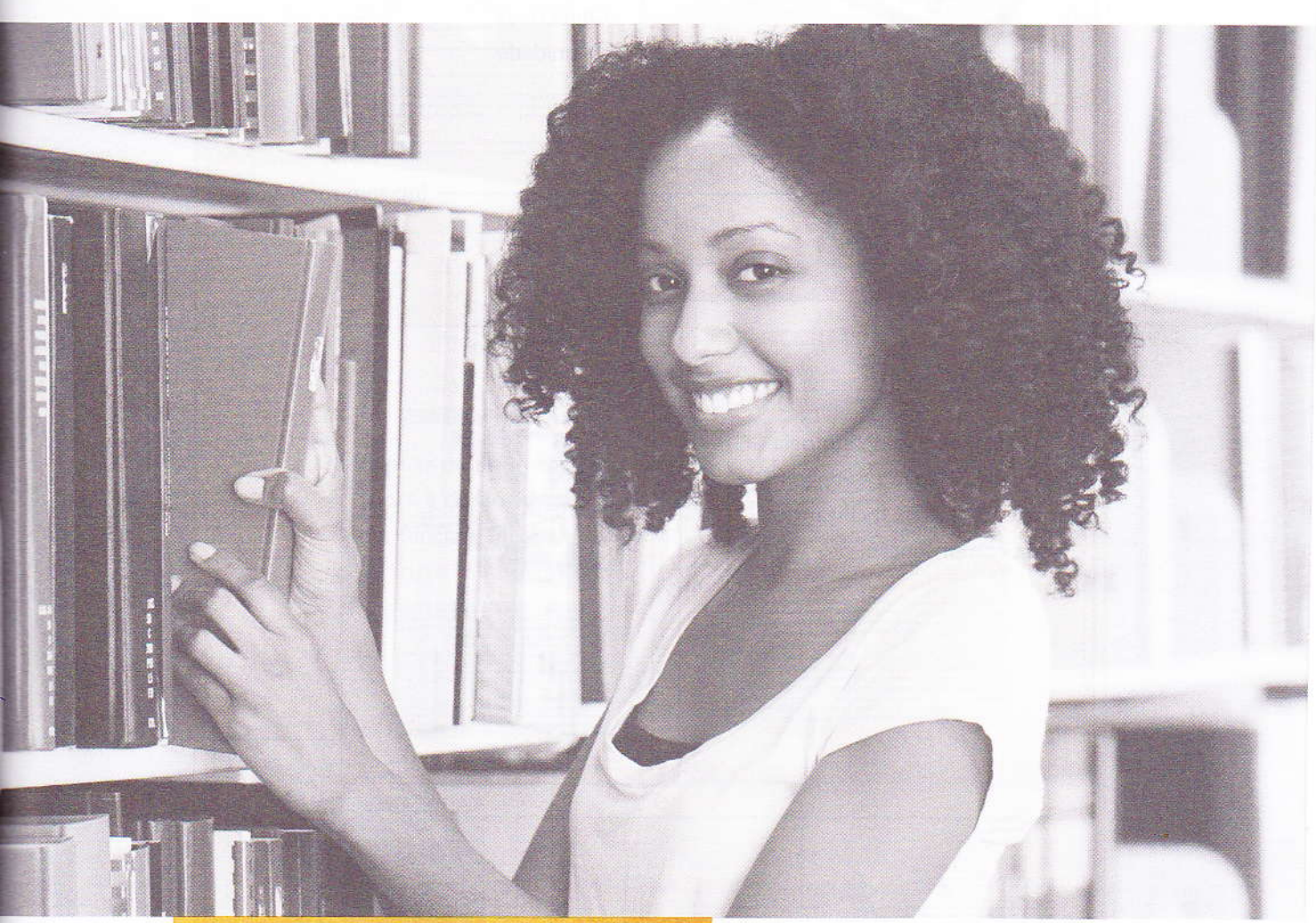






Isabel Arnaldo Fernão
Nélio José Manjate

PORTUGUÊS 12

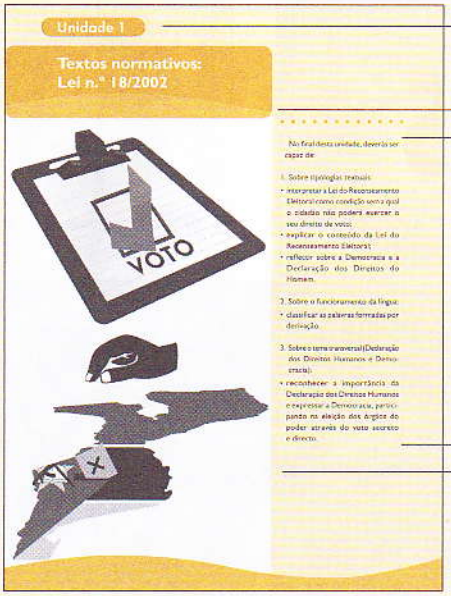


PRÉ-UNIVERSITÁRIO

Longman
Moçambique

Estrutura do Livro

O Manual *Pré-Universitário – Português 12.ª classe* é composto por 14 unidades didácticas, que apresentam a seguinte estrutura:

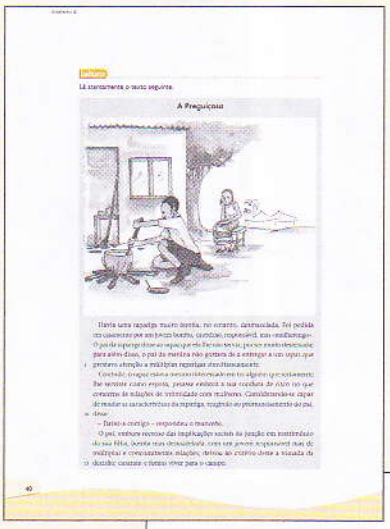


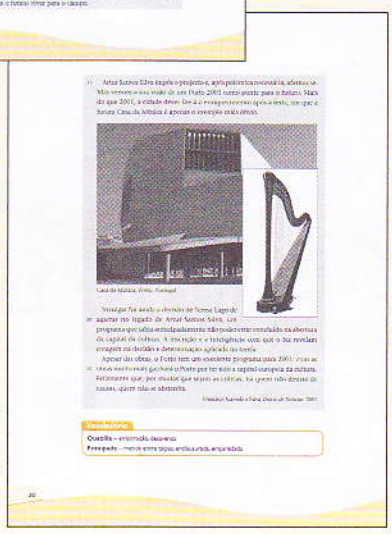
Indicação da unidade e do tema

Objectivos da unidade

Imagem motivadora

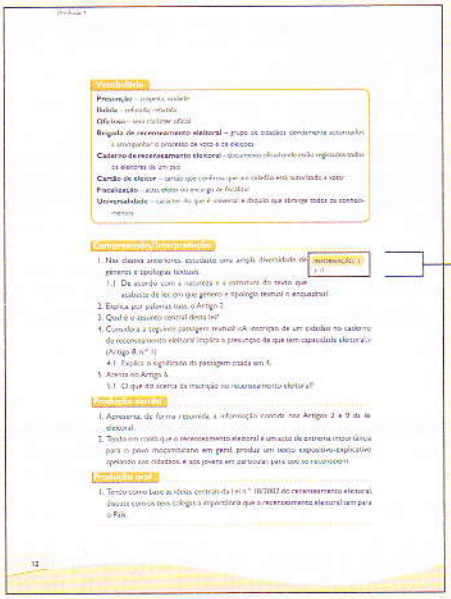
Texto relativo à tipologia textual da unidade e imagem sobre o texto, facilitando a sua compreensão





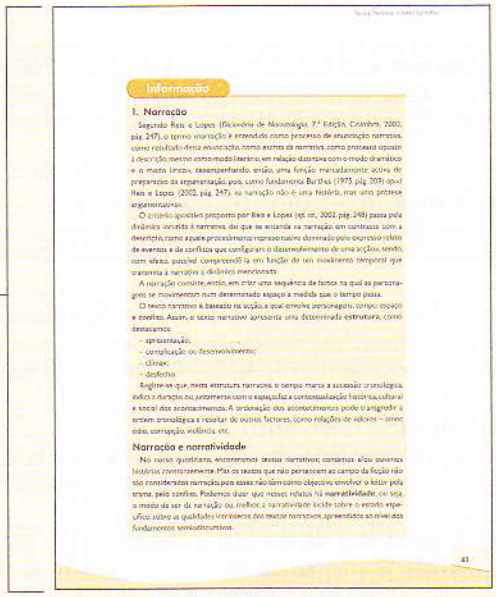
Explicação do vocabulário destacado a cor no texto e de qualquer outro que se julgue conveniente para o contexto/temática em estudo

Actividades de exploração do texto: compreensão/interpretação, funcionamento da língua, produção oral e produção escrita

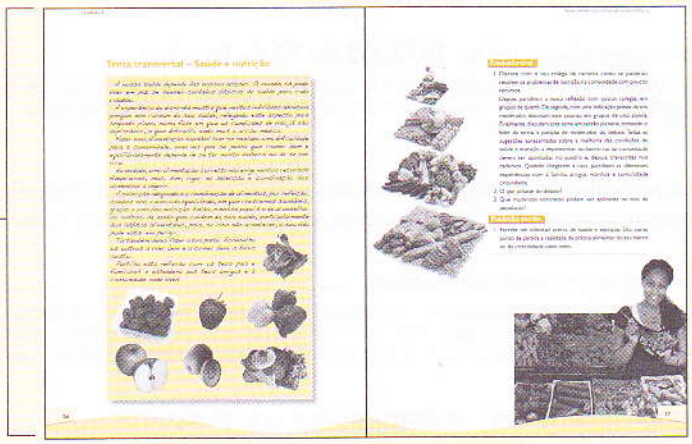


Remissões para páginas de informação, permitindo aplicar e consolidar conhecimentos relativos à tipologia textual e ao funcionamento da língua

Páginas de informação sobre a tipologia textual e o funcionamento da língua



Textos que abordam o tema transversal e propostas de exploração dos mesmos



Índice

P

Unidade 1 **Textos normativos – Lei n.º 18/2002** .....

A Lei do Recenseamento Eleitoral. Interpretação da Lei do Recenseamento Eleitoral como condição sem a qual o cidadão não poderá exercer o seu direit voto. Conteúdo da Lei do Recenseamento Eleitoral. Reflexão sobre a Democracia e a Declaração dos Direitos do Homem. Classificação das palavras form por derivação. Tema transversal: Declaração dos Direitos Humanos e Democracia.

Unidade 2 **Textos multiusos: texto expositivo-argumentativo** .....

Texto expositivo-argumentativo. Interpretação de textos expositivo-argumentativos orais ou escritos. Caracterização de textos expositivo-argumentati Identificação dos componentes e dos processos de exposição e de argumentação de um texto expositivo-argumentativo. Produção de textos argumentati Produção oral e escrita de frases em que se estabelecem relações de subordinação comparativa. Tema transversal: Desastres naturais – maremotos.

Unidade 3 **Textos jornalísticos: artigo de fundo / editorial** .....

Artigo de fundo/editorial. Caracterização da mancha gráfica e da estrutura do artigo jornalístico de fundo/editorial. Identificação do tip discurso usado em artigos de fundo/editoriais. Identificação das variações linguísticas no espaço. Dialecto e língua padrão. Tema transversal: Sa e nutrição.

Unidade 4 **Textos literários: o texto narrativo** .....

O texto narrativo. Interpretação, resumo e reconto de textos narrativos. Distinção das partes que compõem um texto narrativo. Caracterização das categ da narrativa e do discurso de um texto narrativo. Elaboração de frases em que haja concordância entre o sujeito e o nome predicativo do sujeito. Tema t versal: Combate à estigmatização de pessoas com HIV/SIDA.

Unidade 5 **Textos de pesquisa de dados: ficha de leitura** .....

A ficha de leitura. Identificação dos tipos de fichas de leitura, dos elementos da ficha de leitura e das suas funções. Distinção de ficha de leitura de sín sumário, resumo, recensão crítica. Leitura e identificação dos principais assuntos de uma obra. Elaboração de uma ficha de leitura analítica e de coment Organização de referências bibliográficas. Resumo do assunto de uma obra. Fazer citações (usar aspas). Uso das orações relativas com os pronomes *cujo* e Tema transversal: A biblioteca.

Unidade 6 **Textos normativos: Lei eleitoral – Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro** .....

A Lei eleitoral: Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro. Reconhecimento dos órgãos autárquicos. Distinção entre cidadão com capacidade eleitoral activa e cid com capacidade eleitoral passiva. Formação de palavras: derivações irregulares. Classificação das palavras derivadas. Tema transversal: Declaração dos Dir Humanos e Democracia.

Unidade 7 **Textos jornalísticos: artigo de opinião** .....

O artigo de opinião. Reconhecimento dos órgãos autárquicos. Distinção entre cidadão com capacidade eleitoral activa e cidadão com capacidade ele passiva. Complementos dos verbos de separação. Regência verbal. Tema transversal: Saúde e nutrição.

Unidade 8 **Textos multiusos: os textos didácticos e/ou científicos** .....

Os textos didácticos e/ou científicos. Interpretação de textos didácticos e/ou científicos e reconhecimento de textos expositivo-explicativos. Análise de te didáctico(s) e/ou científico(s). Conjunções ou locuções subordinativas comparativas e consecutivas. Tema transversal: Desastres naturais – maremotos.

Unidade 9 **Textos literários: texto lírico** .....

O texto lírico. Interpretação do texto lírico e das suas características. Caracterização do mundo lírico – o mundo do eu do poeta face às suas emoções. Pro estilísticos. Tema transversal: Combate à estigmatização de pessoas com HIV/SIDA.

Unidade 10 **Textos de pesquisa de dados: o inquérito** .....

O inquérito. Interpretação de textos de pesquisa de dados. Análise de textos de pesquisa de dados, atendendo à organização e ao tipo de linguagem. Elab de textos de pesquisa de dados. Definição dos objectivos da produção do texto de pesquisa de dados. Orações relativas com os pronomes *cujo* e *onde*. transversal: A biblioteca.

Unidade 11 **Textos normativos: Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro** .....

A Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro. Interpretação dos artigos 57 a 79 da Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro. A importância do voto num estado democ As características básicas do voto. Formação de palavras: derivações irregulares. Tema transversal: Declaração dos Direitos Humanos e Democracia: fun polícia num Estado de direito e democrático.

Unidade 12 **Textos jornalísticos: artigo de opinião *versus* artigo de fundo/editorial** .....

Artigo de opinião *versus* artigo de fundo/editorial. Regência de orações integrantes. Tema transversal: Saúde e nutrição – plantio de árvores e saúde pú

Unidade 13 **Textos literários: texto dramático** .....

O género dramático. Análise de textos dramáticos e localização no tempo e no espaço. Distinção entre rituais e textos dramáticos. Diferenças entre as terísticas linguísticas dos textos dramáticos moçambicanos de outros não moçambicanos. Identificação de personagens e acções nos textos estu Reconhecimento das figuras de sintaxe. Tema transversal: Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA.

Unidade 14 **Textos administrativos – a procuração e a exposição** .....

A A ficha de leitura. Orações relativas integrantes. Tema transversal: A biblioteca.

Introdução

A introdução do Novo Currículo de Ensino propõe desenvolver no aluno um conjunto determinado de conhecimentos, competências, atitudes e valores. O presente Manual foi elaborado tendo em conta a consecução plena destes objectivos e os diferentes vectores do Programa da disciplina de Português para a 12.ª classe, constituindo, por isso, um importante apoio às aulas. Por apresentar textos para uma leitura metódica, seleccionados de modo a despertarem no aluno o interesse pela leitura, o Manual *Pré-Universitário – Português 12* é, ainda, um valioso contributo para as actividades de lazer.

O Manual integra, na sua estrutura geral, os seguintes componentes:

- um conjunto de textos que dizem respeito aos conteúdos dos textos não-literários e literários;
- um conjunto alargado de actividades variadas, destinadas ao desenvolvimento das competências nos domínios da compreensão/interpretação de textos de diversas tipologias, da produção escrita e oral e do funcionamento da língua;
- uma sistematização de informação relativa aos conteúdos específicos de cada unidade didáctica (tipologia textual e funcionamento da língua), proporcionando a consolidação e o aprofundamento das aprendizagens e um meio adequado a um estudo personalizado por parte do aluno;
- um *corpus* de textos que abordam uma temática transversal – uma estratégia didáctica que promove a interdisciplinaridade e, consequentemente, o desenvolvimento integral e harmonioso do aluno.

Por fim, a selecção dos textos e as respectivas actividades de exploração permitirão desenvolver no aluno as competências de trabalho em grupo, o espírito crítico, a sensibilidade estética, a criatividade, a formação cultural, a responsabilidade pelos seus actos e a consciência social, propiciando o pleno desenvolvimento e a formação integral do aluno enquanto membro da sociedade e do mundo. Porém, estes textos e actividades constituem sugestões e propostas que só serão significativas com a correcta intervenção, o dinamismo e a criatividade do professor.

Com votos de que o processo educativo seja coroado de êxitos,

Isabel Arnaldo Fernão

Nélio José Manjate

Unidade 1

Textos normativos: Lei n.º 18/2002

No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar a Lei do Recenseamento Eleitoral como condição sem a qual o cidadão não poderá exercer o seu direito de voto;
- explicar o conteúdo da Lei do Recenseamento Eleitoral;
- reflectir sobre a Democracia e a Declaração dos Direitos do Homem.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- classificar as palavras formadas por derivação.

3. Sobre o tema transversal (Declaração dos Direitos Humanos e Democracia):
- reconhecer a importância da Declaração dos Direitos Humanos e expressar a Democracia, participando na eleição dos órgãos do poder através do voto secreto e directo.

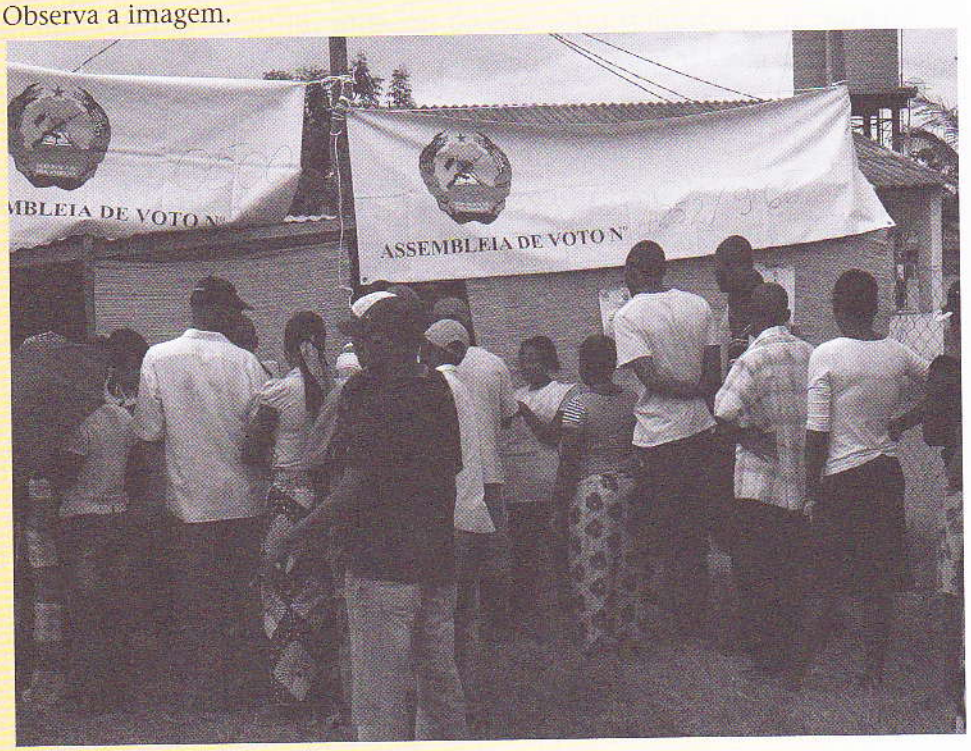
Lei n.° 18/2002 de 10 de Outubro

A lei é uma norma criada pelo Homem com o objectivo de servi-lo a si próprio, na medida em que é com base na lei que se garante o bem-estar da sociedade em geral e uma convivência harmoniosa. Em Moçambique, as leis são feitas por iniciativa do Governo, do Parlamento e da sociedade civil, sendo promulgadas pelo Presidente da República.

Nesta unidade, será analisada a Lei n.° 18/2002 de 10 de Outubro.

Em termos de funcionamento da língua, iremos abordar a formação de palavras por derivação.

1. Observa a imagem.



1.1 Conversa com o teu colega de carteira sobre a importância do acto que estes jovens vão realizar.

1.2 Por que razão é importante que todos os cidadãos votem?

1.3 O que acontece quando não existe esse direito?

Leitura

O texto que se segue é um excerto da lei n.° 18/2002 de 10 de Outubro. Introduz alterações às leis n.° 5/97 de 28 de Maio e n.° 9/99 de 14 de Abril, relativas à institucionalização do recenseamento eleitoral sistemático para a realização de eleições e referendos. Lê o excerto atentamente.

Lei n.º18/2002 de 10 de Outubro

Havendo necessidade de introduzir alterações às Leis n.º 5/97, de 28 de Maio, n.º 9/99, de 14 de Abril, relativas à institucionalização do recenseamento eleitoral sistemático para a realização de eleições e referendos, no uso da competência estabelecida no artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1

(Definições)

O significado dos termos utilizados na presente Lei consta do glossário em anexo, que faz parte integrante da mesma.

Artigo 2

(Regra geral)

O recenseamento eleitoral é **oficioso**, obrigatório e único para todas as eleições por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, bem como para referendos.

Artigo 3

(Universalidade)

É dever de todos os cidadãos moçambicanos, residentes no país ou no estrangeiro, com dezoito anos de idade completos ou a completar à data da realização de eleições, promover a sua inscrição no recenseamento eleitoral.

Artigo 4

(Actualidade)

O recenseamento eleitoral deve corresponder, com actualidade, ao universo eleitoral.

Artigo 5

(Obrigatoriedade e oficiosidade)

1. Todo o cidadão que se encontre na situação do artigo 2 tem o dever de promover a sua inscrição no recenseamento eleitoral, de verificar se está devidamente inscrito e de solicitar a respectiva rectificação, em caso de erro ou omissão.
2. A inscrição dos eleitos no recenseamento eleitoral é feita obrigatoriamente pela respectiva entidade recenseadora.

Artigo 6

(Unidade de inscrição)

Ninguém pode estar inscrito mais do que uma vez no recenseamento eleitoral.

Artigo 7

(Âmbito temporal)

1. A validade do recenseamento eleitoral é permanente.
2. O recenseamento eleitoral é actualizado anualmente.

Artigo 8

(Presunção de capacidade eleitoral)

1. A inscrição de um cidadão no **caderno de recenseamento eleitoral** implica a presunção de que tem capacidade eleitoral.
2. A presunção referida no número precedente só pode ser **ilidida** por documento comprovativo da morte do eleitor ou da alteração da respectiva capacidade eleitoral.

Artigo 9

(Âmbito territorial)

1. O recenseamento eleitoral tem lugar em todo o território nacional e no estrangeiro.
2. As unidades geográficas de realização do recenseamento eleitoral são:
   a) no território nacional, os distritos e a cidade de Maputo;
   b) no estrangeiro, a área correspondente à jurisdição da missão consular ou da missão diplomática.
3. O recenseamento eleitoral a que se refere a alínea b) do número anterior só terá lugar se a Comissão Nacional de Eleições verificar que estão criadas as necessárias condições materiais e os mecanismos de controlo, acompanhamento e **fiscalização** dos referidos actos em regiões ou região que constituem o posto ou unidade geográfica de recenseamento eleitoral.

Artigo 10

(Criação de brigadas de recenseamento eleitoral)

1. Para a realização do recenseamento eleitoral, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral cria brigadas fixas.
2. Quando a dispersão geográfica dos eleitores ou outras circunstâncias especiais o justifiquem, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral pode criar brigadas móveis com cobertura de um raio de aproximadamente dez quilómetros.
3. As brigadas de recenseamento eleitoral são constituídas por cidadãos maiores de dezoito anos de idade, tecnicamente habilitados para o efeito, recrutados pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, mediante concurso público de avaliação curricular.

Artigo 11

(Posto de recenseamento eleitoral)

1. O cidadão eleitor inscreve-se no posto de recenseamento eleitoral mais próximo da sua residência habitual.

2. O local de funcionamento da assembleia de voto coincide, sempre que possível, com o posto de recenseamento eleitoral.
3. O recenseamento eleitoral de cidadãos militares ou membros da força de manutenção da lei e ordem tem lugar na entidade recenseadora mais próxima da sua unidade.
4. Não é permitida a constituição e funcionamento de postos de recenseamento eleitoral em:
   a) unidades policiais;
   b) unidades militares;
   c) residências de ministros de culto;
   d) edifícios de qualquer partido político, coligações de partido, grupo de cidadãos proponentes e associações filiadas em partidos políticos;
   e) locais onde se vendam bebidas alcoólicas;
   f) locais de culto ou destinados ao culto;
   g) unidades sanitárias.

CAPÍTULO II
Organização do recenseamento eleitoral

Artigo 12
(Direcção e supervisão do recenseamento eleitoral)

O recenseamento eleitoral é feito pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, sob a direcção e a supervisão da Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 13
(Entidades recenseadoras)

1. No território nacional, o recenseamento eleitoral é efectuado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, sob a direcção e a supervisão da Comissão Nacional de Eleições.
2. No estrangeiro, o recenseamento eleitoral é efectuado nas missões consulares e nas missões diplomáticas por brigadas de recenseamento do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, sob a direcção e a supervisão da Comissão Nacional de Eleições.

Artigo 14
(Colaboração dos partidos políticos)

1. Qualquer partido político ou coligações de partidos legalmente constituídos podem colaborar com o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral e com a Comissão Nacional de Eleições na criação de postos de recenseamento eleitoral.
2. Os partidos políticos ou coligações de partidos referidos no número anterior podem ainda colaborar com o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral e com a Comissão Nacional de Eleições noutras actividades, competindo a estes definir os termos dessa colaboração.

3. A colaboração dos partidos políticos e coligações de partidos faz-se através de elementos designados pelas respectivas direcções e indicados aos órgãos provinciais, distritais, ou de cidades do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, até dez dias antes do início do período de recenseamento.

Artigo 15

(Fiscalização dos actos de recenseamento eleitoral)

1. Os partidos políticos e coligações de partidos têm o direito de fiscalizar os actos de recenseamento eleitoral para verificar a sua conformidade com a lei.
2. A fiscalização dos actos de recenseamento eleitoral realiza-se através de fiscais indicados pelos partidos políticos e coligações de partidos, cujos nomes são comunicados aos órgãos locais de apoio da Comissão Nacional de Eleições, até quinze dias antes do início do recenseamento eleitoral.
3. Na falta da comunicação prevista no número anterior, considera-se que os partidos políticos ou coligações de partidos prescindiram de indicar os seus representantes aos actos de recenseamento eleitoral.
4. Os órgãos locais de apoio da Comissão Nacional de Eleições ao nível de distrito ou de cidade devem emitir credenciais para os fiscais a que se refere o n.° 2 do presente artigo e proceder à sua entrega às entidades interessadas, no prazo de cinco dias após a solicitação.
5. Os partidos políticos ou coligações de partidos são representados em cada entidade recenseadora por um fiscal, sem embargo de a mesma pessoa poder fiscalizar várias entidades recenseadoras.

Artigo 16

(Direitos dos fiscais dos partidos políticos)

São direitos dos fiscais dos partidos políticos ou coligações de partidos:

a) solicitar e obter informações sobre os actos do recenseamento eleitoral;
b) apresentar, por escrito, reclamações e recursos sobre as deliberações relativas à capacidade eleitoral;
c) denunciar ao Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, com conhecimento à Comissão Nacional de Eleições, qualquer tipo de ilegalidade, incluindo a existência de postos de recenseamento eleitoral não oficializados.

Artigo 17

(Deveres dos fiscais dos partidos políticos)

São deveres dos fiscais dos partidos políticos ou coligações de partidos:

a) exercer uma fiscalização conscienciosa e objectiva;
b) abster-se de apresentar reclamações ou recursos de má fé.

Artigo 18

(Observação do recenseamento)

Os actos de recenseamento eleitoral podem ser objecto de observação por entidades nacionais ou internacionais, nos termos a regulamentar pela Comissão Nacional de Eleições.

Vocabulário

Presunção – suspeita, vaidade
Ilidida – refutada, rebatida
Oficioso – sem carácter oficial
Brigada de recenseamento eleitoral – grupo de cidadãos devidamente autorizados a acompanhar o processo de voto e de eleições
Caderno de recenseamento eleitoral – documento oficial onde estão registados todos os eleitores de um país
Cartão de eleitor – cartão que confirma que um cidadão está autorizado a votar
Fiscalização – acto, efeito ou encargo de fiscalizar
Universalidade – carácter do que é universal e daquilo que abrange todos os conhecimentos

Compreensão/Interpretação

1. Nas classes anteriores, estudaste uma ampla diversidade de géneros e tipologias textuais. INFORMAÇÃO, 1 p. 13
   1.1 De acordo com a natureza e a estrutura do texto que acabaste de ler, em que género e tipologia textual o enquadras?
2. Explica, por palavras tuas, o Artigo 2.
3. Qual é o assunto central desta lei?
4. Considera a seguinte passagem textual: «A inscrição de um cidadão no caderno de recenseamento eleitoral implica a presunção de que tem capacidade eleitoral.» (Artigo 8, n.º 1)
   4.1. Explica o significado da passagem citada em 4.
5. Atenta no Artigo 6.
   5.1 O que diz acerca da inscrição no recenseamento eleitoral?

Produção escrita

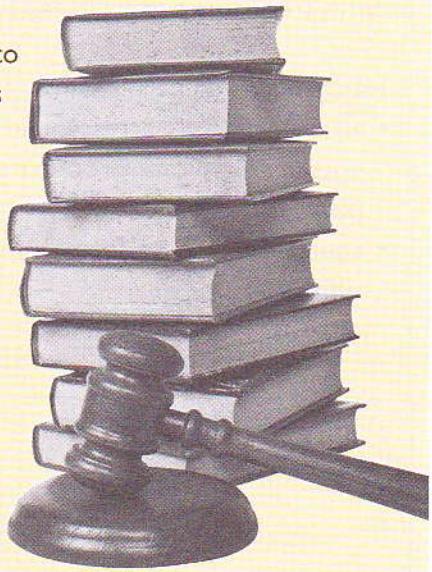
1. Apresenta, de forma resumida, a informação contida nos Artigos 2 e 9 da lei eleitoral.
2. Tendo em conta que o recenseamento eleitoral é um acto de extrema importância para o povo moçambicano em geral, produz um texto expositivo-explicativo apelando aos cidadãos, e aos jovens em particular, para que se recenseiem.

Produção oral

1. Tendo como base as ideias centrais da Lei n.º 18/2002 do recenseamento eleitoral, discute com os teus colegas a importância que o recenseamento eleitoral tem para o País.

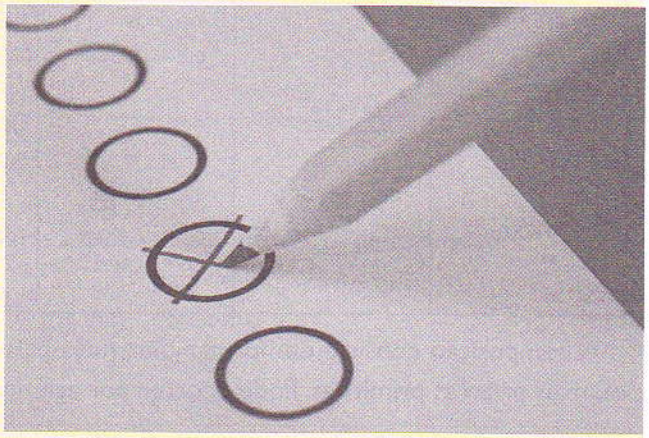
Informação

1. A lei



Entende-se por **lei** uma norma ou um conjunto de normas jurídicas criadas pelas autoridades competentes para o efeito, em locais e por processos próprios, com vista a definir os limites em várias formas de comportamento, isto é, estabelecendo as regras de comportamento que devem ser observadas pelos indivíduos em diversas áreas da sociedade.

Lei é ainda o preceito ou o conjunto de preceitos obrigatórios que emanam do poder legislativo, regra ou fórmula que enuncia uma relação invariável, constante e mensurável entre fenómenos.



Nestes últimos anos, tem-se verificado a promulgação de várias leis que regulam a vida e o comportamento dos indivíduos em sociedade, como forma de incutir nos mesmos o amor pelo próximo, entre outras dimensões. Por isso, mencionámos a lei eleitoral que, como é do nosso conhecimento, estabelece normas que devem ser cumpridas durante o recenseamento eleitoral.

A nova Lei Eleitoral foi aprovada em 12 de Julho de 2009.

Aplicação

1. Consulta em fonte própria (por exemplo, na biblioteca da Assembleia da República ou na biblioteca do Ministério da Administração Estatal) a antiga lei eleitoral. Que alterações foram introduzidas?
2. Achas que em Moçambique se cumpre com rigor a Lei eleitoral? Justifica a tua resposta.

2. Formação de palavras: derivações irregulares

Como já aprendeste nos anos anteriores, há vários processos de formação de palavras (regulares e irregulares): a **derivação** e a **composição.**

Há dois tipos de derivação:

- aquela em que se acrescentam à palavra primitiva pequenos elementos que não possuem significado próprio e que podem ser afixados antes (*prefixos*) ou depois (*sufixos*);
- aquela em que se forma uma nova palavra sem recorrer a prefixos nem sufixos.

Prefixação	Sufixação	Parassíntese	Derivação imprópria	Derivação regressiva
Associação de um prefixo a uma forma de base. Exemplos: – ilegal – desgraça – indelicado – contradizer	Associação de um sufixo a uma forma de base. Exemplos: – legalmente – frescura – saboroso – delicadeza	Associação simultânea de um prefixo e um sufixo a uma forma de base. Exemplos: – enlouquecer – desviar – avermelhar – enfeitiçar	Integração da palavra numa nova classe de palavras, sem que se verifique qualquer alteração na forma. Exemplos: – (o) jantar – (o) olhar – (o) saber	Criação de nomes a partir de verbos. Exemplos: – quebra (do verbo *quebrar*) – ataque (do verbo *atacar*)

A composição consiste em formar uma nova palavra a partir da junção de duas ou mais palavras primitivas. Pode ocorrer por aglutinação ou por justaposição.

Aglutinação	Justaposição
Formação de uma palavra a partir da união de palavras primitivas ou de radicais. A palavra resultante está sujeita a um único acento (o do último elemento). Exemplos: – lobisomem – Mariana – madrepérola – girassol	Formação de uma palavra a partir de duas ou mais palavras, que mantêm a respectiva acentuação. Exemplos: – guarda-nocturno – surdo-mudo – abaixo-assinado – água-de-colónia

Processos irregulares de formação de palavras

Na formação de palavras há **processos regulares** e **irregulares**. Agora vamos ver como se processa a formação irregular de palavras.

Atenta no quadro seguinte.

Estrangeirismo ou empréstimo	Extensão semântica	Amálgama	Truncação	Sigla	Acrónimo
Transferência de uma palavra de uma língua para outra. Exemplos: – *atelier* – *menu* – *snob*	Alargamento do significado de uma palavra. Exemplos: – navegar (na Internet) – rato (acessório para computador)	Criação de uma palavra a partir da junção de partes de duas ou mais palavras. Exemplo: – Informática (informação automática)	Criação de uma palavra a partir da eliminação de uma parte da palavra de que deriva. Exemplos: – metro (politano) – foto(grafia)	Termo formado pelas iniciais das palavras que lhe deram origem. Pronuncia-se letra a letra. Exemplo: – PSP (Polícia de Segurança Pública)	Termo formado pela junção de sílabas ou letras iniciais. Lê-se como se fosse uma só palavra. Exemplo: – ONU (Organização das Nações Unidas)

Aplicação

1. Classifica as seguintes palavras quanto ao seu processo de formação.
   a) infelizmente
   b) Anabela
   c) prosseguir
   d) opor
   e) família Oliveira
   f) barrigudo
   g) bancarrota
   h) pão-de-ló
   i) consumo
   j) folhagem
   l) entardecer
   m) adocicar
   n) embarque
   o) couve-flor
2. Apresenta cinco palavras que sejam formadas de maneira irregular.
3. Usando as palavras por ti apresentadas, forma cinco frases.
4. Tomando como ponto de partida as cinco palavras que escolheste, produz e preenche um quadro, seguindo o modelo abaixo.

Nome	Verbo	Adjectivo	Advérbio

Tema transversal – Declaração dos Direitos Humanos e Democracia

A Declaração dos Direitos Humanos e Democracia foi adoptada pela ONU a 10 de Dezembro de 1948. Visa promover os direitos humanos e a democracia nos países do terceiro mundo.

A Declaração dos Direitos Humanos e Democracia é uma carta assinada pela Assembleia Geral da ONU há 60 anos e que se ocupa da defesa do ser humano no que diz respeito aos seus direitos e à defesa da própria vida a que este ser tem direito.

Leitura

Lê atentamente o texto seguinte, que te vai auxiliar na compreensão deste tema.

Declaração dos Direitos Humanos e Democracia

Artigo 1

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo 2

Toda a pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de espécie, raça, cor, sexo, língua ou religião.

Artigo 3

Toda a pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão.

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Compreensão/Interpretação

1. No teu entender, qual é o principal objectivo da Declaração dos Direitos Humanos?
2. Reflecte sobre a situação actual em que o nosso país se encontra: elevado índice de criminalidade, espancamentos brutais, entre outros acontecimentos.
   2.1 Consideras que, em Moçambique, se respeitam os Direitos Humanos?
   2.2 Identifica o artigo que é violado quando estamos perante as ocorrências mencionadas em 2.
   2.3 Escreve uma exposição de uma página sobre a democracia (ou sobre violações da mesma) que se vive na tua localidade, bairro, cidade ou distrito.
3. Das quatro opções que se apresentam em seguida, escolhe a que melhor corresponde ao significado da palavra «servidão». Assinala com X a resposta correcta.
   ☐ a) Condição condição de servo.
   ☐ b) Qualidade do que é servil.
   ☐ c) Que presta serviços.
   ☐ d) Relativo a servo.

Funcionamento da língua

1. Para criares um campo lexical relacionado com os Direitos Humanos, completa o quadro seguinte, usando palavras da mesma família.

Nome	Verbo	Adjectivo
	castigar	
liberdade		
		cruel

Produção oral

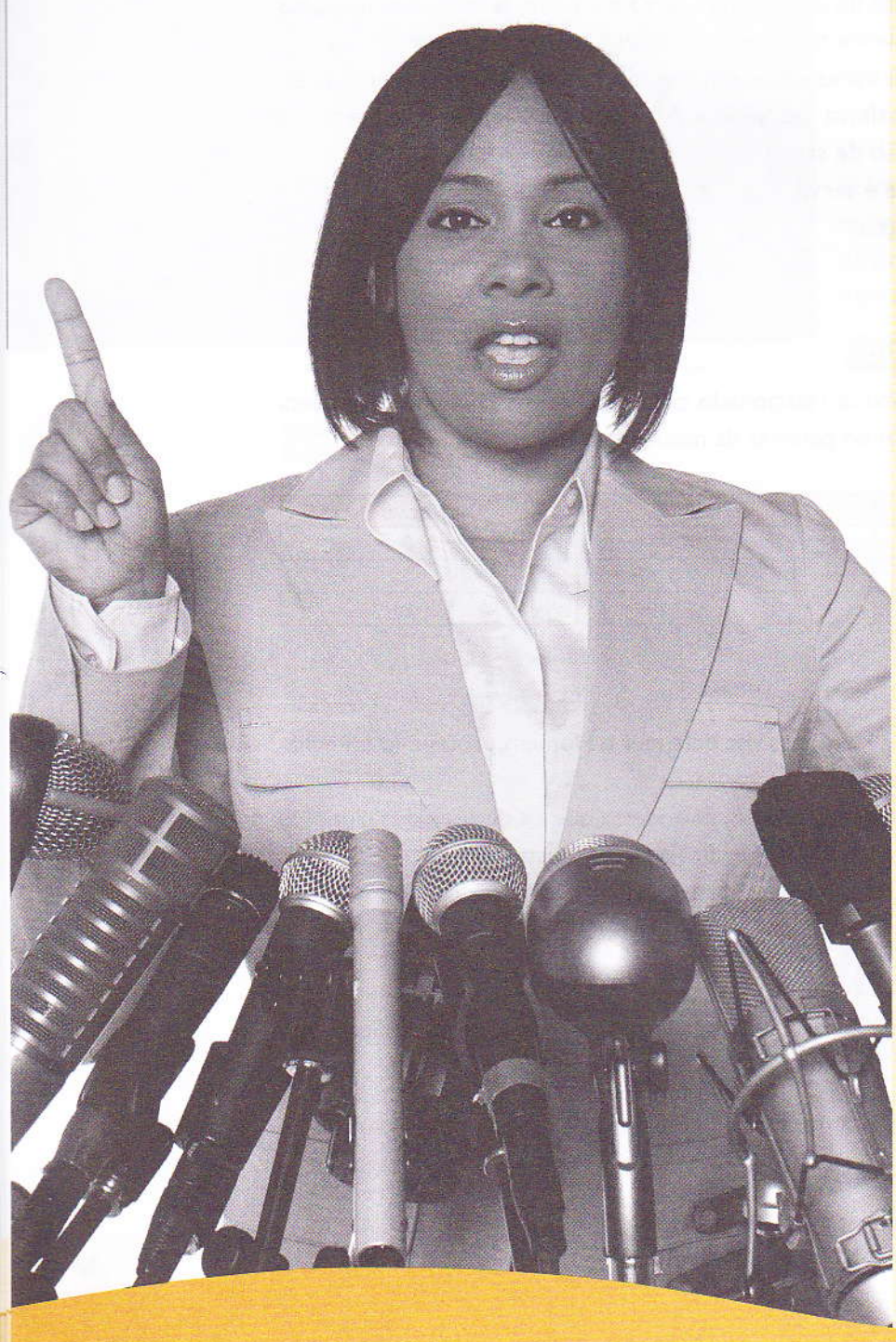
1. A Declaração dos Direitos Humanos visa defender o Homem, protegê-lo e auxiliá-lo na luta pelos seus direitos.
   1.1. Na situação concreta do nosso país, consideras que os direitos dos cidadãos moçambicanos são respeitados? Justifica a tua resposta.
2. Promove um debate na tua turma sobre o papel dos partidos políticos em Moçambique.

Produção escrita

1. Produz um texto de 150 a 200 palavras subordinado ao tema *Liberdade* e *Segurança do Cidadão*.

Unidade 2

Textos multiusos: texto expositivo-argumentativo



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar textos expositivo-argumentativos orais ou escritos;
- caracterizar textos expositivo-argumentativos;
- identificar as ideias essenciais de um texto expositivo-argumentativo;
- identificar os componentes e os processos de exposição e de argumentação de um texto expositivo-argumentativo.
- produzir textos argumentativos.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- produzir, oralmente e por escrito, frases em que se estabelecem relações de subordinação comparativa.

3. Sobre o tema transversal (Desastres naturais – maremotos):
- produzir, oralmente e por escrito, textos expositivo-argumentativos que versam sobre desastres naturais (maremotos), utilizando uma linguagem adequada e obedecendo à correcta estrutura;
- discutir um plano de procedimento a seguir em caso de ocorrência de maremotos.

Textos multiusos: o texto expositivo-argumentativo

Nesta unidade, vamos abordar os textos multiusos, particularmente o texto expositivo-argumentativo.

Considera-se que o argumento é um raciocínio destinado a provar ou refutar uma informação, ou seja, é uma afirmação destinada a fazer admitir outra. A argumentação é uma operação cognitivo-discursiva que consiste em apresentar razões para uma determinada conclusão (tese). Argumentar é apresentar razões a favor ou contra uma tese.

O texto argumentativo tem um pendor persuasivo que decorre dos argumentos adiantados e do recurso a uma exemplificação convincente, fundamentada, quando possível acompanhada de citações pertinentes.

O texto argumentativo tem como base uma tese, os argumentos que a sustentam e estratégias de persuasão.

Irás agora estudar textos expositivo-argumentativos, no que se refere à sua caracterização, ideias essenciais, componentes e processos de exposição de argumentos. Irás aprender ainda as relações de subordinação comparativa.

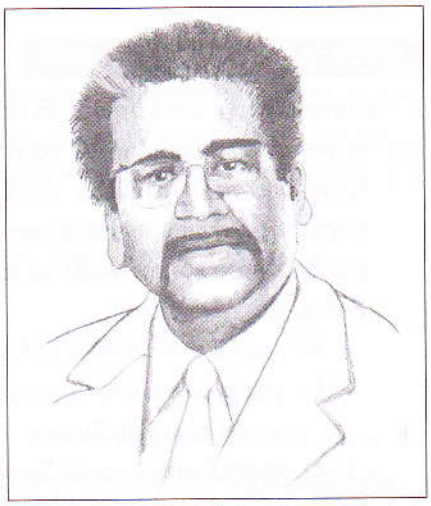
Leitura

Lê atentamente o excerto seguinte.

A Morte de Fernando Sylvan

A notícia ocorreu quase despercebida, tanto mais que estávamos na quadra natalícia. O *Público* deve ter sido o único órgão de informação a dar a notícia atempadamentente e a tratá-la com a profundidade e relevo merecidos: a morte de Fernando Sylvan, Presidente da Sociedade de Língua Portuguesa.

Poderá ocorrer, entre os menos informados, que foi mais um presidente de colectividade a desaparecer. Mas não. A Sociedade de Língua Portuguesa, no campo



linguístico (e não só), tem prestado ao país relevantes serviços culturais,

por vezes com repercussão mundial, nem sempre com reconhecimento oficial entre nós.

Sylvan dedicou os seus últimos 20 anos quase exclusivamente à Sociedade, a qual teve recentemente um enorme prejuízo, pois o prédio onde se situava ameaçou ruir, pondo em perigo a sua valiosa biblioteca. Os esforços exaustivos e titânicos do seu presidente, ante a passividade dos responsáveis por este país, fizeram debilitar ainda mais o estado de saúde do poeta e professor. Nem por isso desistiu, e a obra continuou (continua) em salas cedidas com muita amizade.

Se a SLP e a cultura muito devem a Fernando Sylvan, recordemos também a faceta de antifascista, de poeta e de grande lutador contra a Indonésia enquanto colonizadora imperialista da ilha de Timor. Por isso (e não só), muitos timorenses lhe foram dizer adeus ao cemitério de Cascais, onde também procurámos ver alguma representação da Secretaria de Estado da Cultura. Apenas o presidente da República se fez representar, enviando também uma coroa de flores.

Por tudo o que fez em prol da língua pátria e da cultura portuguesa, não foi totalmente esquecido, sempre há alguém atento a estas coisas.

Manuel Xarope, Lisboa, *Público*, 16.01.1994,
in REI, J. Esteves, *Curso de Redacção II*
(adaptado)

Compreensão/Interpretação

1. «Argumentação é uma operação cognitivo-discursiva que consiste em apresentar razões para uma determinada conclusão (tese)».
   1.1 Com base na afirmação anterior, e de acordo com o texto «A Morte de Fernando Sylvan», assinala com X, de entre as opções seguintes, a que corresponde à tese apresentada ao longo do texto.
   Fernando Sylvan foi:
   - ☐ a) apenas Presidente da Sociedade de Língua Portuguesa.
   - ☐ b) poeta e grande lutador contra a Indonésia enquanto colonizadora imperialista de Timor.
   - ☐ c) apenas membro da Sociedade de Língua Portuguesa.

   1.2 Justifica a tua escolha com passagens retiradas do texto.
2. Nos últimos 20 anos de vida de Fernando Sylvan, a sua saúde mostrou-se ameaçada.
   2.1 Transcreve a frase do texto que confirma o referido em 2.

3. «A SLP e a cultura muito devem a Fernando Sylvan.»
   3.1 Baseando-te no texto, refere por que razões a SLP deve tanto a Fernando Sylvan.
4. No teu entender, por que razão, após a morte de Fernando Sylvan, a Sociedade não o pode esquecer?

Funcionamento da língua

1. Retira do texto as palavras necessárias para completar o quadro seguinte.

Adjectivo	Nome	Advérbio

2. Com base no texto, forma cinco frases em que se estabeleçam relações de subordinação comparativa, empregando as seguintes conjunções e locuções comparativas.

INFORMAÇÃO, 2 p. 23

   a) **Conjunções:** *como, conforme, consoante, segundo.*
   b) **Locuções:** *assim como... assim, bem como... assim, assim também, bem como, como... assim,* entre outras.
3. Analisa sintacticamente a frase:
   «A Sociedade de Língua Portuguesa, no campo linguístico, tem prestado ao país relevantes serviços culturais.»
4. «Poderá ocorrer entre os menos informados que foi mais um presidente da **colectividade** a desaparecer. Mas não.»
   4.1. Diz a que classe pertence a palavra destacada em 4.
   4.2. Substitui o termo destacado por outro equivalente, sem alterar o sentido da frase.

Produção escrita

1. Resume o texto «A Morte de Fernando Sylvan» em quinze linhas, no máximo.
2. Tendo em conta a importância que os órgãos de informação têm na sociedade em geral, elabora um texto expositivo-argumentativo em que defendas ou te oponhas ao que se afirma nas frases seguintes:
   - As telenovelas são a causa do desrespeito que os jovens têm para com os mais velhos.
   - A televisão é a maior culpada pela fraca adesão dos jovens à leitura.

Produção oral

1. Com base na leitura que fizeste do texto «A Morte de Fernando Sylvan», discute com os teus colegas o papel do governo na valorização dos órgãos de informação no nosso país. Procurem dar resposta às seguintes questões:
   - Há liberdade de imprensa em Moçambique?
   - O que é que o partido que se encontra no poder tem feito para incentivar os órgãos de informação a expandir a informação?

Informação

1. Texto argumentativo

Uma argumentação é um conjunto de argumentos interligados, com o objectivo de conquistar a adesão de outrem à utilidade, à justiça e ao valor daquilo que defendemos, contra aquilo que o nosso adversário defende ou, mais simplesmente, um conjunto de razões a favor ou contra uma opinião ou uma tese (J. Esteves Rei, *Curso de Redacção II - O Texto*, Porto, Porto Editora, 2000). No entender de Jules Verest, são três os estados de espírito que percorrem a mente humana perante uma afirmação. Argumentar é estar a favor de uma tese e apresentar as razões que nos fazem tomar tal posição, usando actos de fala para convencer o nosso destinatário a aderir às nossas ideias.

O texto argumentativo é constituído por uma tese e vários argumentos.

A **tese** é a ideia que o autor do texto pretende defender.

Os **argumentos** são as razões, as provas a que se recorre para a defesa de um pensamento.

Por vezes, o texto argumentativo faz uso de argumentos contrários à tese defendida. A refutação dos contra-argumentos apresentados contribui para reforçar a tese que o autor pretende defender. A coexistência de argumentos favoráveis e contrários a uma mesma tese origina um paradoxo, uma contradição ou confusão, que depois é resolvida.

O texto argumentativo segue, geralmente, um dos seguintes planos.

Plano por agrupamento

Reúne argumentos da mesma natureza, como, por exemplo, argumentos técnicos, psicológicos, históricos, económicos ou outros, e organiza-os em função do seu destinatário, pois, para certo grupo-alvo, os argumentos económicos ou psicológicos poderão ser mais relevantes do que os históricos.

Plano por oposição

Organiza-se a partir da refutação sistemática de uma ideia básica, para se deduzirem as vantagens de uma outra ideia; por outras palavras, nega-se uma ideia para elevar outra contrária. Também se pode elevar uma ideia em detrimento de outra oposta.

Plano moderado

O ponto de vista não é imposto. Um jogo de raciocínios leva, de forma natural, à posição do autor. Os argumentos são moderados, desprovidos de um ataque directo ou de uma exigência severa. Contudo, exigem grande elaboração. É um processo de argumentação ténue, indirecta, delicada, mas muito poderosa.

Os argumentos não devem ser ambíguos. Neste modelo, contrariamente aos outros, as marcas pessoais do sujeito enunciador ficam, normalmente, ausentes.

Apresentação

Normalmente, o texto argumentativo apresenta-se em três fases principais:

- fase da exposição da tese;
- fase da **argumentação** (é a mais longa; apresenta um conjunto de argumentos);
- fase da conclusão (é a síntese dos argumentos apresentados; faz-se a confirmação da tese).

Actos de fala argumentativos

- **Introdução**: comecemos por..., analisemos primeiro..., recordemo-nos de...
- **Transição**: a seguir vejamos..., agora vejamos..., consideremos o caso de...
- **Enumeração/exemplo**: em primeiro lugar..., em segundo lugar..., tais como..., a saber..., tal é o caso de..., como acontece com/em..., por exemplo..., como o exemplo de...
- **Conclusão**: portanto..., por isso, acreditamos/dizemos/estamos convictos de que...

Aplicação

1. Existe alguma relação entre «argumentar» e «justificar»?
   1.1 Fundamenta a tua resposta.
2. Será possível convencer o nosso destinatário quando nós mesmos temos dúvidas do que estamos a afirmar?
   2.1 Quais são os actos de fala que devemos usar para defender a nossa tese diante do destinatário?

2. Relações de subordinação comparativa

As orações subordinadas funcionam sempre como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração e são introduzidas por meio de uma conjunção ou locução conjuncional subordinativa comparativa.

Estamos perante orações subordinadas comparativas, se a conjunção que as liga às orações subordinantes de que dependem é subordinativa comparativa. Repara nos exemplos.

– Não, o meu coração não é maior *que o mundo*.

– Jurou-lhes que esta orquestra da morte foi muito menos *triste do que podia parecer*.

Assim, podemos afirmar que o primeiro membro da comparação pode estar oculto: (*tal*) qual, (*tal*) como, etc.

Repara nesta frase.

– Havia já dois anos que eu não via a Ana, vi-a agora *qual* era no ano passado.

Como podemos ver, na frase anterior houve a omissão do primeiro membro de comparação (*tal*).

É costume omitir-se o predicado da oração subordinada comparativa, quando se repete uma forma do verbo da oração principal. Atenta no exemplo.

– Teus olhos são *negros, negros* como as noites sem luar...

Segue-se um quadro-resumo das conjunções e locuções subordinativas comparativas.

Conjunções subordinativas comparativas	como, conforme, que, segundo, consoante, qual (quando antecedido de *tal*)
Locuções conjuncionais subordinativas comparativas	assim como... assim, bem como... assim, assim também, bem como, como... assim, mais... do que, menos... do que, tão... como, tanto... como

Aplicação

1. Completa as frases seguintes com as conjunções e locuções comparativas adequadas.
   a) A Júlia fizera o curso de Administração Pública _____ o pai lhe sugerira.
   b) Ontem enfrentei tantas dificuldades ao fazer o trabalho de Filosofia _____ se não tivesse estado na aula.
   c) Tenho de fazer as coisas devidamente, _____ a explicação que me foi dada pelo meu chefe.
   d) O director tratou muito mal os professores,_____ não quis ouvir os seus posicionamentos relativamente ao sucedido.
   e) A minha alegria é _____ intensa _____ do meu colega.
   f) A forma como o César me tratou deixou-me _____ magoada _____ se uma pedra me tivesse caído em cima do pé.

Tema transversal – Desastres naturais: os maremotos

Um desastre natural é uma catástrofe que ocorre quando um evento físico perigoso (tal como uma erupção vulcânica, terramoto ou maremoto) causa graves prejuízos à humanidade.

Maremoto é um sismo que ocorre nas regiões cobertas de oceano. É ocasionado pelo deslocamento das placas tectónicas (blocos em que a crosta terrestre está dividida).

Leitura

Lê atentamente o texto que se segue.

O que é e o que provoca um maremoto? Qual é a diferença entre maremotos e tsunamis?

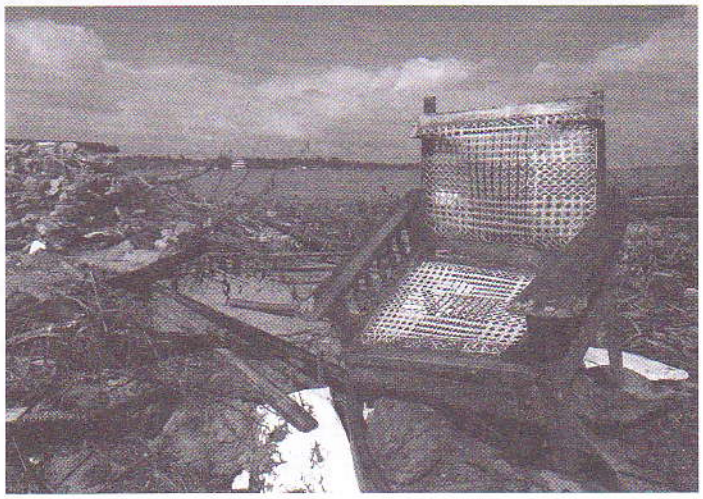
Nenhuma. O termo «tsunami» é usado mais correntemente pela comunidade científica. É uma palavra japonesa que significa «vaga de porto». O mais antigo de que há notícia ocorreu em 1490 a. C., quando a explosão do vulcão Santorin devastou as costas do mar Egeu.

Como se formam os tsunamis?

Os tsunamis desempenham o papel de válvula, pois libertam a energia proveniente de um evento catastrófico. Por vezes, a causa é um tremor de terra significativo ou a explosão de um vulcão. A causa mais frequente é um sismo. O movimento vertical do fundo submarino é transmitido à massa de água e provoca uma deformação à superfície. Ela gera a formação de uma sucessão de vagas que se deslocam à velocidade de um avião (800 a 900 km/hora), com uma fraquíssima dissipação de energia. A cadeia de vagas pode atravessar o Pacífico em 24 a 48 horas: sismos no Chile provocaram maremotos no Japão. A importância do tsunami depende da intensidade do sismo, da profundidade do seu epicentro (quanto mais à superfície, mais o oceano lhe capta a energia) e da importância dos movimentos verticais que provocou. Os tsunamis são muito mais raros no oceano Atlântico.

Que se passa quando um tsunami se aproxima da costa?

Ao largo e em águas profundas, as vagas têm um comprimento de onda (a distância entre duas cristas) muito amplo, entre 20 e 300 quilómetros. Como a sua altura é muito fraca – entre alguns centímetros e várias dezenas de centímetros –, são indetectáveis num barco. É o oposto de uma «vaga celerada» produzida pela conjugação de fenómenos meteorológicos e oceânicos (tempestade, correntes, etc.) que, ao largo, pode erguer uma muralha de água com mais de 30 metros de altura e afundar navios. Ao aproximar-se da costa, porém, a frente de um tsunami é rapidamente travada enquanto a retaguarda a apanha: a vaga contrai-se e ganha altura. É um verdadeiro muro de água que se abate sobre a costa, geralmente com três a seis metros de altura, mas que já atingiu, em alguns casos, 30 metros. Em geral, a primeira vaga não é a mais forte e as seguintes podem chegar alguns minutos ou mesmo uma hora mais tarde. A energia é fenomenal e pode projectar rochas, navios e casas para terra, a várias dezenas de metros de distância. E nem sempre as construções mais sólidas resistem à força das vagas. Os estragos são amplificados nas baías e estuários, que concentram ainda mais a energia dos tsunamis.



Pode prevenir-se um maremoto por antecipação?

Não, da mesma forma que não é possível impedir um sismo. É por essa razão que foi criada uma rede internacional de vigilância. Uma panóplia de equipamentos permite recolher informações: sismógrafos, marégrafos e captadores de pressão colocados nos fundos submarinos, além de satélites de observação científica. Quando ocorre um sismo, todos estes dados alimentam modelos informáticos de previsão do trajecto e da amplitude das vagas. Se necessário, o alerta é dado. O sistema de alerta de tsunamis do Pacífico está sediado no Hawai, sob a égide das Nações Unidas. Participam nele cerca de três dezenas de países, que financiam a sua actividade.

In *Público*, 25.01.2005

Compreensão/Interpretação

1. Explica o que são «desastres naturais».
   - 1.1 Menciona três tipos de desastres naturais e define cada um deles.
   - 1.2 O que entendes por maremoto?
   - 1.3 De acordo com o texto que leste, como se formam os tsunamis ou maremotos?
   - 1.4 Existe alguma diferença entre maremoto e terramoto? Se sim, em que consiste?
   - 1.5 Quais são as consequências de um maremoto?
   - 1.6 É possível prever com exactidão um maremoto?
   - 1.7 Que equipamentos científicos são usados para observar este fenómeno e para dar o alerta?

Produção escrita

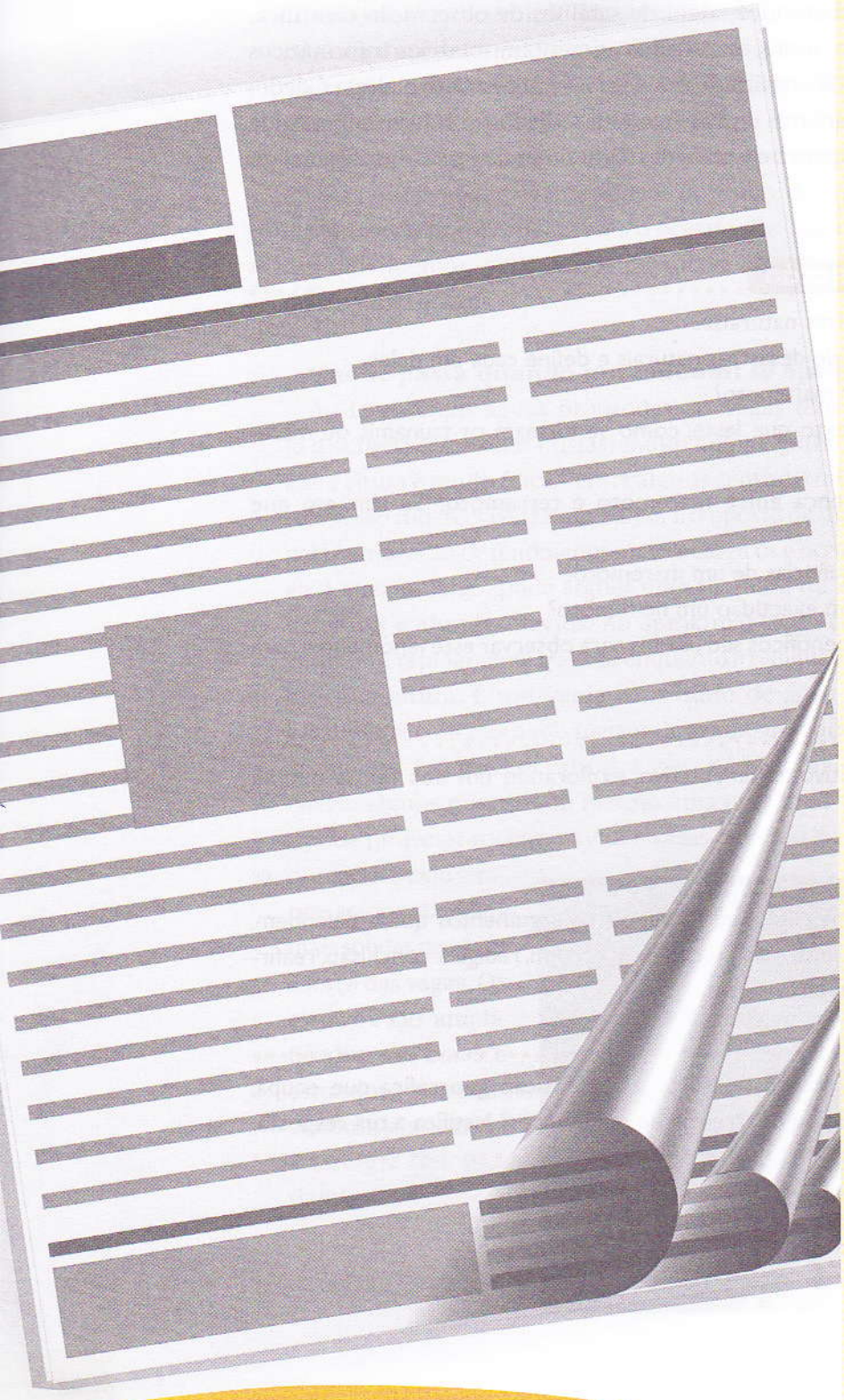
1. Produz um texto expositivo-argumentativo, explorando um dos temas que se seguem:
   - terramotos;
   - maremotos.
2. Começa por escrever uma tese. Redige depois os argumentos que a defendem, ilustrando com exemplos, histórias ou citações. Por fim, redige a conclusão, reafirmando a ideia que apresentaste na tese.

Produção oral

1. Tendo em conta a realidade do nosso país e a posição geográfica que ocupa, achas que há probabilidade de ocorrência de maremotos? Justifica a tua resposta.

Unidade 3

Textos jornalísticos: artigo de fundo/editorial



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- caracterizar a mancha gráfica e a estrutura do artigo jornalístico de fundo/editorial;
- interpretar um artigo de fundo/ /editorial;
- identificar o tipo de discurso usado em artigos de fundo/editoriais;
- identificar a importância do artigo de fundo/editorial.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- identificar as variações linguísticas, no espaço;
- distinguir dialecto de língua padrão.

3. Sobre o tema transversal (Saúde e nutrição):
- promover a saúde e a nutrição, identificando situações de risco;
- difundir práticas participativas que permitam um maior controlo da saúde e mais qualidade de vida;
- saber como melhorar as condições, na escola e na comunidade, das casas de banho, latrinas, aterros, sistema de remoção e tratamento de lixo e dejectos humanos.

Textos jornalísticos: artigo de fundo/editorial

Nesta unidade didáctica, vamos abordar o texto jornalístico, especificamente o artigo de fundo ou editorial.

Nascimento & Pinto (Nascimento, Zacarias & Pinto, José Manuel de Castro, *A Dinâmica da Escrita – Como Escrever com Êxito*, 2.ª edição, Lisboa, Plátano Editora, S/A, 2003) definem editorial como um texto onde a direcção de um jornal ou revista expressa publicamente a sua posição sobre algo relevante da actualidade. Sendo pertença do texto opinativo, tal como a crónica, a crítica e o comentário, o editorial assume, todavia, um estatuto particular, na medida em que implica, de modo especial, a credibilidade da publicação.

Este tipo de texto exige sempre uma estrutura límpida e uma linguagem clara, concisa, directa e digna, exigências próprias de uma voz que se apresenta como líder de opinião, sabendo, portanto, identificar e analisar factos ou problemáticas que interessam à opinião pública, contextualizando-os, fazendo comparações com situações similares, retirando conclusões, formulando juízos.

Nesta óptica, vamos identificar e caracterizar as partes do editorial, os tipos de artigo de fundo, o seu estilo discursivo e a sua importância para a sociedade.

No domínio do funcionamento da língua, estudaremos a variação da Língua Portuguesa no espaço: no Brasil e em Moçambique.

Leitura

Lê atentamente o texto.

É Obra

Arrancou a festa da capital da cultura, apesar de alguns portuenses andarem em quezília com a Porto 2001. Ao contrário de Roterdão (cidade menos precisada), o Porto lançou a festa em obras, muitas obras, para que fiquem novas raízes e outras antigas não se percam. Muitos dizem que não é maneira de começar uma festa, com uma cidade entaipada. A uns, há que entender-lhes a primazia pela estética passageira, a outros, a zanga pelos negócios perdidos, em ruas esburacadas, mas são razões pequeninas para o Porto.

Manuel Maria Carrilho soube aproveitar a ocasião e criar a oportunidade de levar o Porto a capital da cultura. Como ministro, pensou uma manifestação cultural sem precedentes para a cidade.

Um projecto politicamente interessante para 2001, sem obras por acabar.

Com Carrilho, o Porto iria ter um rico boião de cultura consumível por um ano. Felizmente perdeu o projecto.

Artur Santos Silva impôs o projecto e, após polémica necessária, afastou-se. Mas venceu a sua visão de um Porto 2001 como ponte para o futuro. Mais do que 2001, a cidade dever-lhe-á o enriquecimento após a festa, em que a futura Casa da Música é apenas o exemplo mais óbvio.

Casa da Música, Porto, Portugal.

Invulgar foi ainda a decisão de Teresa Lago de agarrar no legado de Artur Santos Silva, um programa que sabia antecipadamente não poder estar concluído na abertura da capital da cultura. A discrição e a inteligência com que o fez revelam coragem na decisão e determinação aplicada na tarefa.

Apesar das obras, o Porto tem um excelente programa para 2001: com as obras muito mais ganhará o Porto por ter sido a capital europeia da cultura. Felizmente que, por muitas que sejam as críticas, há quem não desista de causas, quem não se abstenha.

Francisco Azevedo e Silva, *Diário de Notícias*, 2001

Vocabulário

Quezília – embirração, desavença
Entaipada – metida entre taipas, enclausurada, emparedada

Compreensão/Interpretação

1. Assinala com X, de entre as opções seguintes, a tipologia textual em que se enquadra o texto que acabaste de ler.
   - ☐ a) Texto multiuso.
   - ☐ b) Texto didáctico-científico.
   - ☐ c) Texto jornalístico.
   - ☐ d) Texto administrativo.

   INFORMAÇÃO, 1 p. 31

   1.1 Justifica a tua resposta, citando uma passagem do texto.
2. A estrutura do editorial incorpora três momentos fundamentais: apresentação do problema, exposição das suas consequências e tomada de posição.
   2.1 Identifica, no texto, estes três momentos.

Funcionamento da língua

1. «Arrancou a festa da capital da cultura, **apesar** *de* alguns portuenses andarem em quezília com a Porto 2001.»
   1.1 Classifica morfologicamente a expressão destacada.
   1.2 Substitui a expressão destacada por outra equivalente, sem alterar o sentido da frase.
2. Classifica morfologicamente a palavra introdutora do primeiro parágrafo do texto: «Arrancou».

Informação

1. Editorial/Artigo de fundo

Na concepção de Rei (Rei, J. Esteves, *Curso de Redacção de O Texto II*, Porto, Porto Editora, 2000, pág. 131), o editorial pertence ao grupo de textos interpretativos para que tende o jornalismo moderno (comentário, crítica e a crónica), nos quais os seus autores se debruçam sobre o que acontece e, como refere Luísa Santamara (1990: 61), «servem para mudar o mundo e, em certas ocasiões, para mudar a vida». Para Jean-Luc Martin-Lagardette, *apud* Rei (2000, pág. 132), é um artigo «tomando posição sobre um facto da actualidade e comprometendo a responsabilidade moral do jornal».

De entre as várias **funções** do editorial, destacam-se as seguintes:

- explicar os factos;
- apresentar antecedentes;
- «predizer» o futuro;
- formular juízos.

Ora, o artigo de fundo pode apresentar-se sob diferentes **subgéneros**, nomeadamente:

- **Editorial polémico** – em que se combatem posições contrárias e se procura convencer pela via da argumentação. Visa desmontar as teses dos adversários.

- **Editorial interpretativo** – baseando-se em dados científicos, o editorialista estuda pormenorizadamente os factos e as declarações que constituem o tema, fornecendo os elementos necessários à sua compreensão ou à formulação de juízos sobre os mesmos. Num segundo momento, expõe a sua posição subjectiva, isto é, as conclusões que o editorialista considera serem as mais acertadas e para as quais os leitores já ficaram sensibilizados.
- **Editorial objectivo ou analítico** – expõe os dados e os factos muito objectivamente, apontando mais explicações e emitindo sentenças, como que evitando pronunciar-se sobre o erro ou a verdade, o bem ou o mal dos dados avançados.

Sob o ponto de vista **estilístico**, o editorial ou artigo de fundo pauta-se pela dignidade e seriedade linguísticas, de maneira a manter a autoridade perante o público.

Aliado a estes dois componentes, encontram-se a clareza, a brevidade e a concisão. Nota-se o desaparecimento do *eu* do editorialista, substituído pelo *nós*. Cumpre o seguinte raciocínio: premissa maior, caso concreto e conclusão previsível. Evita parágrafos evasivos, para não recorrer a subterfúgios, que acabam por dar origem a equívocos e ambiguidades.

A estrutura do editorial divide-se em três momentos fundamentais:

I. Apresentação do problema;
II. Exposição das consequências do problema;
III. Tomada de posição.

Assim, para a **elaboração** de um artigo de fundo, deve-se:

- primeiro, apresentar o tema;
- segundo, expor as suas implicações e consequências;
- terceiro, tomar uma posição pessoal, adoptando uma conduta, (propondo) uma solução e traçando um rumo.

O parágrafo final é de importância crucial.

Aplicação

1. Que relação estabeleces entre a argumentação e a produção de um artigo de fundo?
2. Achas que, na prática, um editorial modifica o mundo?
3. Que implicações tem a leitura de editoriais?
4. Propomos-te que leias, pelo menos, dois editoriais sobre a saúde e nutrição. Pesquisa em várias fontes: em casa (em revistas e jornais que tu ou a tua família possam ter), na biblioteca da escola, etc. Apresenta-os à turma.
   4.1. Que opiniões são veiculadas em cada um deles?

2. Variação da língua portuguesa no espaço: Brasil e Moçambique

A actualização de uma língua apresenta diferenças no espaço geográfico, na medida em que os falares diferem de continente para continente e até de região para região. A essas diferenciações quanto à forma de falar em cada região ou local chamamos *variações diatópicas*.

Repara nas variações seguintes:

Exemplos das variações entre o português de Moçambique e o português do Brasil

«Todas as variedades linguísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o facto de a língua estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas», defendem Cunha & Cintra (1991).

A Língua Portuguesa apresenta algumas diferenças quanto à utilização que dela se faz em alguns países do mundo.

Entre o português falado em Moçambique (PM) e o português falado no Brasil (PB), por exemplo, existem algumas diferenças.

Vamos analisar com mais pormenor algumas dessas diferenças.

Por exemplo, enquanto no PM dizemos «Hoje, a Maria não apareceu por aqui», no PB diz-se «Hoje, Maria não apareceu por aqui».

Portanto, o que há de diferente nas duas construções é que na primeira construção (PM) temos o artigo a anteceder o substantivo ou nome (Maria), ao passo que na segunda construção (PB), verifica-se que o substantivo ocorre sem nenhum artigo a antecedê-lo.

Podemos, assim, depreender deste exemplo que no PB omitem-se os artigos, ou seja, os substantivos ou nomes ocorrem sem determinantes ou artigos a antecedê-los, enquanto no PM não se verifica tal irregularidade.

Vamos ver uma outra situação:

PM: Vou comprar o meu vestido. **PM:** Não conheço a sua mulher.

PB: Vou comprar meu vestido. **PB:** Não conheço sua mulher.

Tomando como base os exemplos acima apresentados, podemos salientar que, quanto ao nível morfológico e sintáctico, no PB é habitual, antes do possessivo pronominal, a ausência do artigo. Pelo contrário, no PM temos sempre o artigo a anteceder o possessivo pronominal, salvo nos casos em que a frase é construída incorrectamente. As regras, porém, ditam a colocação do artigo antes do possessivo pronominal ou antes do substantivo.

Todas as variedades linguísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus falantes. Mas o facto de a língua estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas variações diatópicas, diastráticas e difásicas (Cunha & Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo,* Edições João Sá da Costa, 1991, Lisboa).

Resumidamente, podemos definir cada uma destas variações do seguinte modo:

- **Variações diatópicas** – são as que se referem a falares locais, regionais e intercontinentais (como é o caso do português do Brasil e do português de Moçambique).
- **Variações diastráticas** – são as que se referem às diferenças verificadas na linguagem das várias camadas socioculturais.
- **Variações difásicas** – são as que dizem respeito aos diferentes tipos de modalidade expressiva (língua falada, escrita, literária).

Neste contexto, é ainda importante distinguir dialecto de língua padrão.

O português falado em todo o mundo é, apesar de tudo, uma língua bastante homogénea, devido à acção de diversos factores, entre os quais se destacam a ampla difusão dos meios de comunicação e a implantação do ensino obrigatório. O traço de união entre as variedades que se registam nos diferentes países é a língua padrão, que funciona como um modelo linguístico. Entre as muitas variedades de uma língua, há uma que se destaca e é escolhida pela sociedade como modelo. A **língua padrão** é a variedade social de uma língua que foi legitimada historicamente enquanto meio de comunicação da classe média e da classe alta de uma comunidade linguística.

Os acontecimentos históricos, os contactos com falantes de outras línguas, o tempo, entre outros factores, determinaram que o português se fosse progressivamente diferenciando de região para região. Sofreu numerosas mudanças à medida que se foi implantando em diferentes espaços geográficos, mudanças essas que deram origem a diversas variedades. Em cada região encontramos uma variedade distinta, com os seus traços particulares. No Brasil não se fala um português idêntico ao de Moçambique e mesmo em Moçambique há diferenças entre o falar de um falante do Norte e o de um falante do Sul.

Chamamos variedades geográficas, dialectos regionais ou, simplesmente, **dialectos** a estas diferentes formas que a língua apresenta consoante as regiões em que é falada.

Aplicação

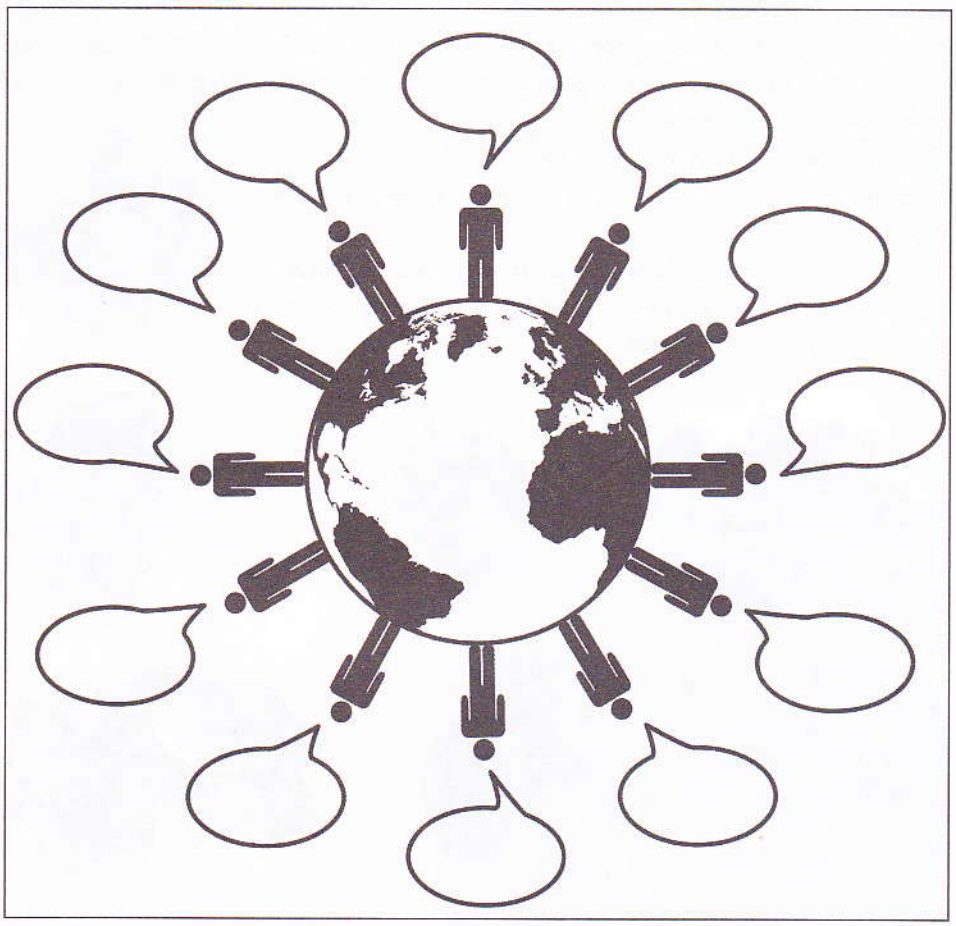
1. De forma resumida, apresenta o teu ponto de vista relativamente à importância da língua comum na comunidade dos PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa).
2. Define dialecto.
   2.1 O que o distingue da língua padrão?

Produção escrita

1. Imagina que és responsável por um editorial. Escreve um artigo de fundo apresentando a tua opinião sobre a desvalorização das línguas bantu em detrimento do português no nosso país.

Produção oral

1. Em grupo, discute com os teus colegas a padronização das línguas.



Tema transversal – Saúde e nutrição

A nossa saúde depende das nossas acções. O mundo só pode viver em paz se houver cuidados básicos de saúde para cada cidadão.

A experiência do dia-a-dia mostra que muitos indivíduos adoecem porque não cuidam da sua saúde, relegando este aspecto para segundo plano, numa fase em que as condições de vida já são deploráveis, o que dificulta ainda mais a acção médica.

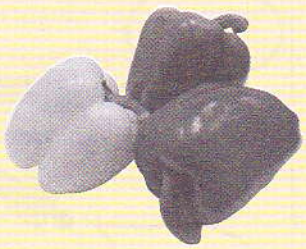
Fazer uma alimentação saudável tem-se revelado uma dificuldade para a comunidade, uma vez que se pensa que comer bem e equilibradamente depende de se ter muito dinheiro ou de se ser rico.

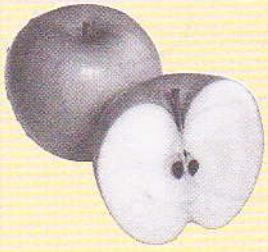
Na verdade, uma alimentação correcta não exige muitos recursos financeiros, mas, sim, rigor na selecção e combinação dos alimentos a ingerir.

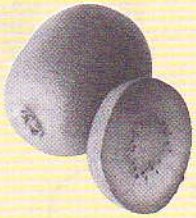
A selecção adequada e a combinação de alimentos, por refeição, conduz-nos a uma vida equilibrada, em que crescemos saudáveis, graças a uma boa nutrição. Então, o nosso papel é o de aconselhar os outros, de modo que cuidem da sua saúde, particularmente dos hábitos alimentares, pois, se isso não acontecer, a sua vida pode estar em perigo.

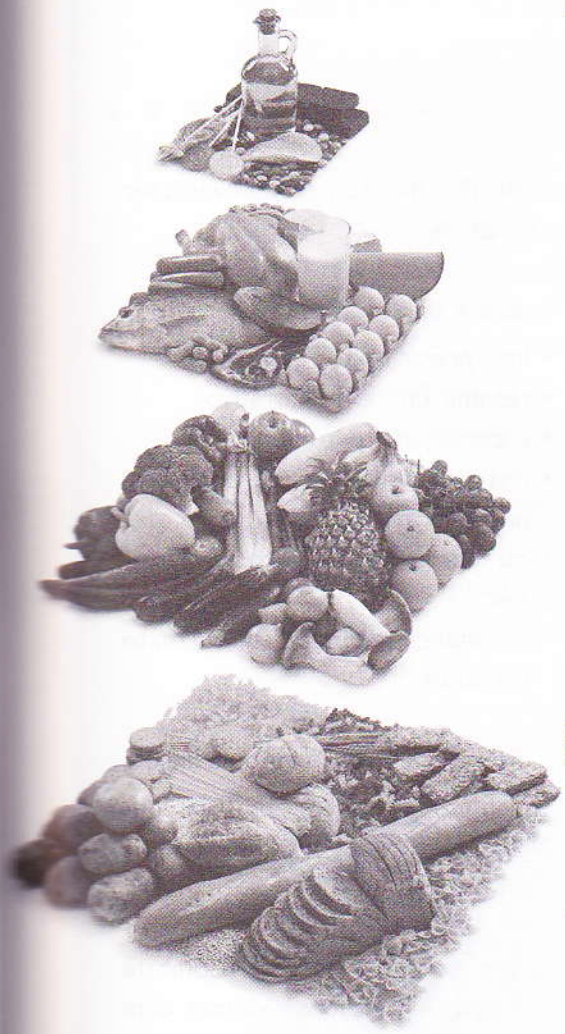
Tu também deves fazer a tua parte. Aconselha os outros a viver bem e a comer bem, a baixo custo.

Partilha esta reflexão com os teus pais e familiares e estende-a aos teus amigos e à comunidade onde vives.







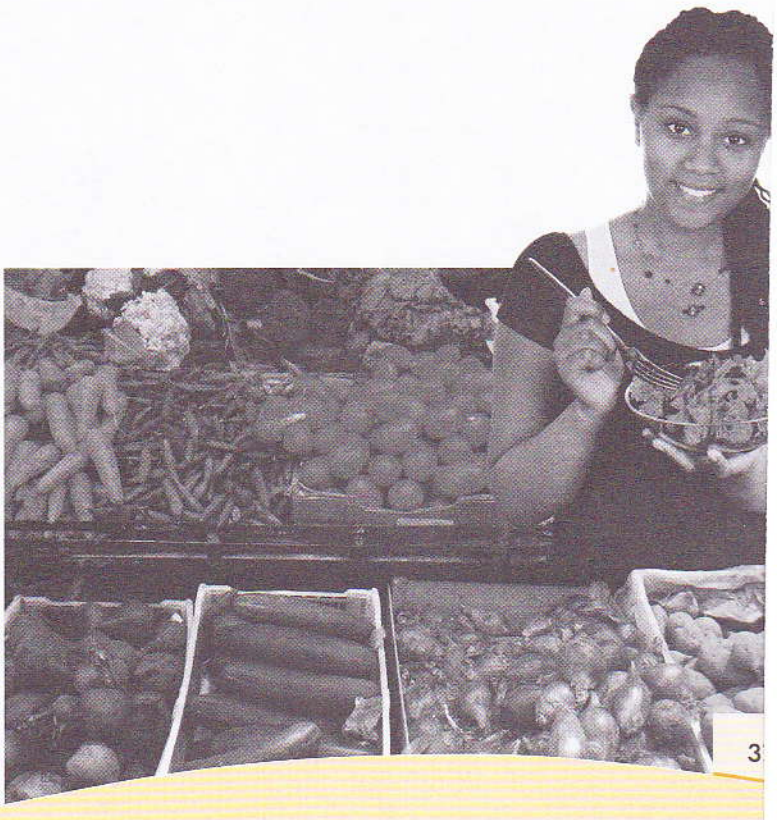


Produção oral

1. Discute com o teu colega de carteira como se poderão resolver os problemas de nutrição na comunidade com poucos recursos.
   Depois, partilhem a vossa reflexão com outros colegas, em grupos de quatro. De seguida, com uma indicação prévia de um moderador, discutam este assunto em grupos de oito alunos. Finalmente, discutam este tema em sessão plenária, tomando o líder da turma a posição de moderador do debate. Todas as sugestões apresentadas sobre a melhoria das condições de saúde e nutrição a implementar no bairro ou na comunidade devem ser apontadas no quadro e, depois, transcritas nos cadernos. Quando chegarem a casa, partilhem as diferentes experiências com a família, amigos, vizinhos e comunidade circundante.
2. O que achaste do debate?
3. Que mudanças concretas podem ser aplicadas na vida da população?

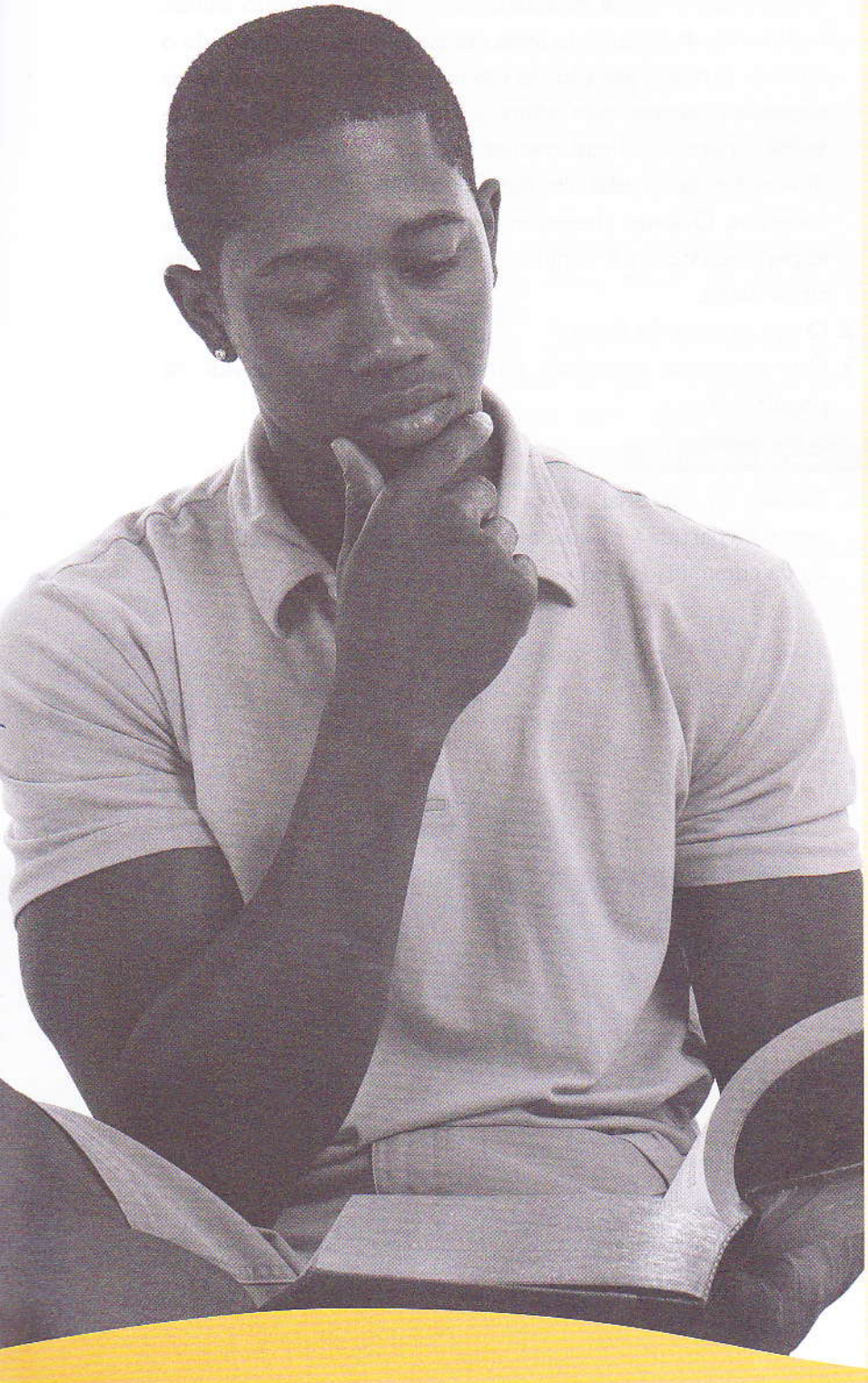
Produção escrita

1. Escreve um editorial acerca de saúde e nutrição. Usa como ponto de partida a realidade da prática alimentar do teu bairro ou da comunidade onde vives.



Unidade 4

Textos literários: o texto narrativo



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar textos narrativos;
- resumir um texto narrativo;
- recontar um texto narrativo;
- distinguir as partes que compõem um texto narrativo;
- caracterizar as categorias da narrativa;
- caracterizar o discurso de um texto narrativo.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- elaborar frases em que haja concordância entre o sujeito e o nome predicativo do sujeito.

3. Sobre o tema transversal (Combate à estigmatização de vítimas com HIV/SIDA):
- produzir um texto narrativo subordinado ao tema *Combate à estigmatização de pessoas com HIV/SIDA*.

O texto narrativo

No dia-a-dia, o Homem depara-se com várias situações que precisam de ser relatadas. Amiúde, estas situações são inventadas por alguém que configura um cenário, um momento e uma série de entidades que se situam dentro e fora do texto, para dar lugar ao que se chama narrativa. Isto equivale a dizer que os textos narrativos não se resumem ao facto, ao vivido, ao concreto. Estendem-se até ao imaginável, ao além – real ou parecido com o real (verosímil ou inverosímil).

Para tal, esta entidade cria várias realidades que só têm sentido dentro do próprio texto e que são narradas observando uma determinada estrutura lógica, com uma sequência de acontecimentos e uma intervenção organizada de determinados seres; realizam-se num determinado tempo e espaço e são produzidas para um público, por um indivíduo e respeitando um determinado tipo de discurso, que, de forma recorrente, irá caracterizar estes textos.

Este é o assunto que iremos abordar nesta unidade. Iremos também analisar a concordância sintáctica entre os constituintes de uma frase, especificamente o sujeito e o nome predicativo do sujeito.

Finalmente, proporemos a elaboração de um texto narrativo que, de forma criativa, relate uma história que nos ensine a conviver com vítimas de HIV/SIDA.

1. Atenta nas imagens.

1.1 Agora, diz:
- que personagens vês (podes inventar nomes para as mesmas);
- em que espaço se encontram;
- em que tempo as situas.

Leitura

Lê atentamente o texto seguinte.

A Preguiçosa

Havia uma rapariga muito bonita, no entanto, desmazelada. Foi pedida em casamento por um jovem bonito, cauteloso, responsável, mas «mulherengo». O pai da rapariga disse ao rapaz que ela lhe não servia, por ser muito desleixada; para além disso, o pai da menina não gostava de a entregar a um rapaz que prestava atenção a múltiplas raparigas simultaneamente.

Contudo, o rapaz estava mesmo interessado em ter alguém que seriamente lhe servisse como esposa, pesasse embora a sua conduta de risco no que concerne às relações de intimidade com mulheres. Considerando-se capaz de mudar as características da rapariga, reagindo ao pronunciamento do pai, disse:

– Deixe-a comigo – respondeu o mancebo.

O pai, embora receoso das implicações sociais da junção em matrimónio da sua filha, bonita mas desmazelada, com um jovem responsável mas de múltiplas e concomitantes relações, deixou ao critério deste a tomada da decisão; casaram e foram viver para o campo.

O marido foi trabalhar no seu campo e só voltou a casa à noite, uma vez que, depois do trabalho, cumprira com a habitual escala pelas restantes casas das suas amiguinhas. Surpreendentemente, quando chegou a casa, encontrou a mulher sentada, com os braços cruzados, sem jantar feito, a casa por varrer e a loiça do casamento por lavar.

O marido varreu a casa, lavou a loiça, preparou o jantar e sentou-se, sozinho, resmungando, a comer.

Ao primeiro bocado que meteu na boca, disse:

– Este é para quem varreu a casa; ao segundo: é para quem lavou a loiça; ao terceiro: é para quem fez o jantar.

E assim foi até comer sozinho o seu jantar.

De seguida, ausentou-se da casa e, para relaxar, fez uma voltinha às esquinas habituais das suas jovens amigas. Voltou a alta noite, cansado, envergonhado, mas com a sensação de ser um homem forte, pelo facto de conseguir ludibriar a sua noiva desmazelada. Chamou-a para o descanso:

– Vamo-nos deitar – disse para a mulher.

Deitaram-se; no dia seguinte, repetiu-se a mesma cena; ao terceiro dia, quando ele recolheu a casa, encontrou-a com a casa varrida, a loiça lavada e o jantar preparado. Marido e mulher comeram muito satisfeitos.

Alguns dias depois do casamento, disse o pai da rapariga:

– Vou ver a minha filha e o meu genro. O que não irá lá por casa! Uma vergonha! Daquela não faz o marido nada com jeito. Vou vê-los.

Partiu. Quase ao chegar ao monte, viu à porta uma mulher a fiar à pressa. Apenas a mulher o avistou, gritou:

– Ó meu senhor da mula! Traga boa lenha, que na casa deste homem quem não trabalha não come.

Tempos depois, a desgraça bate à porta dos recém-casados: dores de estômago constantes, transpirações nocturnas, perda de peso, malária resistente, emagrecimento... As situações típicas dos resultados da falta de fidelidade por parte do jovem noivo perante a sua esposa.

Ataíde Oliveira, *Contos Tradicionais Portugueses*

(adaptado)

Compreensão/Interpretação

1. Já estudaste diferentes géneros e tipologias textuais.
   INFORMAÇÃO, 1 p. 43
   1.1 Em que género e tipologia textual enquadrarias o texto que acabaste de ler?
   1.2 Divide o texto em partes lógicas e dá um título a cada uma delas, de acordo com o assunto.
   1.3 Identifica os intervenientes na acção que se narra no texto.
   1.4 Com que personagem (não) te identificas no texto? Fundamenta a tua resposta.
   1.5 Em que ambiente social, cultural e psicológico se desenrola a acção do texto?
2. Presta atenção ao primeiro parágrafo.
   2.1 Explica os riscos que tanto a noiva quanto o noivo corriam, caso se unissem maritalmente, tendo em conta as características de cada um deles.
3. Apesar do alerta do pai da rapariga, o jovem decidiu casar com ela.
   3.1 Se tu fosses o rapaz em causa, perante a decisão do pai da tua futura esposa, que atitude tomarias?
   3.2 E se fosses o pai da rapariga, reconhecendo que o teu genro possuía as características referidas no primeiro parágrafo do texto, o que farias?
4. Atenta nos parágrafos 5, 6 e 7.
   4.1 A que conclusão chegas relativamente à situação social dos noivos?
5. O penúltimo parágrafo do texto reflecte o desfecho da história desta família.
   5.1 Que análise fazes da conduta do jovem noivo?
   5.2 Que posição tomarias, caso fosses um dos intervenientes nesta história?
   5.3 Perante este cenário, qual seria o papel dos pais e da comunidade?
6. O último parágrafo encerra o texto por meio de uma interrogação, o que nos remete para uma reflexão.
   6.1 Que lição tiras ao reflectires sobre esta questão?

Produção escrita

1. Resume, por escrito, o texto que acabaste de ler.

Produção oral

1. Faz o reconto oral do texto «A Preguiçosa».

Informação

1. Narração

Segundo Reis e Lopes (*Dicionário de Narratologia*, 7.ª Edição, Coimbra, 2002, pág. 247), o termo «narração é entendido como processo de enunciação narrativa, como resultado dessa enunciação, como escrita da narrativa, como processo oposto à descrição, mesmo como modo literário, em relação distintiva com o modo dramático e o modo lírico», desempenhando, então, uma função marcadamente activa de preparação da argumentação, pois, como fundamenta Barthes (1975, pág. 209) *apud* Reis e Lopes (2002, pág. 247), «a narração não é uma história, mas uma prótese argumentativa».

O critério apositivo proposto por Reis e Lopes (*op. cit.*, 2002, pág. 248) passa pela dinâmica incutida à narrativa, daí que se entenda «a narração, em contraste com a descrição, como aquele procedimento representativo dominado pelo expresso relato de eventos e de conflitos que configuram o desenvolvimento de uma acção», sendo, com efeito, possível compreendê-la em função de um movimento temporal que transmita à narrativa a dinâmica mencionada.

A narração consiste, então, em criar uma sequência de factos na qual as personagens se movimentam num determinado espaço à medida que o tempo passa.

O texto narrativo é baseado na acção, a qual envolve personagens, tempo, espaço e conflito. Assim, o texto narrativo apresenta uma determinada **estrutura**, como destacamos:

– apresentação;
– complicação ou desenvolvimento;
– clímax;
– desfecho.

Registe-se que, nesta estrutura narrativa, o tempo marca a sucessão cronológica, indica a duração ou, juntamente com o espaço, faz a contextualização histórica, cultural e social dos acontecimentos. A ordenação dos acontecimentos pode transgredir a ordem cronológica e resultar de outros factores, como relações de valores – amor, ódio, corrupção, violência, etc.

Narração e narratividade

No nosso quotidiano, encontramos textos narrativos; contamos e/ou ouvimos histórias constantemente. Mas os textos que não pertencem ao campo da ficção não são considerados narração, pois esses não têm como objectivo envolver o leitor pela trama, pelo conflito. Podemos dizer que nesses relatos há **narratividade**, ou seja, o modo de ser da narração ou, melhor, a narratividade incide sobre o estado específico, sobre as qualidades intrínsecas dos textos narrativos, apreendidos ao nível dos fundamentos semiodiscursivos.

Portanto, segundo Groupe d'Entrevernes (1979, pág. 14), citado por Reis e Lopes (*op. cit.*, 2002), «é o fenómeno de sucessão e de transformação, inscrito no discurso e responsável pela produção de sentido».

Categorias da narrativa

1. Acção (intriga)

1.1 **Central** – constituída pelos acontecimentos principais.

1.2 **Secundária** – constituída pelos acontecimentos secundários, que contribuem para a valorização da acção central; permite identificar situações ou valores e compreender contextos sociais, culturais, ideológicos, geográficos ou outros.

Momentos determinantes da acção

- **Introdução** (situação inicial, apresentação);
- **Desenvolvimento** (peripécias e ponto culminante);
- **Conclusão** (desenlace).

Delimitação da acção

- **Narrativa aberta** – a acção não apresenta a solução definitiva para o destino das personagens; deixa a possibilidade de acrescentar novas peripécias à série de acontecimentos que foram narrados.
- **Narrativa fechada** – a acção e a sorte das personagens são resolvidas até ao pormenor.

Sequência narrativa das acções

As acções diversas de determinada obra relacionam-se entre si por:

- **Encadeamento** – ordenação temporal das acções.
- **Encaixe** – introdução de uma acção noutra.
- **Alternância** – entrelaçamento das acções que se vão desenrolando, ora uma, ora outra, separada e alternadamente, podendo fundir-se num determinado ponto da narrativa.

2. Espaço

2.1 **Geográfico ou físico**

Lugar ou lugares onde decorre a acção. Diz-se geográfico se remete para grandes espaços definidos de acordo com coordenadas geográficas, como de latitude ou longitude; é, normalmente, identificado com pequenas referências físicas, podendo dizer-se interior ou exterior, fechado ou aberto, público ou privado.

2.2 **Social e cultural**

Caracteriza a situação social e económica ou o meio em que vivem as personagens.

Define as classes e os grupos sociais de acordo com os seus interesses, as suas ideologias e crenças, os seus valores, a sua posição na sociedade. O espaço cultural integra-se, normalmente, no espaço social, embora remeta mais para valores culturais, tradições, costumes e formação cultural.

2.3 **Psicológico**

Remete para a que cada personagem tem do espaço físico ou de um espaço de emoções ou sensações.

3. Tempo

3.1 **Da história ou cronológico**

Define-se por datas ou pelo decurso e duração dos acontecimentos.

3.2 **Do discurso ou da narrativa**

Obedece à sequência do próprio enunciado, podendo alongar, resumir, alterar ou omitir os dados do tempo cronológico. As alterações da ordem dos acontecimentos ou supressão e resumos tomam a designação de:

- analepse – recuo no tempo, evocação de factos (*flashback*, na terminologia cinematográfica);
- prolepse – avanço no tempo;
- elipse – omissão de períodos mais ou menos longos da história;
- resumo ou sumário – síntese dos acontecimentos que decorreram durante um certo período de tempo.

3.3 **Psicológico**

Resultante da vivência das personagens e do modo como estas sentem o pulsar e o desenrolar do tempo, em função do seu próprio estado de espírito.

4. Personagens

Protagonistas e antagonistas

A narrativa é centrada num conflito vivido pelas personagens e, por conseguinte, estas são muito importantes no que respeita a construção do texto.

Podemos dizer que existe um protagonista (personagem principal) e um antagonista (personagem que actua contra o protagonista, impedindo-o de alcançar os seus objectivos). Há também os adjuvantes ou coadjuvantes, personagens secundárias que também exercem papéis fundamentais na história.

4.1 **Caracterização**

4.1.1 **Directa**

É feita através dos elementos fornecidos pelo narrador. É realizada através das palavras da personagem e das outras personagens.

É efectuada mediante a descrição dos aspectos físicos e psicológicos das personagens. As personagens revelam os seus problemas, as suas

intenções ou as suas ideias através de monólogos, de cartas, de canções, de sonhos, entre outros.

4.1.2 **Indirecta**

Partindo das atitudes, dos gestos, dos comportamentos e dos sentimentos da personagem ou dos símbolos que a acompanham, o leitor forma as suas próprias opiniões acerca das características físicas ou psicológicas da dita personagem.

4.2 **Composição e formulação**

4.2.1 **Personagens planas** – são personagens estáticas, sem vida interior, sem densidade psicológica, dado que não alteram o seu comportamento, nem evoluem psicologicamente. São definidas de forma linear por um ou vários traços que as acompanham ao longo da narrativa.

4.2.2 **Personagens modeladas** – são personagens dinâmicas e com densidade psicológica, cheias de vida interior e capazes de surpreender o leitor pelas suas atitudes e comportamentos.

4.3 **Papel que desempenham na economia da narrativa**

4.3.1 **Principais ou protagonistas**

É em torno das personagens principais ou protagonistas que decorre a acção.

4.3.2 **Secundárias**

As personagens secundárias participam na acção mas não têm um papel decisivo.

4.3.3 **Figurantes**

São as personagens que caracterizam o espaço social em que se inserem, como as mentalidades e as atitudes culturais.

5. Narrador

5.1 **Presença**

5.1.1 **Narrador participante**

5.1.1.1 **Autodiegético** – a narração é feita na primeira pessoa, sendo nomeadamente de carácter autobiográfico; o narrador assume o papel de personagem principal ou protagonista.

5.1.1.2 **Homodiegético** – a narração é feita na primeira pessoa, mas o narrador assume-se apenas como personagem secundária.

5.1.2. **Narrador não participante**

5.1.2.1 **Heterodiegético** – a narração é feita na terceira pessoa, dado que o narrador não participa nos acontecimentos nem interfere na história.

5.2 **Ciência** (ponto de vista, focalização)

5.2.1 **Omnisciente**

O narrador conduz a narrativa criando uma unidade lógica; ao mesmo tempo, penetra no íntimo das personagens, revelando o que lhes vai na alma; conhece tudo o que diz respeito às personagens e aos acontecimentos; analisa as acções, os comportamentos, os sentimentos e o pensamento dos heróis.

5.2.2 **Focalização interna**

O narrador contempla as personagens que criou e traça a sua análise partindo do exterior para o interior (é a expressão facial da personagem que dá a conhecer o seu estado de espírito; é o silêncio da personagem que revela os seus sentimentos; é a mímica ao serviço da expressão de estados de alma).

5.2.3 **Focalização externa** – as personagens são-nos apresentadas através dos diálogos, das atitudes, dos gestos e das acções. O narrador observa, com objectividade, o mundo físico em que se movem as personagens, observa-as, ouve-as, descreve as suas acções, mas não «penetra» nos pensamentos e sentimentos das personagens, não podendo, por isso, dar a conhecer ao leitor, por antecipação, o que vai acontecer.

Discurso narrativo

Havendo a necessidade de expor os factos de uma forma límpida, de modo a que o leitor entenda facilmente o texto, recorre-se ao uso de um discurso claro, objectivo, organizado sequencialmente e com algumas figuras de estilo, ou seja, estas são utilizadas com maior parcimónia do que geralmente acontece num texto poético. Os recursos expressivos são processos utilizados pelos autores para tornar o texto mais sugestivo e eficaz (comparação, metáfora, a personificação, a hipérbole, ironia...).

Aplicação

1. O que é que pensas sobre a obra narrativa, no que se refere à sua relação com a realidade factual, física, material?
2. O que é a verosimilhança, a razão do *poder ser*, de um texto literariamente classificado como narrativo?
3. Julgas que o quotidiano pode ser reflectido por meio de uma obra literária, especificamente um texto narrativo?
   3.1. Se sim, então podes produzir um texto narrativo. Parte de um ponto real, do quotidiano, e imagina uma outra realidade, que assume sentido somente no contexto de uma obra de arte, no texto literário.

2. Concordância entre o sujeito e o nome predicativo do sujeito

Nos elementos oracionais, devemos sempre considerar a articulação sintáctica que entre eles se estabelece.

O nome predicativo do sujeito pode ser um nome ou uma expressão equivalente que se associa a um verbo copulativo ou de ligação (*ser, estar, ficar, continuar, parecer*) para lhe atribuir sentido, indicando um estado ou uma qualidade.

Em particular, atenta na concordância entre o sujeito e o nome predicativo do sujeito.

- O nome predicativo do sujeito concorda com o sujeito em género e número.
  Ex.: A rapariga estava sentada.
- Se o sujeito for composto e do mesmo género, o predicativo concordará no plural e no género dos sujeitos.
  Ex.: A rapariga e a mãe estavam insatisfeitas.
- Se o sujeito for composto e apresentar géneros diferentes, o predicativo concordará no masculino plural, preferencialmente.
  Ex.: A rapariga e o pai estavam receosos.
- Sendo o sujeito um pronome de tratamento, a concordância dependerá do sexo da pessoa a que nos referimos.
  Ex.: Vossa Excelência é muito bondoso(a).

Nas construções do tipo *É bom, É preciso, É necessário, É proibido*, o nome predicativo do sujeito ficará no masculino singular, não havendo artigo antes do sujeito.

Exs.: Refrigerante é bom no calor.
É preciso paciência.
É necessário muita cautela.
É proibido entrada a menores de...

Havendo artigo antes do sujeito, a concordância será feita da forma normal.
Ex.: É proibida a entrada a menores de dezoito anos.

Aplicação

1. Observa as frases que se seguem e estabelece a concordância entre os elementos oracionais (sujeito e nome predicativo do sujeito).
   a) O genro mostrou-se _____ (insatisfação) pelo comportamento da noiva.
   b) A noiva, o noivo e o pai não foram _____ (culpabilização) pelo sucedido.
   c) A noiva era muito _____ (desmazelo).
   d) Quando o noivo voltou do campo, fez a limpeza, confeccionou os alimentos e comeu-os, e a noiva não estava _____ (satisfação).
   e) O pai da rapariga foi _____ (alerta) para a conduta do genro pela própria filha.

Tema transversal – Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA

Leitura

Lê atentamente o texto seguinte.

Convencer as empresas a adoptar políticas pertinentes

Muitas das empresas que estabelecem programas no local de trabalho fazem-no frequentemente sem uma política clara sobre como tratar o HIV/SIDA. Para as empresas gerirem o HIV/SIDA de forma eficaz, necessitam de ter políticas bem definidas e coerentes a nível interno. Mesmo quando as empresas as têm bem implementadas, elas são muitas vezes desarticuladas relativamente às políticas nacionais sobre o HIV/SIDA, ou possuem um alcance limitado, ou são de curta duração. Os programas educativos, por exemplo, consistem muitas vezes em cursos de uma só sessão e, consequentemente, apresentam resultados fracos e insustentáveis.

Conseguir empenho por parte da Administração da empresa

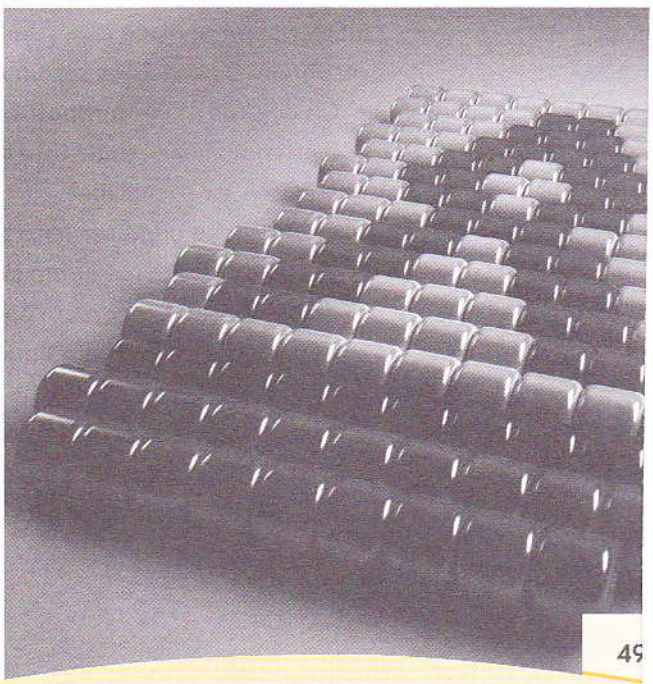
A criação de um programa abrangente e sustentável para o HIV/SIDA com políticas adequadas depende de um verdadeiro compromisso da Administração para com a empresa. Um gestor enérgico que aprove publicamente um programa e colabore com o mesmo ajudará a criar entusiasmo em toda a empresa.

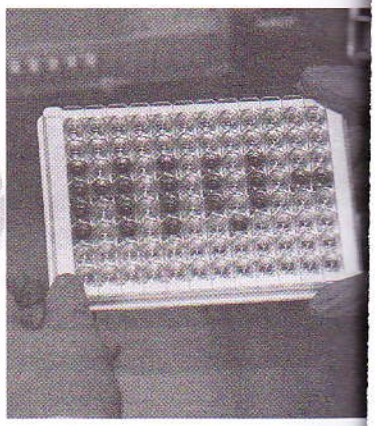
Embora o apoio às actividades pontuais seja, regra geral, relativamente fácil de garantir, obter o empenho relativamente a um programa que se desenvolve gradualmente e que exige um processo de diálogo e negociação pode ser muito mais difícil de implementar.

E conseguir que a Administração aprove a participação dos trabalhadores nas actividades contra a SIDA durante o horário de trabalho pode ser uma questão controversa.

Quando não possuem os conhecimentos e a formação adequados sobre como lidar com esta questão, os trabalhadores frequentemente estigmatizam os colegas que estão infectados pelo HIV, ou os que estão presumivelmente infectados. E esses mesmos trabalhadores nem sempre respeitam a confidencialidade de um colega que lhes tenha dito que é seropositivo.

In http://www.onu-brasil.org.br (adaptado)





Produção oral

1. Promove com os teus colegas uma mesa-redonda sobre o tema: *Combate à estigmatização de pessoas vivendo com HIV/SIDA.*
   Considerem os seguintes pontos-chave:
   - Como é que as pessoas se infectam/são afectadas pelo HIV/SIDA?
   - O que se pode fazer para diminuir os índices de infecção pelo vírus?
   - Que implicações decorrem das infecções pelo vírus do HIV/SIDA?
   - Como podemos conviver com os seropositivos?
   - Porque devemos evitar estigmatizar os seropositivos?
   - Que futuro esperam os jovens que ainda não conhecem o seu estado serológico?
   - Que ameaça constitui para a sociedade a estigmatização de pessoas que vivem com o HIV/SIDA?
2. Discutam na aula se o combate à estigmatização de pessoas vivendo com HIV/SIDA na comunidade e na família em particular se tem concretizado, procurando responder às questões seguintes:
   - Os direitos de um seropositivo têm sido devidamente respeitados a nível familiar? E na comunidade onde este indivíduo se encontra inserido? E na rua, nos lugares públicos, na sociedade?
   - O que é que pode ser feito pelo Ministério da Saúde para corrigir situações de violação dos direitos de um cidadão seropositivo e para assegurar o cumprimento desses direitos, tendo em conta que não é pelo facto de esses indivíduos serem portadores de HIV/SIDA que merecem ser discriminados?

   Tentem, na medida do possível, trazer conclusões e recomendações construtivas sobre a defesa dos direitos dos seropositivos, uma vez que se está a tornar um mau hábito discriminar estes indivíduos.

Produção escrita

1. Produz um texto narrativo obedecendo aos conhecimentos adquiridos sobre as categorias da narrativa, nomeadamente: a acção, o espaço, o tempo (cronológico e psicológico) e as personagens (retrato físico e psicológico, caracterização directa e indirecta), em que contes uma história real ou fictícia de vida de partilha de oportunidades entre seronegativos e seropositivos. Pode ser produtivo narrar um acontecimento de inclusão de pessoas portadoras de HIV/SIDA na tua comunidade.
2. Reflecte sobre o tratamento que os seropositivos têm tido na sociedade (podes pensar concretamente nos seropositivos existentes na tua comunidade) no que diz respeito à partilha de lugares, como a escola, os hospitais, etc., com um seronegativo, e elabora um texto em que deixes claro que tanto os seronegativos como os seropositivos têm direito a partilhar os espaços públicos em harmonia, independentemente do estado imunológico de cada indivíduo.

Unidade 5

Textos de pesquisa de dados: ficha de leitura

No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:

- identificar os tipos de fichas de leitura;
- identificar os elementos da ficha de leitura;
- distinguir as funções de uma ficha de leitura;
- distinguir ficha de leitura de síntese, sumário, resumo, recensão crítica;
- ler e identificar os principais assuntos de uma obra;
- elaborar uma ficha de leitura analítica e de comentário;
- organizar as referências bibliográficas;
- resumir o assunto de uma obra;
- escrever devidamente as citações (usar aspas);
- tecer um comentário sobre o assunto de uma obra.

2. Sobre o funcionamento da língua:

- usar as orações relativas (uso dos pronomes *cujo* e *onde*).

3. Sobre o tema transversal (A biblioteca):

- reconhecer na biblioteca uma fonte de informação e de saber.

Textos de pesquisa de dados: fichas de leitura

Na presente unidade didáctica, vamos discutir e tomar uma posição reflexiva sobre aspectos que fazem parte do nosso quotidiano escolar. Vamos lidar com a complexa actividade de pesquisa, especificamente a ficha de leitura.

As fichas de leitura não deixam de ser, embora não taxativamente, resumos dos textos lidos. Mais do que uma técnica de leitura, elas convertem-se em instrumento de pesquisa bibliográfica, funcionando como recursos de memória.

Segundo Quivy e Campenhoudt, «A ficha de leitura é um momento de um movimento mais alargado, constituído pela leitura sucessiva de conjuntos de textos, em que cada conjunto ajuda a aperfeiçoar os nossos objectivos e estes determinam o novo conjunto a ler». (*Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992: 51).

A ficha de leitura não é um fim em si mesmo, mas um meio para se conseguir relembrar ou retomar as principais conclusões de um texto sem o tornar a ler. É um instrumento de trabalho do seu autor e dirige-se exclusivamente a um único público, ele próprio.

Leitura

Lê o texto que se segue.

As Bibliotecas

As primeiras bibliotecas surgiram por volta do terceiro milénio antes de Cristo, na Mesopotâmia. Aí, no Palácio de Ninive, ficou conhecida a Biblioteca de Assurbanipal (século VII a. C.), que contava 200 000 tábuas. A primeira biblioteca pública foi a de Atenas (330 a. C.), mas a mais célebre da Antiguidade foi a de Alexandria (Egipto). Encontrava-se dividida em duas partes e albergava cerca de 700 000 rolos de papiro. Foi incendiada três vezes: por César (47 a. C.), pelos Cristãos (391 d. C.) e pelos Turcos (868 d. C.).

Com o aparecimento das universidades, no século XIII, as bibliotecas ganharam um sentido mais amplo e, mais tarde, nos séculos XIV-XV, também o livro iria evoluir, alcançando as formas sob as quais é actualmente conhecido. Nos nossos dias, as maiores bibliotecas do mundo encontram-se na Rússia e nos EUA. A Biblioteca Lenine, em Moscovo, conta com 12 milhões de volumes e, ainda na Rússia, só em Leninegrado encontram-se outras bibliotecas cujo acervo total perfaz cerca de 20 milhões de volumes.

Nos Estados Unidos da América, a Biblioteca do Congresso (fundada em 1800) é a que possui o maior acervo, sendo hoje uma das mais famosas, juntamente com a da Universidade de Harvard (fundada em 1638), a de Yale (1701) e a de Colômbia (Nova Iorque, criada em 1754).

Na Europa, encontram-se, entre as mais antigas, a biblioteca da Universidade de Cambridge (1278), a da Universidade de Praga (1348), a Nacional de Paris (1480), a Apostólica do Vaticano (1500) e a da Universidade de Budapeste, na Hungria (1635). A Biblioteca Nacional de Lisboa e a do Rio de Janeiro são as maiores dos Países de Língua Oficial Portuguesa, contando, cada uma, com mais de um milhão de títulos.

Em Moçambique, a Biblioteca Nacional, criada em 1961, conta actualmente com cerca de 100 000 títulos. Ainda em Maputo, na Universidade Eduardo Mondlane, existem 15 bibliotecas, cujo acervo, no seu conjunto, atinge os cerca de 173 000 títulos. No Arquivo Histórico de Moçambique, criado em 1934, existe uma biblioteca especializada em História de Moçambique, que conta com cerca de 23 000 títulos. Na Beira, há a destacar a Biblioteca Provincial de Sofala, uma das maiores do país, contendo cerca de 40 000 volumes.

Actualmente, há muitas bibliotecas espalhadas pelo mundo. O nosso país conta com um acervo bibliográfico diversificado e melhorado, o que permite que os estudantes tenham acesso a uma gama de fontes de autores conceituados em matéria de investigação. Espera-se que no futuro o número de bibliotecas aumente cada vez mais, que a qualidade continue a melhorar substancialmente e que os estudantes adiram às bibliotecas para a realização das suas pesquisas, orientadas ou não pelos professores, em microgrupos ou individualmente.

Vocabulário

Acervo – conjunto das obras de uma biblioteca

Compreensão/Interpretação

1. Em que tipologia textual enquadrarias o texto que acabaste de ler? Fundamenta a tua resposta.

INFORMAÇÃO, 1 p. 56

2. Atenta na citação que se segue: «Com o aparecimento das universidades, no século XIII, as bibliotecas ganharam um sentido mais amplo e, mais tarde, nos séculos XIV-XV, também o livro iria evoluir, alcançando as formas sob as quais é actualmente conhecido.»
   - 2.1 Explica por que razão as bibliotecas ganharam um sentido mais amplo.
   - 2.2 Refere por que motivo o livro é actualmente um objecto muito divulgado.
   - 2.3 Na a tua opinião, o público leitor de livros será somente constituído pelos académicos e/ou letrados?
3. «A Biblioteca Nacional de Lisboa e a do Rio de Janeiro são as maiores dos Países de Língua Oficial Portuguesa, contando, cada uma, com mais de um milhão de títulos.»

3.1 Refere as vantagens que estas bibliotecas têm para o nosso país, tendo em conta a sua localização e o nível de cooperação (em vários domínios) entre os países dos PALOP e CPLP.

4. «Actualmente, há muitas bibliotecas espalhadas pelo mundo. O nosso país conta com um acervo bibliográfico diversificado e melhorado, o que permite que os estudantes tenham acesso a uma gama de fontes de autores conceituados em matéria de investigação.»

4.1 Julgas que o nível de evolução das bibliotecas no mundo, em África, nos PALOP, na CPLP, na SADC e em Moçambique, em particular, desencadeia alguma mudança de comportamento por parte dos estudantes e investigadores?

4.2 Se sim, como é que se manifesta?

4.3 Se não, como é que se poderá criar nos indivíduos o interesse pela consulta de obras diversas?

Funcionamento da língua

1. Nas orações relativas que se seguem, preenche os espaços em branco, usando os pronomes *onde* e *cujo*.

a) Quando se fala da Mesopotâmia, todas as pessoas que gostam de ler têm algo a dizer, porque foi _____ surgiram as primeiras bibliotecas.

b) Na Europa, encontra-se, entre as mais antigas bibliotecas, a da Universidade de Cambridge, _____ ano de fundação foi 1278.

c) No Arquivo Histórico de Moçambique, criado em 1934, existe uma biblioteca _____ especialidade é a História de Moçambique.

INFORMAÇÃO, 2 p. 61

d) No Arquivo Histórico de Moçambique, criado em 1934, é _____ encontramos uma biblioteca especializada em História de Moçambique.

e) A Biblioteca Brazão Mazula é a mais moderna de Moçambique, _____ sistema de organização e consulta do acervo é apoiado pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Produção oral

1. Promove um debate em micrograpos, a partir do conteúdo do texto que acabaste de ler, tendo em conta as seguintes questões:
   - A sociedade tem algum papel a desempenhar no âmbito da evolução das bibliotecas?
   - Actualmente, pode falar-se de bibliotecas comunitárias? Se sim, que papel desempenha a comunidade na sustentabilidade deste tipo de bibliotecas?

Produção escrita

1. Elabora um folheto em que aconselhes o Ministério da Educação e o da Cultura e os seus órgãos colegiais, parceiros e patrocinadores a melhorar as condições das bibliotecas, para que o acervo seja efectivamente de qualidade.

Informação

1. Fichas de leitura

As fichas são um instrumento importantíssimo na vida estudantil, uma vez que permitem identificar as obras, conhecer o seu conteúdo, fazer citações e criticar o conteúdo da obra. Deves, no entanto, e, antes de mais, distinguir uma ficha de leitura de uma síntese, de um resumo, de um sumário e de uma recensão crítica.

Distinção entre ficha de leitura, resumo, síntese, sumário e recensão crítica

O tipo de ficha de leitura a que nos referimos não é um resumo de uma obra, nem uma recensão crítica, embora possa partilhar com estes géneros textuais as formas de trabalhar os textos ou o propósito de condensar as ideias contidas no documento em causa. A grande diferença é que a ficha de leitura procura fazer essa condensação a partir de uma orientação exterior ao texto ou, melhor, visando o objectivo de quem a produz.

Com efeito, num dado texto, e para determinado fim, pode não nos interessar ler toda a informação, mas apenas ler e condensar o que é pertinente para os nossos objectivos. Fica claro, pois, que as fichas de leitura, nesta acepção, não são resumos das obras, mas resumos das ideias nelas contidas, que nos interessam porque servem os nossos propósitos.

Como se fazem fichas de leitura?

Toda a pesquisa envolve uma consulta de materiais bibliográficos, documentos e outras fontes escritas. Diante de tantas informações, é necessário organizá-las para facilitar a sua utilização no momento da redacção do texto. A produção de fichas nada mais é do que o registo de informações e/ou a colecta de dados, tendo como função primordial auxiliar no processo de pesquisa e na escrita do texto. Nelas anotamos as referências bibliográficas das obras consultadas, registamos, resumidamente, as principais ideias do autor e transcrevemos citações-chave. Também servem para anotar as nossas observações pessoais, opiniões e ideias que decorrem da leitura do material pesquisado.

A aprendizagem do processo de elaboração de uma ficha de leitura

Por vezes, no processo de aprendizagem das técnicas de elaboração de uma ficha de leitura, solicita-se aos alunos que realizem um exercício que remete para o primeiro tipo de fichas de leituras referenciado, as que dizem respeito ao texto integral.

Neste caso, os procedimentos são os mesmos que os descritos neste documento, com uma única excepção: não existem objectivos exteriores que orientem e comandem a leitura.

A ficha de leitura não é um resumo; porém, assume o papel de resumo do texto em causa, ganhando expressão a identificação das ideias principais do autor, das suas articulações e das respectivas hierarquizações.

Principais tipos de fichas de leitura

- **Bibliográfica** – segundo Rei (*Op. cit.,* 2000, pág. 68), consiste numa pequena cartolina, contendo os elementos identificadores de documentos, entre os quais se encontram: apelido do autor (em maiúsculas), nome do autor, título da obra (sublinhado ou em itálico), subtítulo (se houver), local onde foi editada a obra, nome da editora, colecção, ano da edição, número da edição, número do volume, indicação do número de páginas.
- **Citação** – é elaborada com a transcrição textual de trechos da obra (incluindo erros, que devem ser seguidos pelo termo *sic*, colocado entre parênteses rectos [*sic*]) e reproduz frases consideradas relevantes num trabalho. As frases citadas são colocadas entre aspas, referindo a página; para indicar a supressão de palavras, recorre-se também a parênteses rectos [...].
- **Resumo ou conteúdo** – é uma sinopse das principais ideias do autor.
- **Comentário ou analítica** – contém a interpretação das ideias do autor, o valor crítico-reflexivo do leitor. Pode incidir sobre o conteúdo, a forma, a clareza ou a obscuridade do texto, uma perspectiva comparativa com outros textos e/ou a importância da obra.

Elementos que devem constar de uma ficha de leitura completa

- Identificação do autor da ficha.
- Indicações sobre o tema da ficha.
- Cabeçalho com as referências bibliográficas.
- Informações sobre o autor.
- Corpo ou texto com o resumo das ideias do autor, ou citações literais dos trechos que serão utilizados na redacção final.
- Comentários pessoais (se for uma ficha-comentário).
- Identificação do local (acervo ou biblioteca) em que a obra consultada pode ser encontrada.

Principais funções das fichas de leitura

- Permitir o registo da referência bibliográfica completa, para uso posterior na redacção do relatório final.
- Referenciar elementos do texto, de forma que, posteriormente, e sempre que necessário, seja possível, de um modo fácil e rápido, localizar essa informação.
- Registar a informação de modo que esta possa ser facilmente localizada quando necessitarmos dela (através de temas ou palavras-chave, por exemplo).
- Sintetizar o trabalho, de modo a podermos utilizar essa informação na redacção do nosso texto.

A importância da referência às páginas da obra original

Em qualquer trabalho que realizemos, quando se mencionam as ideias de um dado autor, temos de o referenciar, não apenas na obra, como na página ou páginas concreta(s) onde se encontra(m) essa(s) ideia(s). Para o fazermos, esta informação tem de constar da própria ficha de leitura. Assim, praticamente cada parágrafo e muitas das orações terminam com uma referência ao número da página do texto original, onde se encontra a ideia em causa. Nos casos onde uma ideia se desmultiplica por várias páginas, a referência deve ser feita através de «pp.», estando as páginas separadas por um traço ou uma barra (por exemplo, pp. 55/57 ou pp. 55-57). Quando a ideia em causa é a tese de fundo da obra, não é necessário colocar a(s) página(s).

O estatuto dos comentários do autor da ficha

Numa ficha de leitura, enquanto momento de um trabalho mais vasto, podemos colocar os nossos próprios comentários. Por exemplo, para chamar a atenção para uma opinião contrária à de outro autor, ou para procurar mais informação sobre uma determinada ideia, etc. A principal preocupação a ter é a da distinção entre o que é originalmente nosso e as ideias do autor que condensamos. É necessário encontrar um sistema uniforme de separação entre estes dois tipos de texto presentes na ficha. Existem várias possibilidades referenciadas na literatura. Neste documento, só se referenciam duas: escrever os nossos comentários numa cor diferente (e sempre a mesma) – a vermelho, por exemplo – ou colocar os nossos comentários entre parênteses rectos. Recomenda-se vivamente que o sistema adoptado seja uniforme dentro de uma mesma ficha de leitura e no conjunto das fichas realizadas, no sentido de se minimizar os plágios involuntários.

As citações e as condensações das ideias do autor

A esmagadora maioria das frases presentes numa ficha de leitura é produzida pela pessoa que está a realizá-la, com base nas ideias do autor do texto em análise. No entanto, por vezes, existem frases que, pela importância que assumem no pensamento do autor, são copiadas integralmente do texto. O estatuto destas frases na ficha de leitura é de relativa excepção, devendo constituir apenas uma pequena parte do texto total. A sua relevância é a de comporem um resumo (feito pelo próprio autor) das ideias em análise e/ou uma ilustração do que se pretende dizer num dado ponto. Muitas vezes, as citações são recolhidas tendo em atenção a possibilidade de virem a incorporar o texto final que pretendemos realizar.

Como os nossos próprios comentários, tem de ser bem clara a separação entre as declarações literais de um dado autor e a nossa interpretação condensada do que ele quis dizer. É no segundo caso que se usa habitualmente o termo citação, muito embora, quando se produz o texto final, se dê a esse termo um sentido mais abrangente de citação bibliográfica, quer dizer, de apresentação do autor, obra e página de onde retirámos uma determinada ideia. Na ficha de leitura, como no trabalho final, as citações integrais do texto original devem vir entre aspas. Além disso, nos casos em que se sintetiza ou se manipula a frase do autor, querendo conservar-se o estatuto de citação literal, essas alterações devem estar devidamente assinaladas, quer tenham lugar no início da frase, no meio, ou no fim, com a seguinte sinalética: (...).

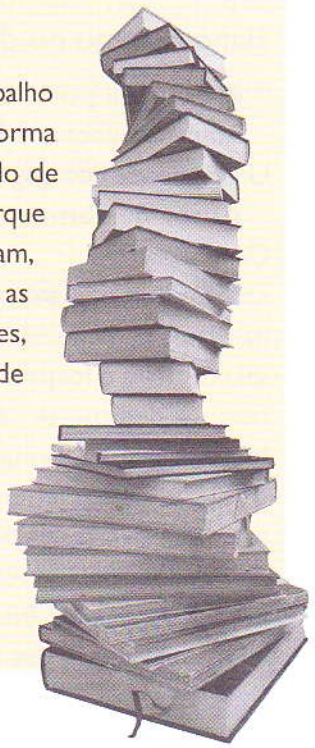
Finalmente, quando se introduz uma palavra ou expressão nossa na citação, esta alteração do texto original deve ser assinalada, colocando todos os termos estranhos ao original entre parênteses rectos [ ].

Os títulos do autor devem ser tratados como citações e, por conseguinte, devem vir entre aspas (se se tratar de um artigo ou de um excerto de uma obra integral) ou em itálico – ou sublinhado, quando manuscrito – no caso de títulos de obras integrais; e deve ser sempre indicada a página onde figuram no texto original.

Por fim, releve-se a prática da criação de fichas próprias para conservar as citações retiradas dos textos, as fichas de citação, cujo objectivo passa pela possibilidade de ter disponível um acervo de citações variadas, e devidamente indexadas, a incluir nos trabalhos realizados. Este tipo de exercício é, sobretudo, recomendável para investigadores profissionais e/ou para quem utilize citações de textos e documentos com muita frequência no seu trabalho, de uma forma legítima, como pode ser o caso da História.

Ficha de leitura *versus* plágio

Utilizar as ideias dos outros para realizar o nosso próprio trabalho não é um plágio. Pelo contrário, é desejável e não há outra forma de fazermos o nosso trabalho avançar. Como diria Bernardo de Chartres (século XII), somos como anões que vemos longe, porque estamos sobre os ombros dos gigantes que nos antecederam, os autores dos livros e artigos que usamos. Habitualmente, as novas ideias surgem sempre com base em ideias anteriores, através da sua modificação, da sua recusa, da sua antítese, ou de um qualquer outro processo. Os trabalhos que contêm ideias exclusivamente originais são muito raros e não estão ao alcance senão de génios.



Plágio significa não atribuir o crédito, a autoridade à pessoa ou pessoas de cujas obras retirámos uma dada ideia.

Para que a situação de plágio se verifique, é apenas necessário que uma ideia, retirada de um autor, não apareça referenciada como sendo desse autor, mesmo que seja apresentada pelas nossas próprias palavras!

O plágio é uma forma de roubo e uma fraude, mesmo quando é involuntário.

Exemplificação de fichas de leitura

Ficha bibliográfica

Produzida por: Isabel Arnaldo Fernão

Obra encontrada no Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões – Universidade Pedagógica

Informações sobre o autor: Mia Couto é um escritor moçambicano. Nasceu na cidade da Beira, província de Sofala (Centro de Moçambique), em 1955. Em 1971, saiu da Beira e foi para Maputo estudar Medicina, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Em 1974, interrompeu o curso e dedicou-se ao jornalismo. Já foi director da Agência de Informação de Moçambique, da revista *Tempo*, do jornal *Notícias* e membro do Secretariado Executivo da Organização Nacional de Jornalistas. Tem muitos trabalhos publicados em jornais, revistas e diversas obras publicadas dentro e fora do país, das quais se citam: *Raiz de Orvalho, Cronicando, Vozes Anoitecidas, Terra Sonâmbula, Cada Homem é uma Raça, A Varanda do Frangipani,* entre outras. Couto, além de escritor, é docente na UEM. Sublinhe-se que este autor já recebeu vários prémios literários, numa dimensão internacional.

Ficha bibliográfica: COUTO, Mia, *Terra Sonâmbula*, 7.ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2002 (págs. 20-25)

Ficha-resumo ou de conteúdo

Produzida por: Nélio Sansão José Manjate

Romance encontrado no Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões – Universidade Pedagógica – Maputo

Autor do romance: COUTO, Mia, *Terra Sonâmbula*, 7.ª Edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2002

Informações sobre o autor: Mia Couto é um escritor moçambicano. Nasceu na cidade da Beira, província de Sofala (Centro de Moçambique), em 1955. Em 1971 saiu da Beira e foi para Maputo estudar Medicina, na UEM. Em 1974, interrompeu o curso e dedicou-se ao jornalismo. Já foi director da Agência de Informação de Moçambique, da revista *Tempo*, do jornal *Notícias* e membro do Secretariado Executivo da Organização Nacional de Jornalistas. Tem muitos trabalhos publicados em jornais, revistas e diversas obras integrais publicadas dentro e fora do país, das quais se citam: *Raiz de Orvalho, Cronicando, Vozes Anoitecidas, Terra Sonâmbula, Cada Homem é uma Raça, A Varanda do Frangipani,* entre outros. Couto, além de escritor, é docente na UEM. Sublinhe-se que já recebeu vários prémios literários internacionais.

Ficha-conteúdo da obra *Terra Sonâmbula*: A obra *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, conta duas histórias separadas pela guerra e unidas por um diário.

Os dias são de fuga, dos guerrilheiros e de fome; as noites são de busca de uma história de aventuras.

Neste romance, o sonho faz andar a estrada, numa situação em que o protagonismo da acção é liderado por uma dupla de personagens, nomeadamente Muindinga e Tuahir.

Aplicação

1. Que relação existe entre a ficha de leitura, a síntese e o sumário?
2. Como se comportam os alunos/estudantes de hoje relativamente à consulta de obras nas bibliotecas para, *a posteriori*, produzirem fichas de leitura?
3. Explicita a tua opinião acerca da relevância das fichas de leitura para a vida de um aluno/estudante ou investigador.
4. Explica o modo como um aluno pode convencer os seus colegas a ler diferentes obras e a produzir diferentes fichas de leitura.

2. Orações relativas: os pronomes *cujo* e *onde*

No nosso dia-a-dia, usamos com frequência, algumas vezes com correcção, outras incorrectamente, pronomes que desempenham determinadas funções.

Uso do pronome *cujo*

Borregana (*Gramática Universal da Língua Portuguesa*, 7.ª Edição, Lisboa, Texto Editores, 2000, pág. 159) advoga que *cujo* é um pronome relativo que se usa como determinante, concordando este com o nome a que se liga na oração subordinada, do qual é complemento determinativo.

Ex.: A pessoa *cujas* ideias políticas tanto admiras detesta a vida pública.

Neste caso, *cujas* equivale a *da qual*.

Na percepção de Mateus *et alii* (*Gramática da Língua* Portuguesa, 6.ª Edição, Lisboa, Caminho, 2003, pág. 664), *cujo* marca o genitivo, ocorrendo no SN em início da relativa, tem flexão em número e em género.

Ex.: Está ali o homem *cujo* nome perguntaste.

Portanto, os dois autores convergem na medida em que ambos consideram *cujo como pronome relativo* que introduz uma *oração relativa*.

Uso do pronome *onde*

Segundo Mateus *et alii* (*Op. cit.*, 2003, pág. 664), *onde* usa-se unicamente como oblíquo com valor de locativo.

Ex.: Vê-se o mar da casa *onde* vivemos.

Para Borregana (*op. cit.*, 2000, pág. 159), *onde* equivale a *em que, no qual*, desempenhando sempre a função de complemento circunstancial de lugar, pelo que tem sido designado por pronome.

Ex.: Toda a gente gosta de voltar aos lugares *onde* foi feliz.

Borregana (*Op. cit.*) é da opinião que o antecedente de *onde* pode ser um advérbio de lugar (**aí, ali, aqui, lá**).

Ex.: O gatinho volta muitas vezes ao local *onde* se sentiu bem.

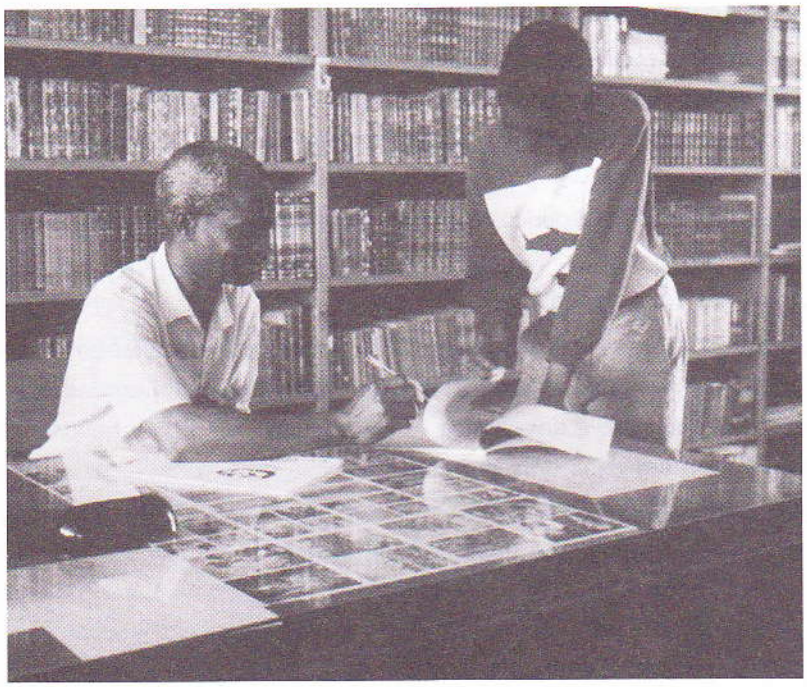
Associam-se a *onde* as preposições *a, de, para, por, aonde, donde, para onde, por onde*.

Exs.: Trago sempre recordações dos lugares *por onde* passo.

Lá *aonde* dificilmente chegamos...

Aplicação

1. Produz uma ficha-comentário do texto «As Bibliotecas», que leste nas páginas 53-54, e procura empregar na tua análise os pronomes relativos *onde* e *cujo*.



Tema transversal – A biblioteca

As bibliotecas constituem um pilar para o desenvolvimento da vida estudantil. Sem elas, muitas vezes, o processo de aprendizagem pode ser visto como incompleto, porque os estudantes não terão a oportunidade de, por si próprios, produzirem informação, com recurso à investigação em diferentes fontes de pesquisa. Como tal, elas revestem-se de grande importância.

Produção oral

1. Propõe à turma a discussão do tema: *Importância da biblioteca – o papel do aluno/estudante na pesquisa de dados.*
   Poderás organizar a turma em pequenos grupos de debate organizados em pares, em grupos de quatro, etc., de acordo com a realidade da tua turma. No fim, deverá realizar-se uma sessão plenária.

Produção escrita

1. Produz um texto em que exponhas a importância da biblioteca e da produção de fichas de leitura. Nele deves sugerir um segmento textual em que tentes convencer os teus colegas a aderir às bibliotecas e a produzir diferentes fichas de leitura, como método de estudo individual ou em microgrupos.

Unidade 6

Textos normativos – Lei eleitoral: Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro

No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar a lei sobre as autarquias locais;
- reconhecer os órgãos autárquicos;
- distinguir cidadão com capacidade eleitoral activa de cidadão com capacidade eleitoral passiva.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- reconhecer derivações irregulares;
- classificar as palavras derivadas.

3. Sobre o tema transversal (Declaração dos Direitos Humanos e Democracia):
- reconhecer a separação de poderes num Estado de Direito;
- caracterizar a democracia moçambicana como forma de exercício do poder político.

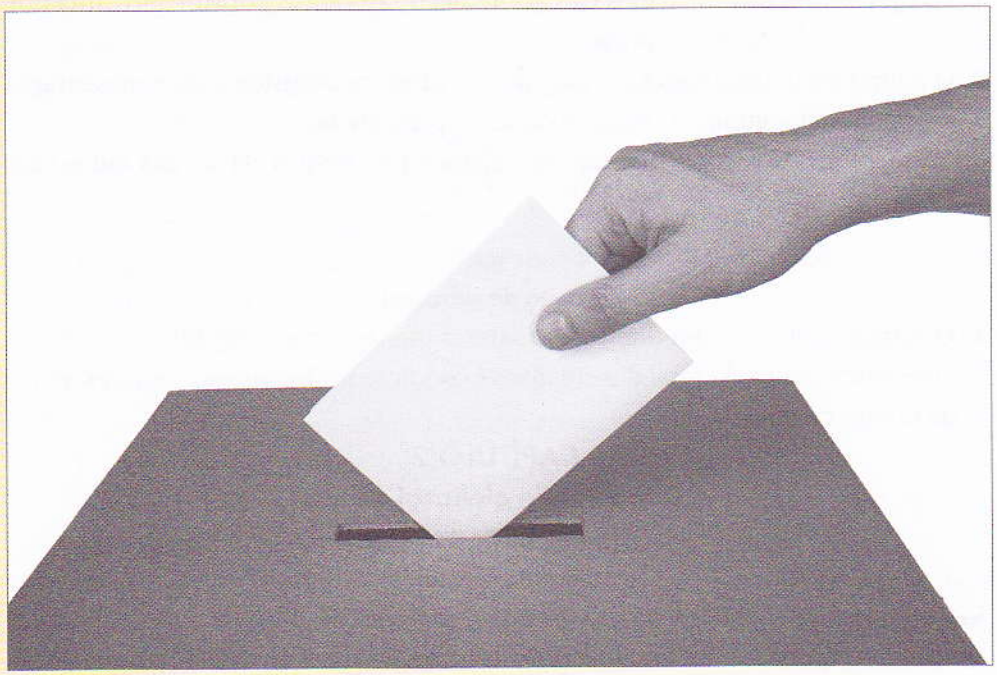
Lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro

Como é do conhecimento geral, uma sociedade precisa de normas que a guiem no seu dia-a-dia. A lei é, assim, a forma de poder orientar os indivíduos naquelas que são as suas opções de vida, para que seja possível viver em harmonia com o mundo inteiro, cultivando em si o espírito de irmandade.

Em Moçambique, a criação de leis é da responsabilidade dos órgãos do poder. Nesta unidade didáctica, analisar-se-á a Lei n.º 19/2002, de 10 de Outubro.

No domínio do funcionamento da língua, iremos estudar a formação de palavras: casos de derivações irregulares.

1. Observa a imagem.



1.1 O que te sugere esta imagem?

Leitura

O texto seguinte é um excerto da Lei n.º 19/2002, de 10 de Outubro, assim designada. Inclui um texto que introduz alterações à Lei n.º 6/97 de 28 de Maio, relativa à eleição dos órgãos das autarquias locais, no uso da competência estabelecida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 135 da Constituição da República.

Lê atentamente, nas páginas seguintes, o excerto que se apresenta desta lei.

TÍTULO I
Disposições Gerais

CAPÍTULO 1
Princípios Fundamentais

Artigo 1
(Âmbito da Lei)

A presente lei estabelece o quadro jurídico-legal para a realização de eleições dos órgãos das autarquias locais.

Artigo 2
(Eleição dos órgãos autárquicos)

1. Os presidentes dos conselhos e as assembleias são eleitos por sufrágio universal, directo, igual, secreto e pessoal.
2. O apuramento dos resultados das eleições obedece ao sistema de representação proporcional segundo as regras fixadas na presente lei.
3. Os membros dos conselhos são designados nos termos da lei das autarquias locais.

Artigo 3
(Direito de sufrágio)

1. O sufrágio constitui um direito pessoal e inalienável dos cidadãos.
2. O recenseamento eleitoral dos cidadãos é condição indispensável para o exercício de direito de voto.

CAPÍTULO 2
Capacidade eleitoral activa

Artigo 4
(Cidadãos eleitores)

São eleitores os cidadãos moçambicanos, maiores de dezoito anos à data das eleições, recenseados na circunscrição territorial da respectiva autarquia local, que não estejam abrangidos pelas incapacidades eleitorais activas previstas na presente lei.

Artigo 5
(Incapacidades eleitorais activas)

Não podem votar:

a) Os interditos por sentença transitada em julgado;
b) Os notoriamente reconhecidos como dementes, ainda que não estejam interditos por sentença, quando internados em estabelecimento psiquiátrico ou como tal declarados por uma junta médica;

c) Os definitivamente condenados a pena de prisão por crime doloso de delito comum, enquanto não haja expirado a respectiva pena, e os que se encontrem judicialmente privados dos seus direitos políticos;
d) Os cidadãos sob prisão preventiva, por decisão judicial.

CAPÍTULO 3
Capacidade eleitoral passiva

1. São elegíveis os cidadãos moçambicanos que residam, à data da votação, na autarquia local, há pelo, menos, seis meses e não padeçam de qualquer incapacidade eleitoral passiva prevista na presente lei.
2. Não gozam de capacidade eleitoral passiva:
   a) Os cidadãos que não gozem de capacidade eleitoral activa;
   b) Os que tiverem sido judicialmente declarados delinquentes habituais, de difícil correcção;
   c) Os cidadãos que tiverem renunciado ao mandato imediatamente anterior.

Artigo 7
(Inelegibilidade)

1. Não podem ser eleitos:
   a) Os magistrados judiciais e os do Ministério Público, os funcionários de justiça e os de finanças com funções de chefia, em efectividade de funções;
   b) Os membros das forças militares ou militarizadas e forças de segurança no activo;
   c) Os falidos ou insolventes, salvo se reabilitados por lei;
   d) Os devedores em mora com a autarquia local e respectivos fiadores;
   e) Os membros dos corpos sociais e os gerentes de sociedade, bem como os proprietários de empresas que tenham contrato com a autarquia local não integralmente cumprido ou de execução continuada.
2. Os magistrados judiciais e os do Ministério Público, os funcionários de justiça e os de finanças com funções de chefia, os membros das forças militares e militarizadas e das forças de segurança que, nos termos da presente lei, pretendam concorrer às eleições dos órgãos autárquicos, devem solicitar a suspensão do exercício das respectivas funções a partir do momento da apresentação da candidatura.

Artigo 8
(Direito a dispensa de funções)

A partir do início da campanha eleitoral, até ao fim da votação, os candidatos admitidos têm direito a dispensa do exercício das respectivas funções, sejam públicas ou privadas, contando esse tempo para todos os efeitos, incluindo o direito a remuneração, como tempo de serviço efectivo.

Artigo 9
(Imunidade)

1. Nenhum candidato deve ser sujeito a prisão preventiva, a não ser em flagrante delito, por crime doloso punível com pena de prisão maior.

2. Movido processo-crime contra algum candidato que não esteja em regime de prisão preventiva e indiciado este por despacho de pronúncia ou equivalente, o processo só pode seguir os seus termos após a proclamação dos resultados das eleições.

Vocabulário

Inalienável – que não se pode ceder ou dar
Doloso – fraudulento; enganoso
Delito – facto que a lei considera punível; culpa
Imunidade – isenção

Compreensão/Interpretação

1. O texto que acabaste de ler enquadra-se na tipologia de textos normativos.
   1.1 Presta atenção ao Artigo n.º 2. Explica de que forma se procede à eleição dos presidentes dos conselhos e das assembleias.
2. Considera a seguinte frase: «O sufrágio constitui um direito pessoal e **inalienável** dos cidadãos», in ponto 1, Artigo n.º 3.
   2.1. Substitui a palavra destacada pelo seu sinónimo sem alterar o sentido da frase.
3. O Artigo n.º 5 versa sobre as incapacidades eleitorais activas.
   3.1. Indica as pessoas que, segundo o artigo acima, estão impedidas de votar.
   3.2. Refere o motivo desse impedimento.
   3.3. Na tua opinião, é justo o impedimento a que essas pessoas são sujeitas?
4. Explica o Artigo n.º 8 por palavras tuas.
5. Escolhe, de entre as alternativas que te são apresentadas em seguida, a que melhor explica o significado da palavra «imunidade». Assinala com X a resposta certa.
   - ☐ a) Aquilo que é limpo, impuro.
   - ☐ b) Predisposição do organismo para não ser atacado por certas afecções.
   - ☐ c) Estudo que tem por objecto o imune.
   - ☐ d) Qualidade do que é imutável.

Produção escrita

1. Resume a informação contida nos artigos 4 e 7 da lei eleitoral.
2. Com base no exposto no artigo n.º 7, escreve um texto expositivo-explicativo que tenha como tema a *Inelegibilidade*.

Produção oral

1. Discute com os teus colegas as desvantagens da participação, nas eleições, de indivíduos que não sejam de nacionalidade moçambicana.

Informação

1. A lei

Como já vimos anteriormente, a lei dita a maneira de viver de uma determinada sociedade, no que tange a harmonia, o espírito de convivência, entre outros aspectos que, de alguma forma, fazem com que uma determinada sociedade viva sem conflitos.

Na grande maioria dos Estados democráticos, os poderes estão separados em três grandes pilares: poder legislativo, poder executivo e poder judicial.

O **poder executivo** tem como função implementar, ou executar, as leis e a agenda diária do governo ou do Estado. O poder executivo de uma nação está nas mãos do próprio governo. O poder executivo pode ser representado, a nível nacional, por apenas um órgão (presidência da República, no caso de um presidencialismo), ou pode ser dividido (primeiro-ministro e presidência da República, por exemplo). Em regimes totalmente monárquicos, o monarca assume, assim como o presidente, as funções de chefe do governo e do Estado. Em regimes democráticos, o presidente ou o primeiro-ministro conta com o seu conselho de ministros, assessores, secretários, entre outros. O Executivo tem, usualmente, as seguintes obrigações: aplicar as leis e manter relações institucionais e diplomáticas com outras nações, entre outras.

O **poder legislativo** é o poder de legislar, de criar leis. O seu objectivo é elaborar normas de direito de abrangência geral que são estabelecidas aos cidadãos ou às instituições públicas nas suas relações recíprocas.

O **poder judicial** possui a capacidade de julgar, de acordo com as leis criadas pelo poder legislativo e de acordo com as regras constitucionais em determinado país. Consiste no poder desempenhado pelos tribunais.

Vantagens da separação de poderes num Estado de direito

Numa primeira análise, é necessário sublinhar que não se pode confundir separação de poderes com a divisão do Estado, pois este é uno e indivisível.

A separação de poderes apresenta as seguintes vantagens:

- descentralização de poderes;
- liberdade dos indivíduos na vida social, dentro do Estado;
- especialização das funções ou divisão dos poderes no Estado;
- garantia do exercício da soberania;
- protecção da comunidade e dos seus membros;
- elaboração e fiscalização da implementação correcta de leis em pouco tempo e por um órgão exclusivamente competente para o efeito;
- prevenção do abuso do poder, sendo que os legisladores não são nem executores, nem juízes;
- através dos seus representantes, o povo expressa a sua vontade como uma unidade política; as leis são elaboradas visando atender a este conjunto de vontades que pretende representar a vontade geral ou maioritária de uma dada sociedade;
- participação (indirecta) do povo na tomada de decisão, na condução dos seus destinos;
- prevenção da tirania e da concentração do poder, evitando que qualquer um dos ramos do poder se torne um poder absoluto, induzindo-os, antes, à cooperação;
- limitação do poder.

Aplicação

1. Identifica as alterações feitas à antiga lei eleitoral, a lei n.° 6/97 de 28 de Maio.
2. Na tua opinião, no nosso País todos os indivíduos são iguais perante a lei?
   2.1 Se a tua resposta é não, o que está a falhar neste sistema?
3. «Na grande maioria dos estados democráticos os poderes estão separados em três grandes pilares: poder legislativo, poder executivo e poder judicial.»
   3.1. No teu entender, achas que é possível observar esta subdivisão apresentada acima no nosso país?
   3.2. Se sim, apresenta esta divisão e diz como é que funciona cada um deles recorrendo sempre que possível a exemplos concretos.
4. Disserta sobre o poder judicial no nosso país.
   4.1. Achas que os tribunais em Moçambique desempenham correctamente aquele que deve ser o papel de um tribunal?
   4.2. Pode falar-se de justiça em Moçambique? Fundamenta a tua resposta.

Funcionamento da língua

1. Há vários processos de formação de palavras, a saber: a derivação e a composição. Há, também, a formação regular e a formação irregular. Vamos relembrar os conhecimentos adquiridos nas aulas anteriores e aplicá-los em exercícios.
   1.1 Retira do texto normativo que acabaste de ler palavras que tenham sido formadas por meio da formação irregular.
2. Constrói quatro frases com as palavras identificadas.
3. A partir das quatro palavras por ti identificadas, produz e preenche um quadro, seguindo o modelo abaixo.

Nome	Verbo	Adjectivo

4. «São elegíveis os cidadãos moçambicanos que residam, à data da votação, na autarquia local, há pelo menos seis meses e não padeçam de qualquer **incapacidade** eleitoral passiva prevista na presente lei.»
   4.1 Classifica a palavra sublinhada quanto ao processo de formação de palavras.
   4.2. Justifica a tua resposta detalhadamente.
5. Classifica as seguintes palavras quanto ao seu processo de formação:
   a) igualdade;
   b) independente;
   c) culpabilidade;
   d) ataque;
   e) protecção;
   f) defesa;
   g) assegurados;
   h) publicamente.
6. Constrói frases usando as palavras das alíneas a), c), e), g) e h) do número 5.

Tema transversal – Declaração dos Direitos Humanos e Democracia

Leitura

Lê com muita atenção o seguinte excerto da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Artigo 6

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção, igual lei. Todos têm direito a igual protecção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

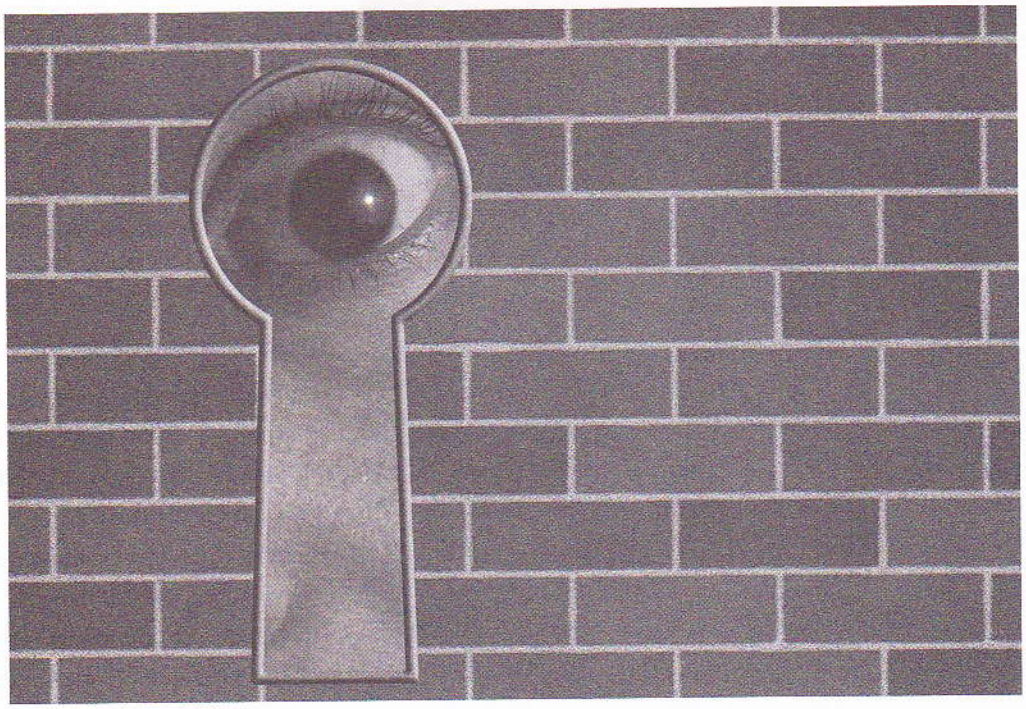
Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial, que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11

Toda a pessoa acusada de um acto delituoso, presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

Artigo 12

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques, toda a pessoa tem direito a protecção da lei.



Produção oral

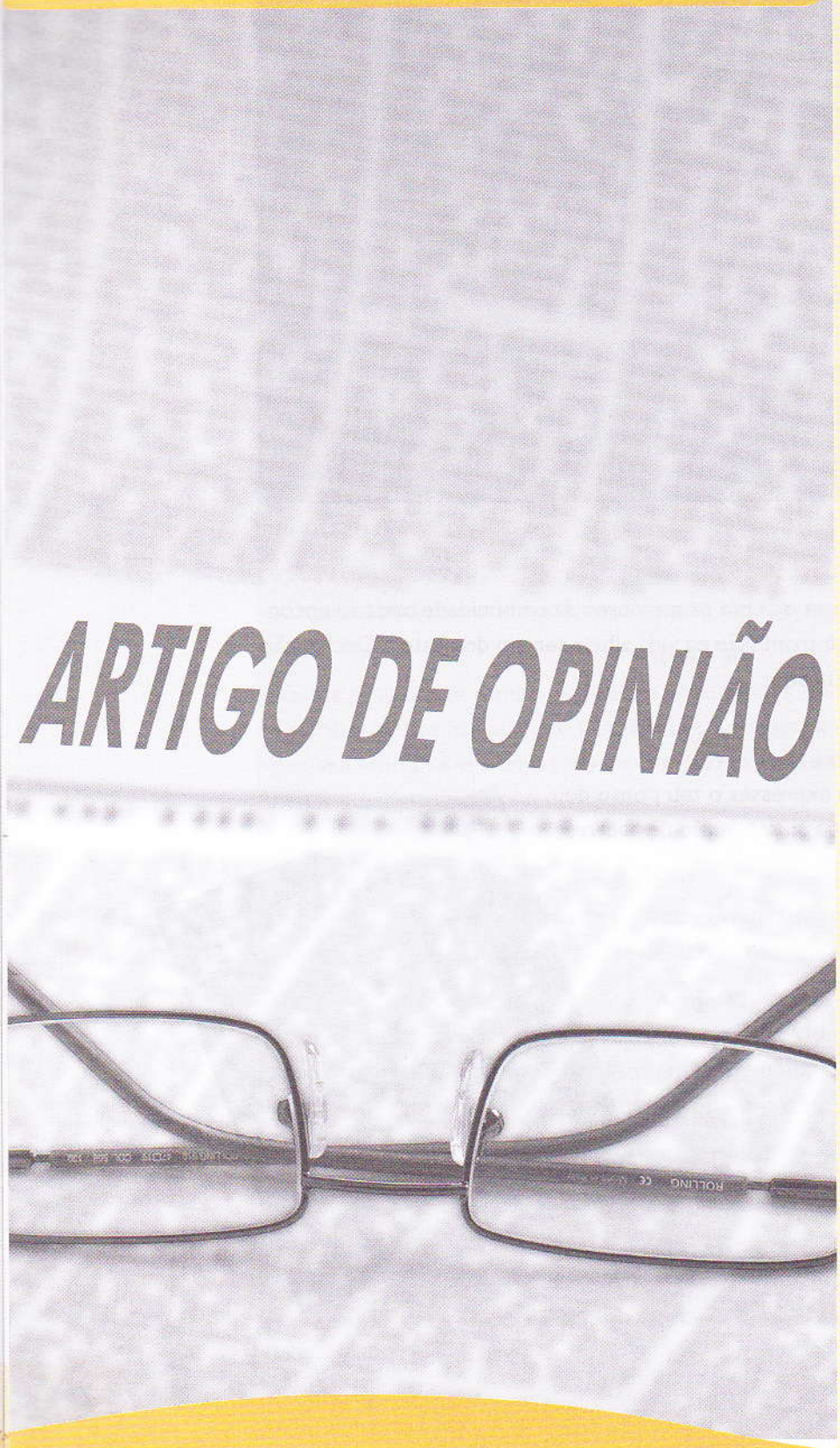
1. Discute, com os teus colegas ou com os membros da comunidade onde te encontras inserido, o facto de a intromissão na vida alheia ser um desacato à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Produção escrita

1. Produz um texto em que expresses o teu ponto de vista sobre o tema *A divisão ou separação de poderes num Estado de Direito.*

Unidade 7

Textos jornalísticos: artigo de opinião



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- caracterizar a mancha gráfica e a estrutura do artigo de opinião;
- interpretar artigos de opinião que versem sobre a saúde;
- identificar o tipo de linguagem usada em artigos de opinião;
- produzir oralmente e por escrito artigos de opinião que versem sobre o tema *Saúde e nutrição*.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- identificar os complementos dos verbos de separação;
- identificar a regência verbal nas orações que constituem o texto;
- produzir orações de forma adequada respeitando a regência verbal.

3. Sobre o tema transversal (Saúde e nutrição):
- debater temas sobre saúde e nutrição;
- criar condições de saneamento do meio na escola e na comunidade;
- reduzir a contaminação de doenças por falta de higiene individual e colectiva.

Artigo de opinião

Nesta unidade, abordaremos mais um género de texto jornalístico: o artigo de opinião.

Está preceituado na Declaração Universal dos Direitos do Homem que «todo o indivíduo tem direito à opinião, à liberdade de expressão, de exteriorização do seu sentimento perante o que acontece no seu quotidiano». Esta manifestação pode ser feita mediante a produção, oral ou escrita, de um artigo de opinião, que pode ser divulgado nos meios de comunicação social, como a rádio, a televisão, as revistas e os jornais, entre outros, gravitando em torno de temas polémicos que exigem uma tomada de posição por parte dos ouvintes, espectadores, leitores, enfim, por parte da comunidade em geral.

É importante que todos os cidadãos estejam preparados para produzir este tipo de texto, pois em algum momento da sua vida poderão surgir oportunidades ou necessidades de expor ideias pessoais através da escrita.

Também já abordámos os textos argumentativos e verificámos que, neles, o autor tem , geralmente, a intenção de convencer os seus interlocutores, precisando para tal de apresentar bons argumentos, ou seja, verdades, razões e opiniões. Desta feita, o artigo de opinião é fundamentado em impressões pessoais do autor do texto, pelo que os seus argumentos são fáceis de contestar, o que quer dizer que, a partir de um artigo de opinião sobre um assunto polémico, podemos argumentar contra ou a favor da opinião exposta por um determinado indivíduo.

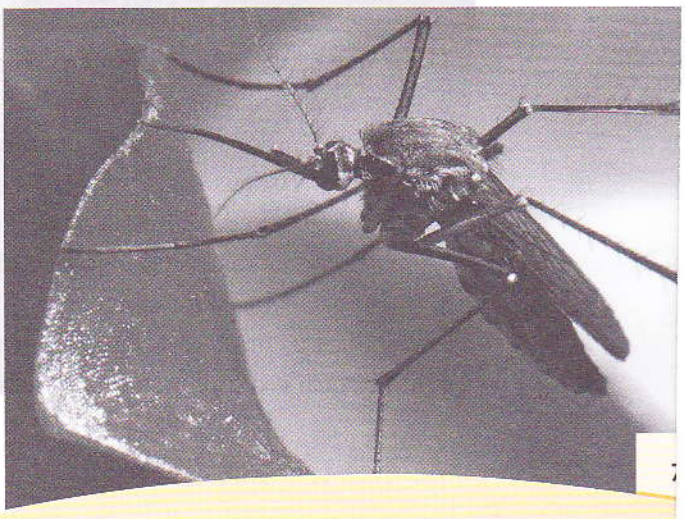
Leitura

Lê o texto seguinte.

Dengue: um mal cada vez mais recorrente

A dengue é uma doença infecciosa e febril, que ocorre com maior intensidade no Verão, podendo, no seu início, ser confundida com a gripe, devido à semelhança dos sintomas.

Esta doença é causada por um vírus que é transmitido por um mosquito, o *Aedes aegypti*. Apenas as fêmeas do mosquito infectam as pessoas. Normalmente, as picadas acontecem no começo e no fim do dia. Apesar de ter uma vida curta (em torno de três meses), um único mosquito pode infectar centenas de pessoas.



São conhecidos quatro tipos diferentes da dengue: os sorotipos 1, 2, 3 e 4. Por isso, uma pessoa pode ter até quatro episódios da doença.

Não é muito difícil reconhecer o mosquito transmissor da dengue. É mais pequeno do que um pernilongo comum, possui dois pares de asas e apresenta uma coloração preta com listas brancas. Já as larvas do mosquito são difíceis de observar, pois medem poucos milímetros e são translúcidas.

Os principais sintomas desta doença são dores musculares e ósseas, dor de cabeça, dor de garganta, diversas manchas e comichão no corpo, diarreia, náuseas, vómitos, falta de apetite, fraqueza e febre. Nos casos mais graves, conhecidos como dengue hemorrágica, o paciente pode apresentar, também, sintomas mais graves, como uma dor forte na região do abdómen, pressão arterial muito baixa, pulso acelerado e fraco e hemorragias pelo corpo.

Normalmente, o tratamento é realizado de acordo com a gravidade do caso e com os sintomas que o paciente apresenta. Os medicamentos utilizados devem ser cuidadosamente receitados, pois alguns deles podem provocar o aparecimento de hemorragias. Além disso, o paciente deve ficar em repouso e ser bem hidratado. O tratamento médico adequado é fundamental, pois a dengue é uma doença grave – se não for tratada correctamente, pode provocar a morte.

Ainda não existe vacina contra a dengue; por isso, a prevenção é o melhor remédio. É necessário evitar a intensa reprodução do mosquito. Para que isso aconteça, toda a população tem de estar ciente deste facto, não deixando água limpa e parada em vasos de plantas, pneus, bacias, garrafas, baldes, telhados, piscinas, caixas ou reservatórios com água destapados ou em qualquer outro lugar que possa ser um ambiente favorável para a reprodução do mosquito.

Evite este mal. Faça a sua parte e proteja-se!

Laís Bittencourt de Moraes, in *http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/doencas/dengue_lais.htm*

Compreensão/Interpretação

1. Por que razão a dengue ocorre, frequentemente, no Verão?
2. «Um único mosquito pode infectar centenas de pessoas.»
   - 2.1 Explica por que motivo um mosquito pode infectar centenas de pessoas.
   - 2.2 O que podes fazer para evitar que centenas de pessoas sejam infectadas pela dengue na tua comunidade?
3. Tendo em conta as suas manifestações, a que doença se assemelha a dengue?
4. Como se manifesta esta doença?
5. Identifica os principais sintomas da dengue.
6. Indica qual é o tratamento aconselhado para esta doença.

7. «Ainda não existe vacina contra a dengue; por isso, a prevenção é o melhor remédio.»
   7.1 Tu, enquanto cidadão, sabes o que podes (e deves) fazer para te prevenires contra esta doença?

Funcionamento da língua

Em aulas anteriores, já trabalhaste as conjunções e locuções conjuncionais, quer na relação de coordenação, quer na de subordinação. Vamos recordar este conteúdo, agora aplicado ao texto anterior.

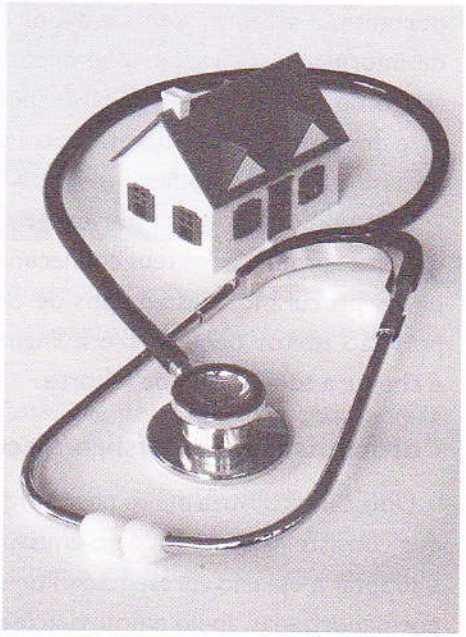
1. Identifica no texto «Dengue: um mal cada vez mais recorrente» todas as conjunções e/ou locuções conjuncionais usadas para articular as orações.
   1.1 Escreve-as no seguinte quadro.

Coordenadas		Subordinadas	
Conjunções	Locuções conjuncionais	Conjunções	Locuções conjuncionais

   1.2 Produz uma frase para cada uma das conjunções ou locuções que identificaste.

Produção oral

1. Imagina que és um líder comunitário e precisas de consciencializar a população para que se previna contra as doenças infecciosas, sobretudo a malária, que é transmitida pela picada do mosquito. Forma pequenos grupos de trabalho (primeiro aos pares, depois em micro-grupos de quatro e, finalmente, em grupos de oito) e discutam sobre como a população pode prevenir-se contra esta doença.
2. Quando terminarem a discussão em grupos de oito, voltem a formar um único grupo, a turma, e discutam em sessão plenária as diferentes opiniões dos microgrupos compostos.



Produção escrita

1. Depois de debatidas as formas de prevenção contra a malária, as quais devem ser adoptadas pela comunidade, escreve um artigo de opinião em que manifestes a tua posição face à propagação e às implicações da epidemia da malária na tua comunidade, de acordo com os seguintes pontos-chave:
   - A epidemia já foi diagnosticada na tua comunidade?
   - Como é que esta se manifesta?
   - Quais são as suas principais causas?
   - Esta doença tem tratamento? Se sim, como pode ser tratada?
   - O que deve fazer a comunidade para evitar a eclosão da malária e as suas implicações?
2. Na tua opinião, é preferível prevenir as doenças, ou esperar que estas se manifestem para depois proceder ao seu tratamento e cura? Refere os argumentos a utilizar para convencer os cidadãos a prevenirem-se contra quaisquer doenças em vez de as ignorarem, confiantes no seu tratamento.
3. O que observas na tua comunidade relativamente à prevenção de doenças?

Informação

1. Artigo de opinião

O artigo de opinião, como o próprio nome indica, é um texto em que o autor expõe o seu posicionamento face a um tema actual e de interesse geral.

É um texto argumentativo que apresenta argumentos sobre o assunto abordado; portanto, o escritor, além de expor o seu ponto de vista, deve sustentá-lo através de informações e razões coerentes e admissíveis. Logo, as ideias defendidas no artigo de opinião são da total responsabilidade do seu autor e, por esse motivo, este deve prestar especial atenção à veracidade dos elementos apresentados, além de assinar o texto no final.

É muito comum encontrar artigos de opinião em jornais e revistas. Portanto, se quiseres aprofundar os teus conhecimentos a respeito deste tipo de produção textual, podes procurá-los nestes tipos de canais informativos. A leitura é breve e simples, pois são textos pequenos, e a linguagem não é erudita, uma vez que a intenção é chegar a todo o tipo de leitores.

Características linguístico-discursivas do artigo de opinião

Uma característica muito peculiar deste género textual é a sua intenção persuasiva, que consiste na tentativa de o emissor convencer o destinatário, neste caso o leitor, a adoptar a opinião apresentada. Por este motivo, é vulgar presenciarmos descrições pormenorizadas, apelo emotivo, acusações, humor satírico, ironia e recurso a fontes de informação precisas.

Como foi dito, a linguagem é objectiva e pode recorrer abundantemente à pontuação, como, por exemplo, aos pontos de exclamação e de interrogação, os quais incitam à adopção da posição de reflexão favorável ao enfoque do autor.

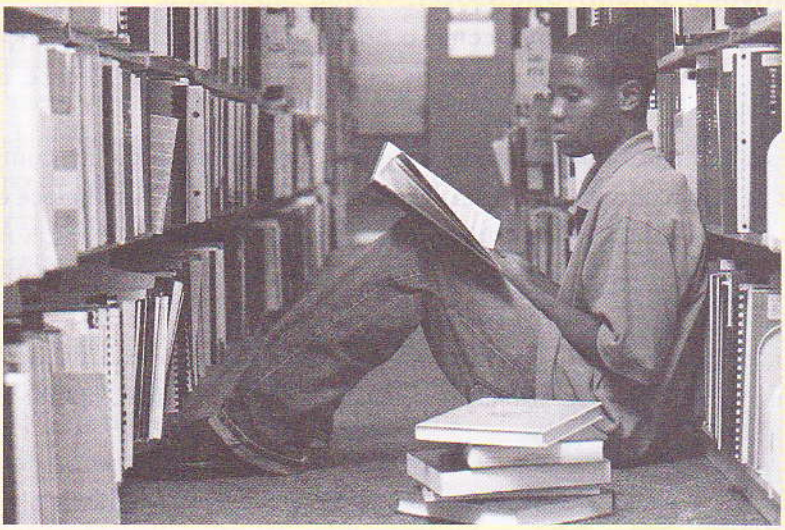
Outras marcas de persuasão são as orações no imperativo (*seja, compre, ajude, favoreça, exija*) e a utilização de conjunções que agem como elementos articuladores (*e, mas, contudo, porém, entretanto, uma vez que, de forma que*) e organizam as ideias.

Geralmente, o texto de opinião é escrito na primeira pessoa, já que se trata de um texto com marcas pessoais e, portanto, com indícios claros de subjectividade; porém, por questões de estilo ou mesmo de estratégia argumentativa, podem surgir textos de opinião na terceira pessoa.

Orientações para a produção de um artigo de opinião

Para produzir um bom artigo de opinião, devem seguir-se algumas orientações.

a) Após a leitura de vários textos sobre uma determinada temática, com diferentes pontos de vista, anota num papel os argumentos que mais te agradam; estes podem vir a ser-te úteis quando precisares de fundamentar o ponto de vista que irás desenvolver.



b) Ao compores o teu texto, tem em consideração o interlocutor, ou seja, quem irá ler a tua produção. A linguagem deve ser adequada ao género e ao perfil do público leitor.

c) Escolhe os argumentos, entre os que anotaste, que podem fundamentar a ideia principal do texto, de modo mais consciente, e desenvolve-os.

d) Pensa num enunciado que expresse a ideia principal que pretendes defender.

e) Pensa na melhor forma possível de concluir o teu texto: retoma o que foi exposto, ou confirma a ideia principal, ou faz uma citação de algum escritor ou de um especialista na área relativa ao tema debatido.

f) Cria um título que desperte o interesse e a curiosidade do leitor.
g) Formata o teu texto em colunas e coloca entre elas uma chamada (um importante e pequeno trecho do seu texto).
h) Após teres concluído o teu texto, relê-o e observa se te posicionas claramente sobre o tema; se a ideia está fundamentada em argumentos fortes e se estes estão bem desenvolvidos; se a linguagem está adequada ao género; se o texto apresenta título e se este é convidativo; por fim, verifica se o texto, no seu todo, é persuasivo (convincente).

2. Regência verbal: complementos de verbos de separação

Os verbos portugueses podem ser classificados quanto ao seu valor semântico, ou seja, a área do seu significado. Nessa classificação, que abarca várias áreas, encontramos uma tipologia semântica de verbos designada por **verbos relacionais**, isto é, verbos que estabelecem uma relação entre dois ou mais elementos.

De entre os verbos relacionais, destacamos agora os *verbos locativos*, usados para estabelecer uma relação de localização entre os elementos a que se referem. Estas relações permitem dividir estes verbos em três grupos: **posicionais, conjuntivos/associativos** e **disjuntivos/dissociativos/de separação**.

Os **verbos de separação**, como o nome sugere, indicam a disjunção desses elementos. São exemplos de verbos de separação os verbos *separar-se, apartar-se, isolar-se, afastar-se*, entre outros.

Estes verbos não têm significado completo, necessitando de um complemento que lhes confira pleno sentido. Esta relação necessária que se estabelece entre uma palavra e o seu complemento chama-se **regência**. Em certos casos, a relação de regência é indicada por preposições, as quais servem para ligar estas palavras estabelecendo uma interdependência entre elas.

É o caso dos **verbos dissociativos**, regidos pela preposição **de**: *separar-se de* algo/alguém, *apartar-se de* algo/alguém, *isolar-se de* algo/alguém, *afastar-se de* algo/alguém.

Aplicação

1. Sublinha o complemento do verbo de separação na frase que se segue.
   «As pessoas devem ter o cuidado de se afastar de águas estagnadas, pois elas são uma fonte de contágio de dengue.»
2. Identifica a preposição que, na frase anterior, faz a regência verbal.
3. Forma, no mínimo, seis frases, usando os quatro verbos de separação apresentados como exemplos e outros por ti considerados como tendo as mesmas características.

Tema transversal: Saneamento do meio

O Homem é um ser que, por natureza, convive com outros seres num determinado ambiente, onde a convivência social se impõe. Durante esta interacção, cada um tem as suas manifestações, as quais se encontram algumas vezes de acordo com o pensamento da maioria, outras, não menos frequentes, estão totalmente alheadas das regras de convivência socialmente definidas.

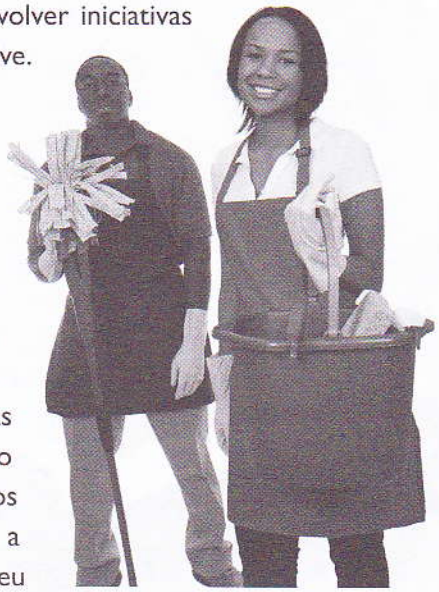
Vezes sem conta, o Homem encontra-se numa situação em que poderia evitar alguns desajustes entre o que se aconselha como sendo saudável e as opções que realmente toma.

Numa das lições passadas, falámos sobre saúde e nutrição e demos alguns conselhos para que todos sejam saudáveis e possam promover a saúde no seio da comunidade.

Queremos agora que tu e os teus colegas promovam regras de saneamento do meio como forma de, mais uma vez, garantir que todo o cidadão viva num ambiente harmonioso e livre de doenças, o que pressupõe necessariamente uma tomada de consciência desta problemática e a realização efectiva de acções concretas de saneamento do meio, contribuindo deste modo para uma vida saudável.

Produção oral

1. Tenta convencer a tua comunidade a desenvolver iniciativas que zelem pela sanidade do meio em que vive.
   No seio da tua turma, programa sessões de palestras, cujo objectivo será a prevenção das doenças através da criação e manutenção de um ambiente saudável.
   Formem grupos de dez estudantes. Cada grupo simulará uma comunidade, com os seus hábitos e costumes próprios, o que torna necessário diversificar estratégias de sensibilização e mobilização. Todos os teus colegas devem simular esta palestra, num processo rotativo, em que um é palestrante e os outros são membros da comunidade, com direito a opinião e a tomada de partido, conforme o seu dia-a-dia.

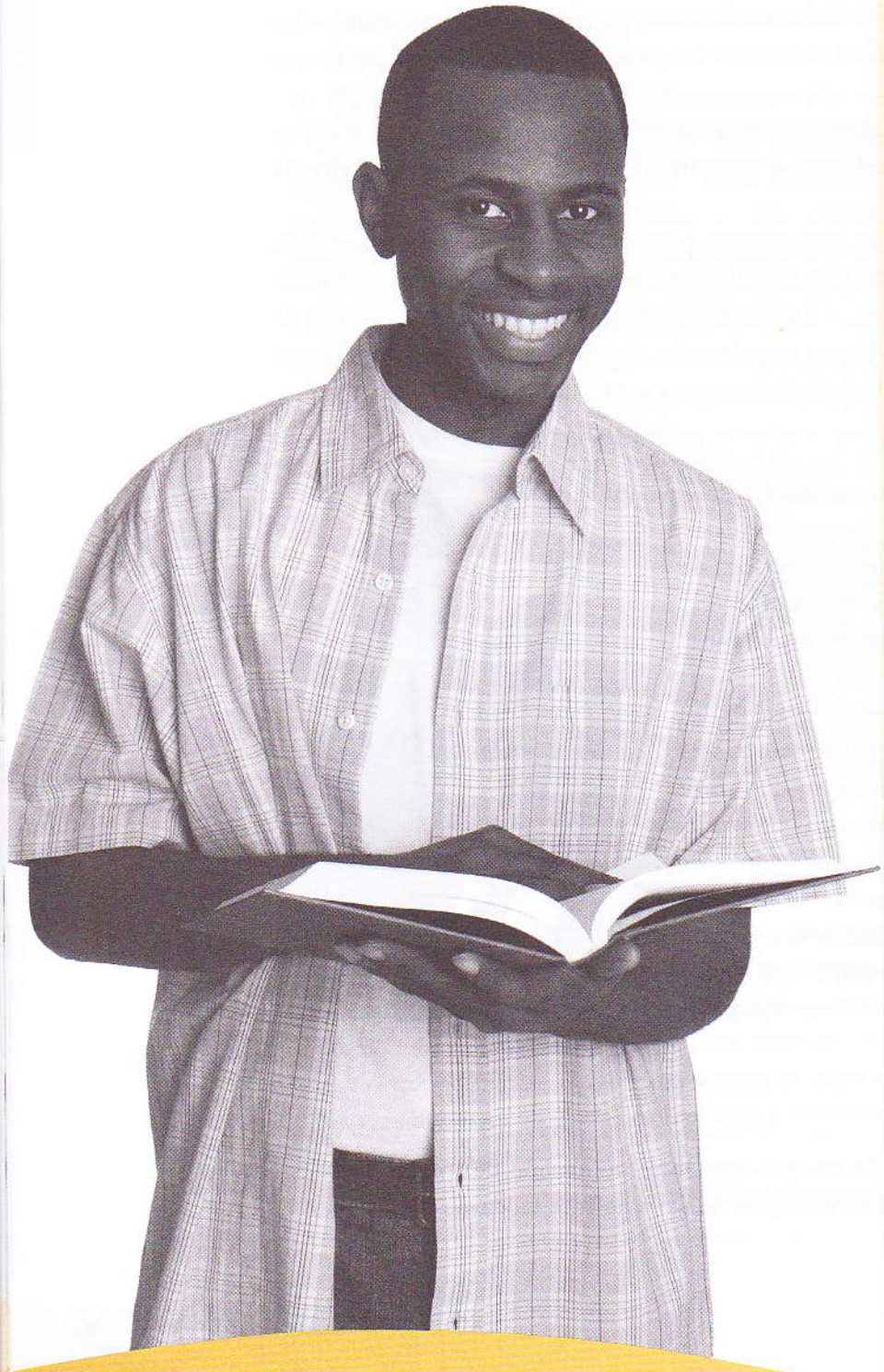


Produção escrita

1. Redige um artigo de opinião em que apresentes, no mínimo, dez regras de saneamento do meio e abordes as vantagens de um ambiente saudável.

Unidade 8

Textos multiusos: textos didácticos e/ou científicos



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar textos didácticos e/ou científicos e reconhecer textos expositivo-explicativos;
- analisar o(s) texto(s) didáctico(s) e/ou científico(s).

2. Sobre o funcionamento da língua:
- usar, nas produções orais e escritas, conjunções ou locuções subordinativas e orações subordinadas comparativas e consecutivas.

3. Sobre o tema transversal (Desastres naturais – maremotos):
- elaborar textos didácticos e/ou científicos sobre assuntos relacionados com maremotos.

Textos didáctico-científicos: textos expositivo-explicativos

Nesta unidade didáctica, vais estudar textos didácticos e/ou científicos, especificamente expositivo-explicativos, ou seja, textos que têm como principal objectivo instruir o destinatário ou leitor.

Vais ainda usar as conjunções/locuções subordinativas e orações subordinadas comparativas e consecutivas na produção de textos escritos ou em debates e sessões plenárias com os teus colegas.

Leitura

Lê o texto seguinte.

Mutxongoyo

Mutxongoyo é o nome de uma dança originária da África do Sul que foi trazida para Moçambique por velhos que para lá haviam emigrado a partir da região do Bilene. Surgiu em Manica, levada de Gaza através de Mossurize.

O *mutxongoyo*, dança de acolhimento ao filho que tinha ido trabalhar nas minas, era uma forma de a família manifestar a alegria que sentia pelo seu regresso.

A dança processava-se da seguinte maneira: as mulheres e os jovens de ambos os sexos formavam um círculo para o meio do qual entravam os velhos; cerca de quinze pessoas executavam a dança acompanhadas pelos jovens, dispostos em círculo, e ainda por um batuque tocado (...) por um homem.

Dada a força que exigia, o *mutxongoyo* era dançado principalmente por homens.

Os dançarinos vestiam-se de peles de animais, com as quais faziam um cinto, a que amarravam outras tiras de pele, para abanarem durante a dança. Estas serviam ainda para ornamentar os pulsos, os antebraços, os tornozelos e a barriga das pernas; usavam ainda uma coroa feita também de peles, na qual espetavam penas de aves. Esta coroa tem o nome de *gututo*.

O regressado, que ficava entre a assistência, mudava várias vezes de roupa, não só como forma de obter prestígio social, mas também com o objectivo de mostrar àqueles que temiam o perigo de trabalhar nas minas que não havia razão para tal.

O *mutxongoyo* realizava-se normalmente em Agosto.

Este princípio era de tal forma rigoroso que, se o filho voltasse das minas depois deste mês, a cerimónia da sua recepção só teria lugar no Agosto seguinte, por duas razões: a primeira, pelo facto de Agosto ser o período que se segue à colheita da mapira, com que se prepara o doro, bebida que devia estar presente em todas as cerimónias; a segunda, por ser ainda a época em que a população tem o seu tempo livre de trabalho da machamba.

Com o decorrer do tempo, a dança deixou de ser praticada só como saudação aos regressados e passou a acompanhar todo o período pós-colheita, ou seja, passou a ser tradicionalmente praticada em Agosto.

Hoje, dança-se num acto de simples manifestação cultural. A maneira de dançar sofreu transformações, embora o *mutxongoyo* continue a ser dançado pelos homens, como anteriormente. As mulheres executam-no como antigamente, fora do círculo e muito superficialmente, pois é realmente necessário ter muita agilidade.

In Programa do 1.º Festival Nacional de Dança Popular (Moçambique)

Compreensão/Interpretação

1. O texto que acabaste de ler glorifica uma das manifestações da tradição da sociedade moçambicana – a dança.
   1.1 O que é o *mutxongoyo*?
   1.2 Localiza esta dança no tempo e no espaço.
   1.3 Que função tinha esta dança inicialmente?
2. Durante a sua execução, esta dança tinha um carácter discriminatório.
   2.1 Por que razão?
3. Por que motivos o regressado, no dia do *mutxongoyo*, tinha de mudar várias vezes de roupa?
4. Assinala com ✗ a resposta correcta.
   O texto que leste é um texto:
   ☐ a) Narrativo. ☐ b) Didáctico-científico.
   ☐ c) Argumentativo. ☐ d) Expositivo-explicativo.
5. Diz que informação, no texto acima, constituiu uma nova aprendizagem para ti.
6. Na tua opinião, o que pretende o autor do texto com a apresentação destas informações?

Funcionamento da língua

1. Completa as frases seguintes, juntando-lhes orações subordinadas comparativas ou consecutivas, conforme te é pedido. INFORMAÇÃO, 2 p. 87
   a) Os alunos fizeram o trabalho_____(oração subordinada comparativa)
   b) Escreviam de tal maneira_____ (oração subordinada consecutiva)
   c) Ele era tão simpático_____ (oração subordinada consecutiva)

Produção oral

1. Discute com os teus colegas o tema *A preservação das fontes orais para o conhecimento das raízes da nossa tradição*, mesmo sabendo da existência de fontes escritas que versam sobre a tradição moçambicana.

   Podem abordar os seguintes pontos:

   - Até que ponto as fontes orais são mais claras do que as escritas?
   - Será que tudo o que aparece escrito corresponde à verdade?

Produção escrita

2. Elabora um texto expositivo-explicativo em que expliques a importância do uso e da valorização das fontes orais para a afirmação da nossa tradição como moçambicanos.

Informação

1. Texto didáctico e/ou científico: texto expositivo-explicativo

Nestes textos, predomina o modo imperativo, podendo ocorrer também o modo infinitivo, mas com carga imperativa. Os textos didácticos aparecem geralmente em livros de estudo ou em brochuras que pretendam educar a sociedade. Os textos científicos apresentam um vocabulário específico de determinada área da ciência, mas devem ser relativamente fáceis de compreender pelo cidadão comum. Os textos científicos surgem normalmente em revistas temáticas e científicas.

Nota-se ainda, nestes tipos de texto, o predomínio da modalidade deôntica, que consiste em levar o receptor a praticar uma acção no futuro: pensar ou agir.

Werlich (1975) usa o termo «instrutivo» para definir estes tipos de texto. De acordo com este autor, o tipo de texto instrutivo está ligado à revisão de comportamento(s) futuro(s). Salienta-se, por isso, a utilização de uma grande quantidade de imperativos e verbos de acção no infinitivo, que constituem marcas linguísticas de superfície.

Adam (1987) fala de sequência injuntiva-instrucional, ou seja, sequências textuais que encontramos, por exemplo, em guias de montagem, catálogos, instruções, regulamentos, guias de itinerário e boletim meteorológico.

De acordo com Adam (*Op. cit.*), a instrução organiza-se de forma equivalente à sequência descritiva, particularizando-se apenas pelo facto de «fazer ver» acções (em vez de objectos ou situações). Demarca-se dessas semelhanças, no entanto, em função da existência de um objectivo específico: o de «fazer agir» o destinatário.

Escreve-se ou lê-se este tipo de textos para ensinar e aprender a fazer coisas, comunicar instruções e rever comportamentos.

Couto (2000), a propósito do mesmo assunto, exemplifica com receitas, regras, códigos, ou seja, diferentes instruções, pois as instruções fazem parte do texto didáctico-científico.

Neste tipo de texto, o autor dá indicações que o leitor terá de cumprir para realizar uma determinada tarefa. Em função das tarefas visadas, o género de texto apresentará características diferentes:

- receita culinária;
- modo de fabrico;
- regras de jogo;
- protocolo de experiências.

O texto didáctico-científico pressupõe sempre a presença de um destinatário.

Critérios de identificação e produção do texto didáctico-científico

I. Apresentação tipográfica: título, subtítulo e revelador da realização visada

1. Sucessão de enunciados na ordem cronológica de realização.

II. Enunciação

1. O autor guia o leitor realizador na execução da tarefa unicamente através do texto.
2. O texto não tem um carácter muito pessoal, uma vez que se centra no êxito do leitor.

III. Gramática textual

1. Uso de frases simples, curtas, precisas, que começam geralmente por verbos de acção.
2. Verbos no modo infinitivo ou no modo imperativo.
3. Emprego de actos ilocutórios directivos.
4. Vocabulário específico.
5. Presença de indicadores de cronologia: conectores, como *depois, a seguir* ou *primeiro, segundo*).

Aplicação

1. Na tua comunidade, são vários os exemplos de situações verídicas de esquecimento das raízes socioculturais do nosso povo. Começa por fazer um estudo destas situações na tua comunidade.
2. Em micrograpos, organizados previamente, planifica uma acção de sensibilização da comunidade sobre a importância da preservação dos valores socioculturais de um povo.
3. Regista as opiniões da tua comunidade acerca da mensagem que tu e os teus colegas veicularam.
4. Partilha as informações coligidas com os teus colegas de turma/escola, em assembleia-geral. Esta sessão será organizada em coordenação com o teu professor e/ou com a direcção da escola.

2. Conjunções/locuções (orações subordinativas e orações subordinadas comparativas e consecutivas

Borregana (*Op. cit*, pág. 215) designa por **conjunções** os vocábulos invariáveis que relacionam duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração.

Para o mesmo autor, são conjunções subordinativas as que ligam duas orações, sendo que uma das quais completa ou determina o sentido da outra.

As conjunções subordinativas ligam uma oração de nível sintáctico inferior (oração subordinada) a uma de nível sintáctico superior (oração principal).

Exs.: Sabemos **que** cada homem deve cumprir a sua missão.

O homem será feliz **se** realizar os seus ideais.

Conjunções e locuções subordinativas

Classificação	Conjunções	Locuções
Causais (introduzem orações causais)	porque, pois, como (= porque), porquanto	visto que, pois que, já que, por isso que, uma vez que
Finais (introduzem orações finais)	que (= para que)	para que, a fim de que, por que
Temporais (introduzem orações temporais)	quando, enquanto, apenas, mal, como, que (= desde que)	antes que, depois que, logo que, assim que, desde que, até que, primeiro que, sempre que, todas as vezes que, tanto que, à medida que, ao passo que
Comparativas (estabelecem uma comparação entre duas orações)	como, segundo, conforme, qual.	como... assim, assim como... assim, assim como... assim também, bem como, mais... do que, segundo (consoante, conforme)... assim, tão (tanto)... como, como se, que nem
Condicionais (introduzem orações condicionais)	se, caso	a não ser que, desde que, no caso de (que, contanto que, excepto se, se não (sem que), dado que, a menos que
Consecutivas (introduzem orações consecutivas)	(de tal modo/tanto/tão) que	
Concessivas (introduzem orações concessivas)	embora, conquanto, que (= ainda que)	ainda que, posto que, mesmo que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que
Integrantes (introduzem orações completivas integrantes)	que	

Aplicação

1. Sublinha as conjunções e locuções subordinativas presentes nas frases seguintes.
   a) Embora todos a conhecessem, ninguém a apoiou.
   b) Os irmãos informaram que ela estava doente.
   c) Choraram tanto que os vizinhos vieram ajudá-las.
   d) Para que tudo corresse bem, foi preciso treinar muitas horas.
2. Diz a que subclasse pertence cada uma das conjunções e locuções que sublinhaste no exercício anterior.

Tema transversal – Desastres naturais: maremotos

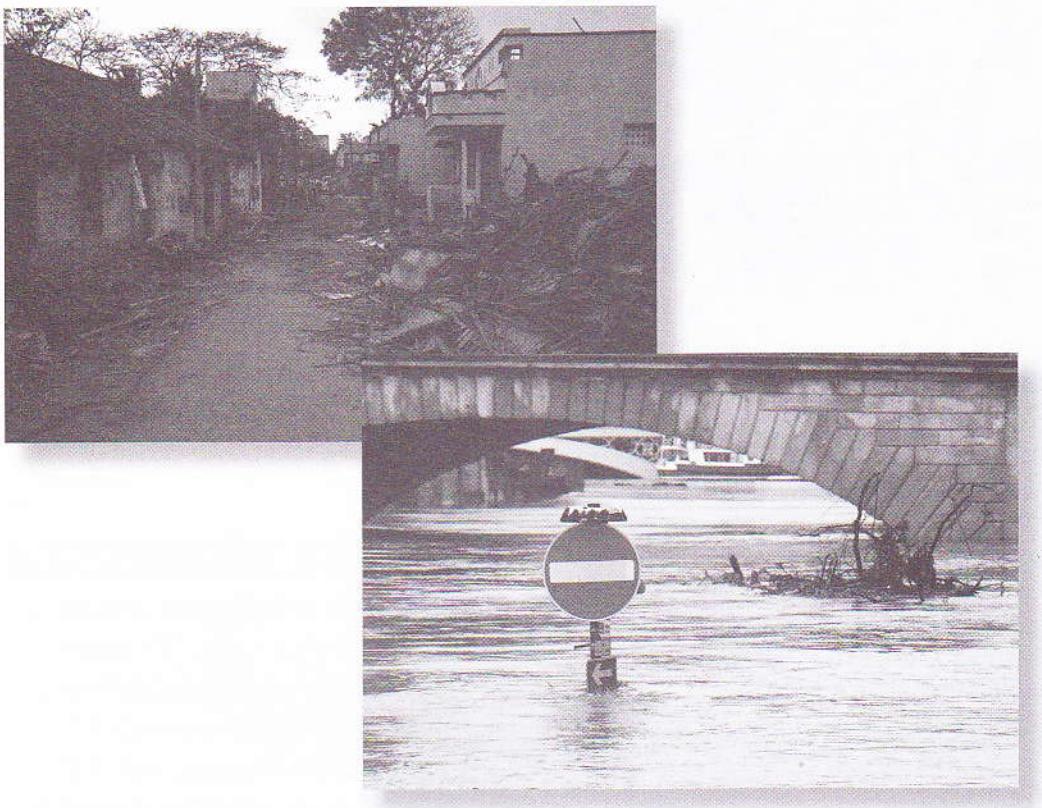
Revê as unidades em que estudaste esta temática e regista no teu caderno algumas ideias-chave sobre o assunto. Com base nessas ideias centrais, realiza os exercícios propostos a seguir.

Produção oral

1. Organiza um debate na tua turma sobre o tema: *Como lidar com os desastres naturais?*
2. Conversem sobre este assunto em grupos de cinco elementos, registando algumas ideias e argumentos a apresentar no debate. De seguida, sentem-se a uma mesa, com a seguinte constituição: um moderador (ao centro) e cinco participantes de cada lado (dois representantes de cada grupo). Durante o debate, todos devem produzir enunciados envolvendo conjunções e/ou locuções conjuncionais subordinativas. O professor coordenará esta actividade.

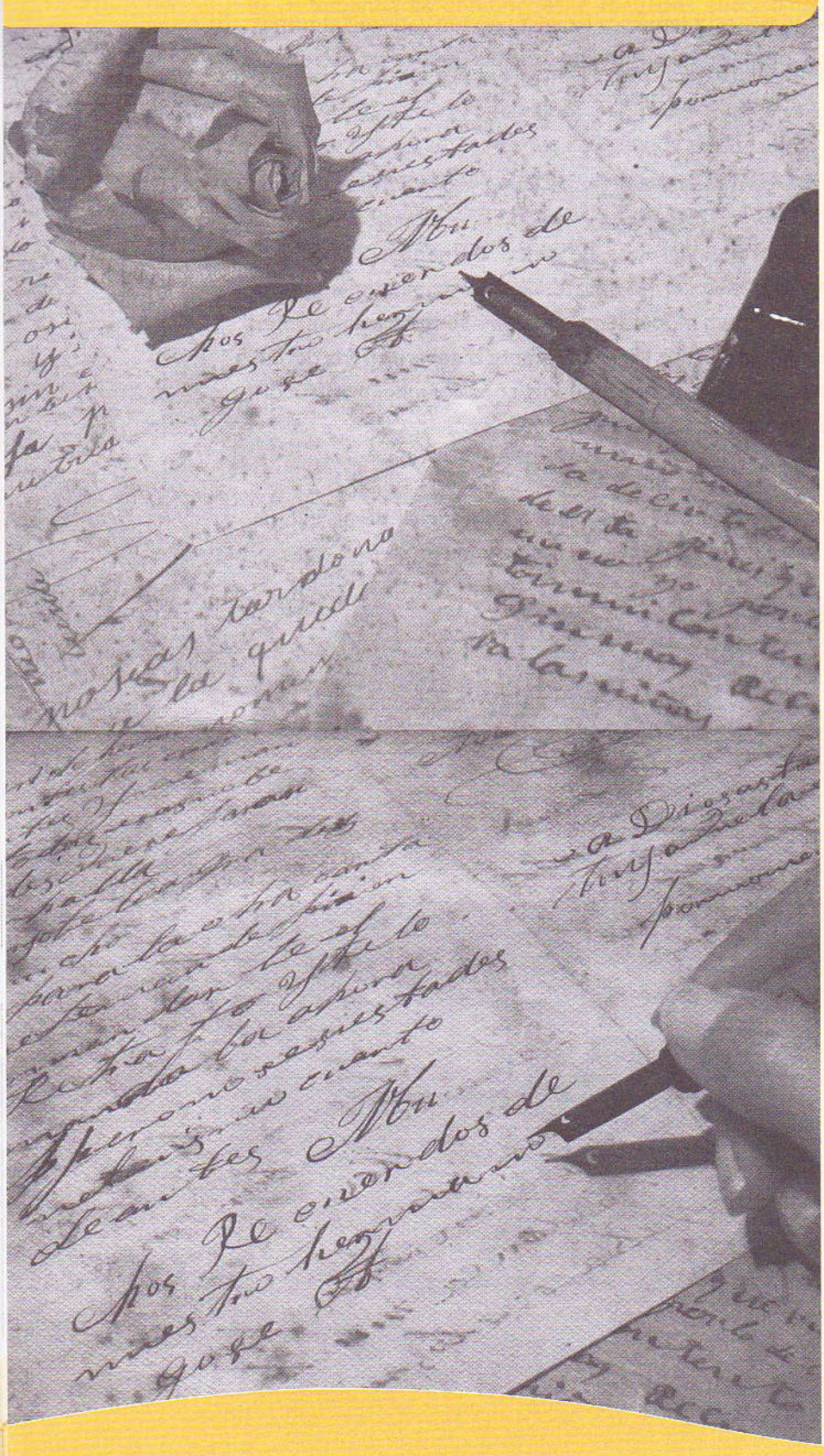
Produção escrita

1. Produz um texto didáctico-científico, que será afixado num jornal de parede na escola, em que expliques *como se deve lidar com os desastres naturais.*



Unidade 9

Textos literários: texto lírico



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
- interpretar o texto lírico;
- identificar as características de um texto lírico;
- caracterizar o mundo lírico – o mundo do **eu** do poeta face às suas emoções;
- identificar a oralidade como sendo a forma mais corrente da comunicação e da transmissão da obra literária nas civilizações do passado.

2. Sobre o funcionamento da língua:
- analisar os processos estilísticos presentes nos textos líricos;
- produzir textos líricos.

3. Sobre o tema transversal (Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA):
- elaborar textos líricos sobre assuntos relacionados com HIV/SIDA.

Texto literário: o texto lírico

Na presente unidade didáctica, vais ler textos que têm como objectivo primordial a expressão de sentimentos por um sujeito poético e aprender algumas figuras de estilo muito importantes em textos desta natureza.

Leitura

Lê atentamente o texto seguinte.

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar – sozinho, à noite –
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que disfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Gonçalves Dias,
Primeiros Cantos, Autêntica Editora

Vocabulário

Bosques – grande arvoredo; floresta
Cismar – pensar muito em alguma coisa; empreender
Primores – perfeição; excelência
Sabiá – nome de um pássaro
Várzeas – campinas cultivadas em vale extenso; planície

Compreensão/Interpretação

1. Escreve um sinónimo do verbo *cismar*, no sentido que o poeta convoca para o texto.
2. Amiúde, o poeta socorre-se dos locativos *cá* e *lá*.
   2.1 Que espaços concretos referem estes advérbios?
   2.2 Que paisagens são apresentadas em contraste neste poema?
3. Explica as ideias de saudade e de nacionalismo presentes no poema em análise.

4. Numa visão global do poema de Gonçalves Dias, nota-se que ele sugere dois momentos. Identifica-os e explica como é que se materializam no texto.
5. As palavras convocadas por Gonçalves Dias para este poema sugerem uma afinidade com o ambiente físico brasileiro e uma relação de amor com a sua pátria.
   5.1 Transcreve as palavras que nos revelam esta relação afectiva.
6. Estabelece a relação entre o poema e o Hino Nacional Brasileiro (procura este hino na biblioteca da tua escola ou na Internet).
7. Comenta a temática do poema «Canção de Exílio», tendo em conta a sua inclusão no Romantismo (século XIX), época marcada pelo lirismo, pela subjectividade, pela emoção e pelo *eu*.

Informação

1. Texto lírico: caracterização estrutural e temática

Num primeiro momento, importa que te recordes que os géneros literários podem ser definidos como um sistema que permite a classificação de obras literárias de acordo com critérios semânticos, sintácticos, fónicos, discursivos, formais, contextuais, situacionais e afins. Eles funcionam também como modelos de estruturação formal e temática da obra literária que se oferecem ao autor enquanto esquema prévio à criação da sua obra. Os géneros literários são os diferentes grupos ou categorias em que podemos classificar as obras literárias atendendo ao seu conteúdo.

Embora seja um pouco difícil classificar um texto quanto ao género literário, porque um texto pode agrupar várias características de mais de um género, ou então um género pode evoluir e transformar-se, é seguro classificá-los em conformidade com Platão, personalidade célebre da Antiguidade Clássica, com vários estudos realizados em diferentes áreas da ciência.

Neste contexto, a partir do século XVI, deu-se mais ênfase ao estudo específico dos géneros literários, conforme são definidos na obra *República*, de Platão (428 a. C. – 347 a. C.).

Foi com este filósofo grego e também com Aristóteles que surgiu a classificação clássica dos géneros literários: *épico*, *lírico* e *dramático*.

Para Platão, toda a manifestação artística tem por base falsas situações, como se fossem imitações transitórias.

De Platão até hoje, já surgiram outras definições sobre o estudo dos géneros literários, mas manteve-se a divisão em três grandes grupos: épico, lírico e dramático.

No que se refere ao assunto central desta unidade didáctica, o texto lírico, sublinhe-se que o género lírico tem como característica identificadora a manifestação do *eu* do artista. No texto lírico, o poeta demonstra de maneira expressiva os seus pensamentos e emoções ou, melhor, o seu mundo interior. Uma característica marcante do texto lírico é a musicalidade das palavras, ou seja, a exploração da sua sonoridade. É, além disso, um texto predominantemente subjectivo. Na sua origem, era veiculado ao público em recitais de poesia.

Adicionalmente, é importante que saibas que a palavra «lírico» vem de lira, instrumento musical de cordas, o que implica que o texto lírico, além de poder ser lido, pode ainda ser cantado e declamado.

Por vezes, os textos líricos assumem formas ou naturezas fixas, em verso, como é o caso das formas seguintes:

- **soneto**: composição de 14 versos, em geral composta por duas quadras e dois tercetos;
- **ode**: poesia de exaltação;
- **elegia**: poema, em geral, triste;
- **madrigal**: poesia galante, galanteio dirigido a damas;
- **sátira**: poema que ridiculariza características do comportamento;
- **acalanto**: canto destinado a embalar o sono;
- **acróstico**: poema cujas letras iniciais de cada verso formam o nome de um lugar ou de uma pessoa;
- **idílio**: poema sobre temas pastoris.

Aplicação

1. Discute com o teu colega do lado a importância da musicalidade dos poemas.

2. Figuras de estilo – as figuras de pensamento

A **figura de estilo** é uma forma de enunciar um significado através de uma palavra ou expressão que não é o termo «próprio», que não costuma ser usado para esse significado. As figuras de estilo dividem-se em três grandes grupos: figuras de linguagem, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

Nesta unidade didáctica, vamos estudar particularmente as figuras de pensamento. As principais figuras de pensamento são:

- **Interrogação retórica**: é uma pergunta que se faz, não para obter resposta, mas, geralmente, para deixar o receptor a pensar sobre o assunto ou para dar seguimento à exposição da ideia do emissor.

  Ex.: Quem teria coragem de permanecer na sua Pátria num clima de tensão?!...

- **Exclamação:** expressão espontânea de um vivo e súbito sentimento de dor, de alegria, de pesar, de admiração, de cólera, entre outros.
  Ex.: Que saudades da minha Pátria amada!
- **Hipérbole:** exagero da verdade das coisas, quando se quer enfatizar uma grande quantidade ou conferir muita intensidade.
  Ex.: Que saudades da nossa Pátria! De céu inundado de estrelas, de palmeiras em cada grão de areia da Terra...
- **Apóstrofe:** interrupção brusca do assunto para o orador ou o escritor se dirigir a uma pessoa ou coisa, presente ou ausente, real ou fictícia.
  Ex.: Ó glória de mandar, ó vã cobiça
  Desta vaidade a que chamamos fama!
  Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*
- **Prosopopeia, personificação ou animismo:** introdução no discurso de pessoas ausentes ou mortas, divindades, animais ou seres inanimados a quem se atribui fala, acção e sentimentos próprios das pessoas.
  Ex.: Mal voltámos à Pátria amada, as palmeiras levantaram-se e gritaram de alegria.
- **Perífrase:** emprego de muitas palavras para transmitir um significado que geralmente é dado por uma só paralavra ou por uma expressão mais curta. Costuma usar-se para evitar uma repetição, ou para definir um conceito, ou ainda para revelar/explicitar um dado.
  Ex.: Na tristeza das *horas sem luz*
  em vez de
  Na tristeza *das noites*
- **Antítese ou contraste:** oposição de duas expressões, para significar algo que é aparentemente contraditório.
  Ex.: Uma doce tristeza!
  Noémia de Sousa
- **Gradação:** disposição das palavras e ideias por ordem crescente ou decrescente da sua significação.
  Ex.: Por uma omissão perde-se uma inspiração; por uma inspiração perde-se um auxílio; por um auxílio, uma contrição; por uma contrição, uma alma.
  Padre António Vieira

Produção escrita

1. Escreve um poema sobre uma temática à tua escolha. Começa por redigir uma lista de palavras relacionadas com o tema que escolheste (por exemplo: barco, mar, praia, areal, vela, gaivota, distância, prazer, sonho, para a temática da viagem).
2. Em seguida, constrói o poema usando as palavras da lista que criaste. Deves ter em conta a musicalidade das palavras, o ritmo dado pelos versos e a subjectividade da tua composição. No final, melhora a expressividade do teu texto, introduzindo uma hipérbole, uma apóstrofe, uma gradação e uma perífrase.
3. Relê o poema que escreveste e verifica se este expressa a sensibilidade do teu «eu». Podes declamá-lo diante de um espelho, de modo a veres e ouvires esse «eu» que és tu.

Produção oral

1. Organiza, com os teus colegas, um sarau de poesia na biblioteca da tua escola (ou na tua comunidade). Podem fazer chá ou sumos, preparar umas bolachas ou biscoitos e convidar colegas de outra salas, assim como familiares e amigos. Se puderes, fotografa alguns momentos e, depois, expõe as fotografias na escola.

Tema transversal – Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA

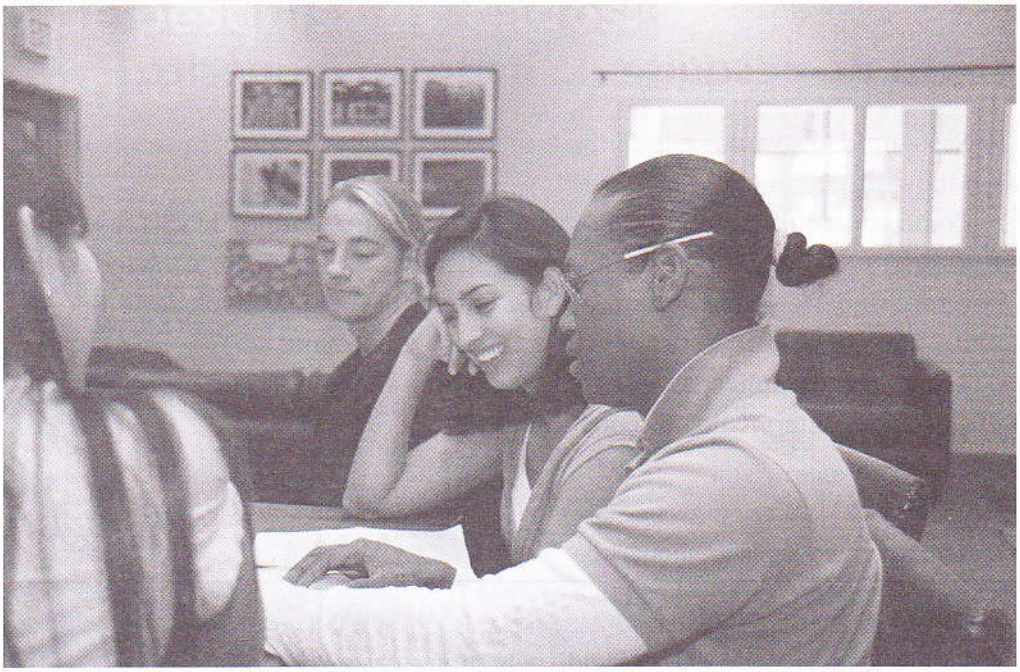
O combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA foi uma matéria já discutida anteriormente. Com base nos conhecimentos que adquiriste até agora, realiza as actividades propostas a seguir.

Produção oral

1. Supõe que és um agente de mobilização comunitária. Programa com o teu professor, ou com a direcção da tua escola, a formação de um grupo de trabalho, composto por ti e pelos teus colegas de turma, com o propósito de intervir na comunidade e de mobilizar a população para o dever de cada um no combate à estigmatização das pessoas vítimas de HIV/SIDA.

Produção escrita

1. Escreve um poema sobre *Combate à estigmatização de pessoas vivendo com HIV/SIDA*. Usa as mesmas estratégias que te foram sugeridas na actividade de produção escrita anterior.



Informação

1. O inquérito

Na óptica de Rei (*Op. cit.*, 2000, pág. 169), inquérito é uma forma de «descobrir a verdade» ou de fazer o ponto de situação sobre determinada problemática, pessoa ou grupo de pessoas. No entender do mesmo autor, este texto difere da reportagem, uma vez que esta mostra, enquanto o inquérito demonstra.

O inquérito por questionário distingue-se da entrevista, porque a aplicação do inquérito exclui, em alguns casos, a relação de comunicação oral entre inquiridor e inquirido (entrevistado), característica da situação de entrevista – é o que se passa nos questionários de administração directa (ou auto-administrados), em que o próprio inquirido regista as suas respostas.

Além disso, o autor supracitado considera que a ideia-chave deste tipo de texto é a de confrontação, presente nos passos a serem seguidos, nomeadamente:

- reunir o estado dos conhecimentos (documentação) sobre a questão;
- encontrar a boa pergunta;
- levantar hipóteses;
- verificar as hipóteses levantadas;
- apresentar a conclusão.

Rei (*Op. cit.*) defende a existência de quatro objectivos principais de um inquérito.

Textos normativos: Lei n.° 19/2002 de 10 de Outubro

Conscientes de que toda a comunidade ou sociedade organizada que deseja viver em harmonia precisa de instrumentos normativos que a possam ajudar a levar a cabo o seu anseio de viver orientada por leis, foi assim criada a Lei n.° 19/2002 de 10 de Outubro. Apesar de já termos analisado este texto legal, este merece uma abordagem cíclica, desta feita no que se refere aos artigos 57 a 79.

Além desta lei, nesta unidade didáctica iremos estudar também a formação de palavras (casos de derivações irregulares) e desenvolver o tema transversal relativo à Declaração dos Direitos Humanos e Democracia, concretamente a função da polícia, segundo a orientação da Constituição da República.

Leitura

O texto que se segue é um excerto da Lei n.° 19/2002 de 10 de Outubro e contém os artigos 57 a 79. Lê-os com atenção.

CAPÍTULO V
Votação
SECÇÃO I
Direito de sufrágio

Artigo 57
(Pessoalidade do voto)

1. O direito de sufrágio é exercido directamente por cada cidadão eleitor.
2. Em caso algum o direito de sufrágio é susceptível de representação.

Artigo 58
(Presencialidade do voto)

O direito de voto é exercido presencialmente pelo cidadão eleitor no local de funcionamento da assembleia de voto em que se encontra inscrito.

Artigo 59
(Unicidade do voto)

A cada eleitor só é permitido votar uma única vez para a eleição de cada órgão representativo das autarquias locais.

Artigo 60
(Direito e dever de votar)

1. O acto de votar constitui um direito e um dever cívico do cidadão eleitor.
2. As entidades públicas e privadas, as empresas e outros empregadores devem conceder aos respectivos funcionários e trabalhadores, se for caso disso, dispensa pelo tempo necessário para poderem votar.

Artigo 61

(Confidencialidade do voto)

1. O voto é secreto.
2. Ninguém pode, sob qualquer pretexto, ser obrigado ou obrigar outrem a revelar o sentido do voto.
3. Dentro da assembleia de voto e fora dela, até à distância de mil metros, ninguém pode revelar em que candidatura votou ou vai votar.

Artigo 62

(Requisitos de exercício do direito de voto)

Para além de admissão à votação, o nome do eleitor deve constar do caderno de recenseamento e a sua identidade ser reconhecida pela respectiva mesa.

SECÇÃO II
Processo de votação

Artigo 63

(Abertura da assembleia de voto)

1. As assembleias de voto abrem às sete horas.
2. O presidente da mesa da assembleia de voto declara aberta a assembleia de voto e procede, com os restantes membros e delegados das candidaturas, à revista da cabina de voto e dos documentos de trabalho da mesa.
3. O presidente da mesa exibe as urnas vazias perante os outros membros da mesa, delegados das candidaturas e eleitores presentes, após o que procede à selagem das mesmas, elaborando-se a respectiva acta.

Artigo 64

(Impossibilidade de abertura da assembleia de voto)

A abertura das assembleias de voto não tem lugar nos casos de:

a) Impossibilidade de constituição da respectiva mesa;
b) Ocorrência, no local ou nas suas proximidades, de calamidade ou de perturbação da ordem pública, na véspera ou no próprio dia marcado para o acto eleitoral.

Artigo 65

(Irregularidade e seu suprimento)

1. Verificando-se quaisquer irregularidades que impeçam o processo de votação, a mesa procede ao seu suprimento dentro das duas horas subsequentes à sua verificação.
2. Tornando-se impossível suprir as irregularidades dentro do prazo previsto no número anterior, o presidente declara encerrada a assembleia de voto e participa imediatamente o facto à Comissão Nacional de Eleições através do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, distrital ou de cidade para decisão final.

Artigo 66

(Continuidade das operações eleitorais)

A votação decorre ininterruptamente, devendo os membros da mesa da assembleia de voto fazer-se substituir quando necessário.

Artigo 67

(Interrupção das operações eleitorais)

1. As operações eleitorais são interrompidas, sob pena de nulidade da votação, nos seguintes casos:
   a) Ocorrência, na área da autarquia local, de calamidade ou perturbação da ordem pública que possa afectar a realização do acto eleitoral;
   b) Ocorrência, na assembleia de voto, de quaisquer perturbações ou tumultos.
2. As operações eleitorais só são retomadas depois de o presidente verificar a eliminação da(s) causa(s) que determinara(m) a sua interrupção.
3. Nos casos referidos no número 1 e sempre que se ponha em causa a integridade das urnas, as operações eleitorais voltam a repetir-se, considerando-se sem efeito quaisquer actos que eventualmente tenham sido praticados.
4. Na impossibilidade de repetição das operações eleitorais referidas no número 3, realizam-se eleições no segundo domingo após a realização das eleições em referência.

Artigo 68

(Presença de não eleitores)

1. Não é permitida a presença nas assembleias de voto:
   a) de cidadãos que não sejam eleitores;
   b) de cidadãos que já tenham exercido o seu direito de voto.
2. É, contudo, permitida a presença dos órgãos de comunicação social nas assembleias de voto, desde que devidamente credenciados pela Comissão Nacional de Eleições, devendo:
   a) identificar-se perante o presidente da mesa da assembleia de voto, exibindo a credencial referida;
   b) abster-se de colher imagens em lugares próximos das cabinas e urnas de votação e de registar declarações de eleitores dentro da área de trezentos metros circundante do local de funcionamento da assembleia de voto.
3. A Comissão Nacional de Eleições autorizará a presença de observadores designados por organizações não partidárias.

Artigo 69

(Ordem de votação)

1. Os eleitores votam pela ordem de chegada às assembleias de voto, dispondo-se em fila para o efeito.

2. Não havendo nenhuma irregularidade, votam em primeiro lugar os membros das mesas de assembleia de voto, bem como os delegados das candidaturas que se encontrem inscritos nos cadernos eleitorais correspondentes à assembleia de voto que fiscalizam.
3. Os presidentes das mesas dão prioridade aos seguintes cidadãos eleitores:
   a) incumbidos do serviço de protecção e segurança das assembleias de voto;
   b) doentes;
   c) deficientes;
   d) mulheres grávidas;
   e) idosos;
   f) pessoal médico e paramédico.

Artigo 70

(Encerramento da votação)

1. O presidente da mesa declara encerrada a votação logo que tenham votado todos os inscritos e presentes nas assembleias de voto até às dezoito horas do dia previsto para as eleições.
2. Em caso de impossibilidade de cumprimento dos prazos eleitorais, cabe à Comissão Nacional de Eleições decidir sobre a eventual prorrogação da votação, por mais um dia.

SECÇÃO III
Modo geral de votação

Artigo 71

(Modo de votação de cada eleitor)

1. Ao apresentar-se perante a mesa da assembleia de voto, cada eleitor mostra as suas mãos aos membros da mesa e entrega ao respectivo presidente o seu **cartão de eleitor**.
2. Identificado o eleitor e verificada a sua inscrição, o presidente entrega-lhe os boletins de voto.
3. Em seguida, o eleitor dirige-se à cabina de voto onde, sozinho, assinala com uma cruz, ou com a aposição da impressão digital no quadrado ou na área rectangular correspondente ao candidato em que vota, e dobra cada boletim de voto em quatro partes.
4. Voltando para junto da mesa, o eleitor introduz os boletins de voto nas urnas correspondentes e mergulha o dedo indicador direito em tinta indelével, enquanto os escrutinadores registam a votação, rubricando os cadernos de recenseamento eleitoral na coluna correspondente ao nome do eleitor.
5. Se o eleitor não expressar a sua vontade em relação a um dos órgãos a eleger, não recebendo ou não entregando o respectivo boletim de voto, esse facto consta da acta como abstenção.

6. Se, por inadvertência, o eleitor inutilizar um boletim de voto, deve pedir outro ao presidente da mesa, devolvendo-lhe o primeiro, que é rubricado pelo presidente e conservado.
7. Uma vez exercido o direito de voto, o eleitor recebe o cartão e retira-se do local da votação.

Artigo 72

(Voto dos portadores de deficiência)

1. Os eleitores cegos e os afectados por doença ou deficiência física notória, que a mesa verifique não poderem praticar os actos descritos no antigo precedente, votam acompanhados de outro eleitor, por si livremente escolhido, que deve garantir a fidelidade de expressão do seu voto, ficando obrigado a absoluto sigilo.
2. Se a mesa decidir que não se verifica a notoriedade da doença ou deficiência física, exige que lhe seja apresentado, no acto da votação, documento passado pela entidade competente, em comprovação da impossibilidade da prática dos actos descritos no artigo anterior.

Artigo 73

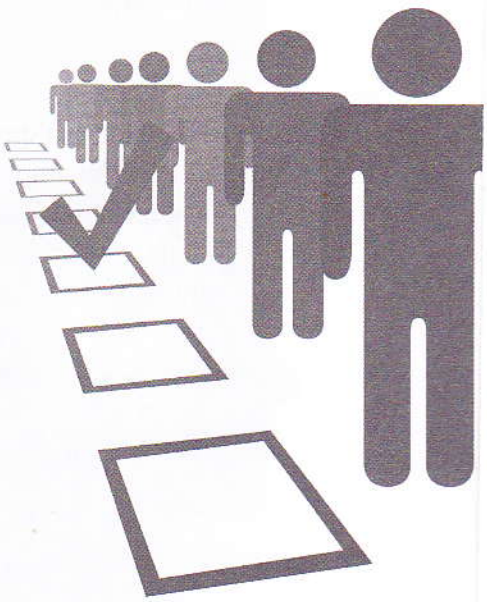
(Voto dos cidadãos que não saibam ler nem escrever)

Os cidadãos que não saibam ler nem escrever e que não possam colocar a cruz, votam mediante a aposição de um dos dedos no quadrado ou na área rectangular correspondente à candidatura que escolhem, depois de o terem mergulhado em tinta apropriada para o efeito existente na cabina de voto.

Artigo 74

(Voto de eleitores com cartões extraviados)

O eleitor cujo cartão se tenha extraviado, fora do período de reemissão fixado pelos órgãos eleitorais, só pode votar se constar do caderno eleitoral respectivo, confirmado pelos delegados de candidatura, devendo, para o efeito, apresentar o bilhete de identidade.



SECÇÃO IV
Garantias de liberdade de voto

Artigo 75
(Dúvidas, reclamações e protestos)

1. Além dos delegados de candidaturas, qualquer eleitor pertencente à assembleia de voto pode colocar dúvidas e apresentar, por escrito, reclamações e protestos relativamente às operações eleitorais da respectiva assembleia de voto, devendo instruí-los com os meios de prova necessários.
2. A mesa não pode recusar a recepção das reclamações e dos protestos, devendo rubricá-los e anexá-los às actas.
3. As reclamações e protestos têm de ser objecto de deliberação da mesa da assembleia de voto, que pode tomá-la no final da votação, se entender que isso não afecta o andamento normal da votação.
4. Todas as deliberações da mesa da assembleia de voto, sobre esta matéria, são tomadas por maioria de votos dos respectivos membros, tendo o presidente voto de qualidade, podendo ser objecto de recurso à comissão respectiva.

Artigo 76
(Manutenção da ordem e da disciplina)

1. Compete ao presidente da mesa da assembleia de voto, coadjuvado pelos restantes membros, assegurar a liberdade dos eleitores, manter a ordem e a disciplina, tomando para o efeito as providências adequadas.
2. Não são admitidos na assembleia de voto os eleitores que se apresentem manifestamente embriagados ou drogados, os que sejam portadores de qualquer arma, os dementes e os que, por qualquer forma, perturbem a ordem pública e a disciplina.

Artigo 77
(Proibição de propaganda)

1. É proibida qualquer propaganda dentro das assembleias de voto e fora delas e na área circundante até a uma distância de trezentos metros.
2. O disposto no número anterior aplica-se igualmente à exibição de símbolos, sinais, distintivos ou autocolantes dos candidatos e de partidos políticos ou coligações de partidos.

Artigo 78

(Proibição da presença da força armada)

1. Nos locais onde se reunirem as assembleias de voto e num raio de trezentos metros, é proibida a presença de força armada, com excepção do disposto nos números seguintes.
2. Quando for necessário pôr termo a tumultos ou obstar a agressões ou violência, quer no local da assembleia de voto, quer na sua proximidade, ou ainda em caso de desobediência às suas ordens, o presidente da mesa da assembleia de voto pode, ouvida esta, requisitar a presença da força de manutenção da ordem pública, com menção na acta das razões da requisição e do período de presença da força armada.
3. Sempre que o comandante da força de manutenção da ordem pública verificar a existência de indícios de que se exerce sobre os membros da assembleia de voto coacção física ou psicológica que impeça o respectivo presidente de fazer a respectiva requisição, pode mandar a força intervir, devendo esta retirar-se logo que o presidente assim o determine ou quando a sua presença já não se justifique.
4. Nos casos previstos nos números 2 e 3, suspendem-se imediatamente as operações eleitorais até que o presidente considere reunidas as condições para que elas possam prosseguir, sob pena de nulidade da eleição na respectiva assembleia de voto.

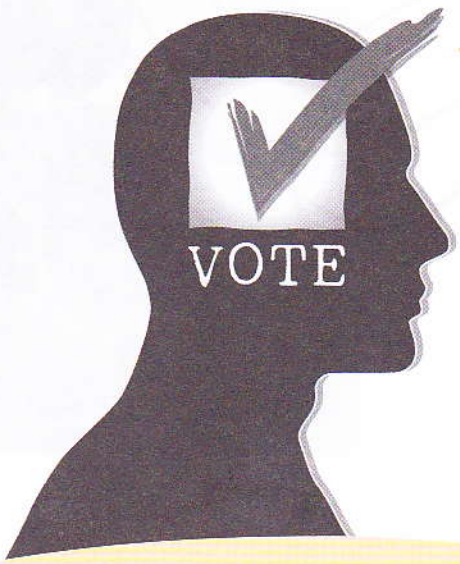
Artigo 79

(Deveres especiais dos profissionais de comunicação social)

Os profissionais de comunicação social que, no exercício das suas funções, se deslocam às assembleias de voto, não devem agir de forma a comprometer o segredo de voto ou a perturbar o acto eleitoral, bem como difundir com parcialidade.

Vocabulário

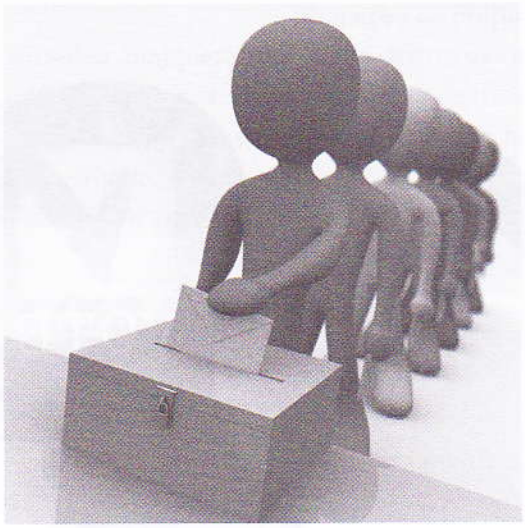
Sufrágio – voto, apoio

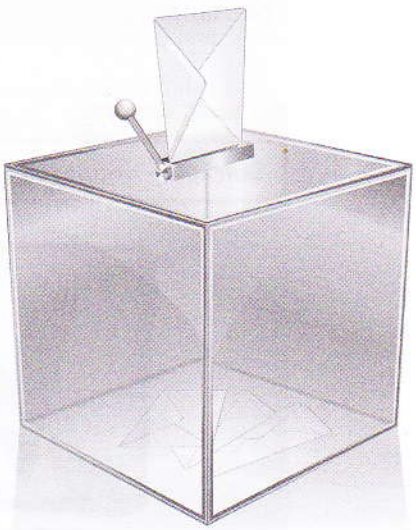


Compreensão/Interpretação

1. «O acto de votar constitui um direito e um dever cívico do cidadão eleitor», artigo 60, ponto 1.
   1.1 Por que razão o acto de votar é, por um lado, um direito e, por outro, um dever do cidadão?
   1.2 Achas que a sociedade moçambicana encara este acto segundo estas duas perspectivas? Se não, refere com qual das duas perspectivas a sociedade moçambicana mais se identifica. Justifica a tua resposta.
   1.3 Concordas com a citação apresentada em 1? Justifica a tua posição.
2. Atenta no artigo 72.
   2.1 Quais são os requisitos necessários para que um indivíduo exerça o seu direito de voto?
3. O artigo 64 versa sobre a impossibilidade de abertura da assembleia de voto.
   3.1 Em que momento tal impossibilidade se verifica?
   3.2 Achas que as razões apresentadas para que tal aconteça são pertinentes?
4. Quando devem ser interrompidas as operações eleitorais e quando devem ser retomadas?
5. Qual tem sido a solução apresentada pelos órgãos eleitorais nos casos em que é impossível repetir as operações eleitorais?
6. «Os presidentes das mesas dão prioridade a alguns cidadãos eleitores, para em primeiro lugar exercerem o seu direito de voto.»
   6.1 Com base no que foi mencionado na citação anterior, assinala com ✗ a opção correcta.

   ☐ a) Homens.
   ☐ b) Funcionários do Estado.
   ☐ c) Deficientes.
   ☐ d) Doentes.
   ☐ e) Idosos.
   ☐ f) Só pessoal médico.





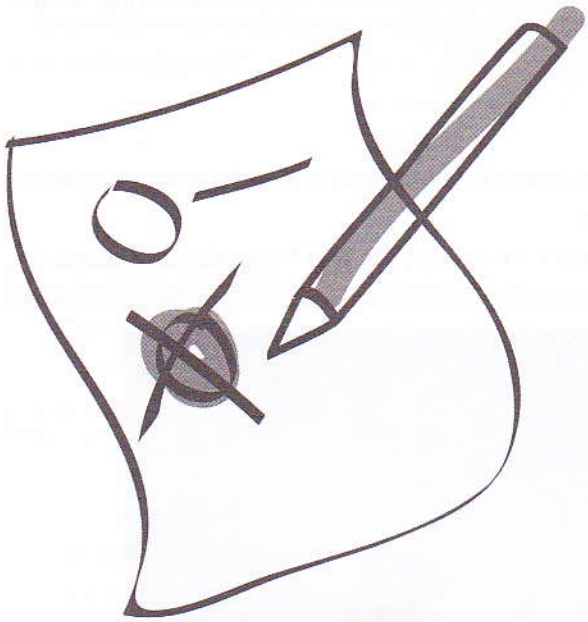
7. Em que circunstâncias se dá por encerrada a votação?
   7.1 Quem orienta o processo de encerramento?
8. Com base no artigo 71, indica, de forma resumida, os passos que devem ser seguidos pelo cidadão eleitor durante a votação.
9. De que forma a assembleia de voto procede para recolher os votos dos indivíduos portadores de deficiência e dos analfabetos?
10. Atenta no artigo 78: «Proibição da presença da força armada».
    10.1 Resume, em pelo menos sete linhas, o artigo em epígrafe.
11. «O direito de **sufrágio** é exercido directamente por cada cidadão eleitor.»
    11.1 Substitui a palavra sublinhada pelo seu sinónimo e forma uma nova frase.

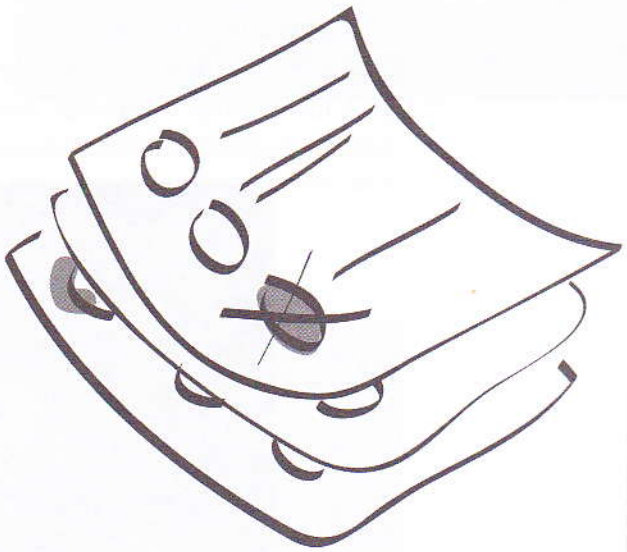
Produção escrita

1. Em cerca de vinte linhas, apresenta o resumo dos artigos 57 a 79 da lei n.º 19/2002 de 10 de Outubro.

Produção oral

1. O artigo 61 versa sobre a confidencialidade do voto.
   1.1 Discute, em conjunto com os teus colegas de turma, até que ponto a falta de sigilo eleitoral pode coagir o outro a aderir à nossa posição eleitoral.





Informação

1. A lei em Moçambique

O estado moçambicano, tal com os outros estados, fundamenta-se na lei para fazer valer o seu espírito de bem servir os cidadãos em geral. Só com base na lei se pode garantir a segurança dos cidadãos e, ainda, fazer com que os mesmos se respeitem uns aos outros.

A ampla participação dos cidadãos na elaboração da lei fundamental traduz o consenso resultante da consciência e da crença de que todos estão empenhados no bem-estar de um país democrático como Moçambique.

Aplicação

1. O que entendes por legislação?
2. Que nome se dá ao indivíduo que se ocupa da elaboração de leis?
3. A que ministério cabe a fiscalização do cumprimento ou não cumprimento das leis do país?

2. Formação de palavras: derivações irregulares

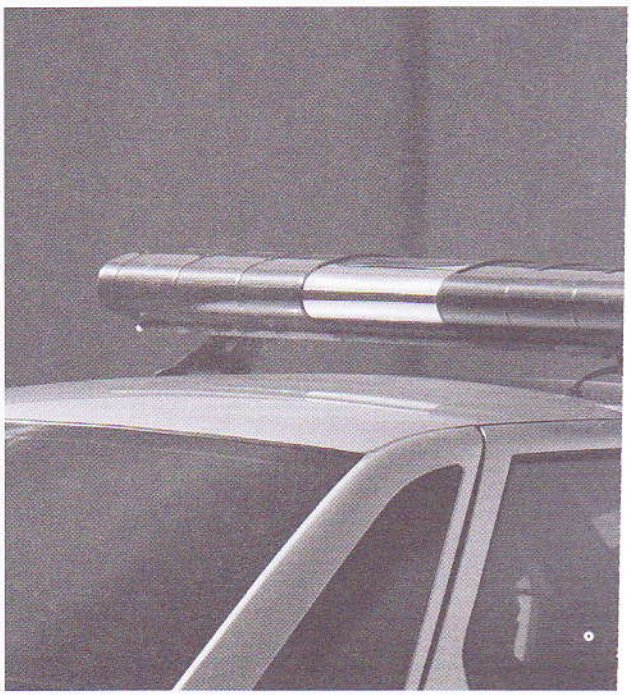
Relê as páginas 14 e 15, na Unidade 1, para relembrar os conhecimentos sobre formação de palavras.

Aplicação

1. Retira do texto normativo que acabaste de ler palavras que tenham sido formadas por meio de derivação irregular.
2. Identificadas as palavras, constrói com as mesmas três frases da tua autoria.

Tema transversal – Declaração dos Direitos Humanos e Democracia – função da polícia num Estado de direito e democrático

A polícia da República de Moçambique, em colaboração com outras instituições do Estado que queiram o bem da sociedade, tem como função primordial garantir o cumprimento da lei, assegurar a manutenção da ordem, salvaguardar a segurança das pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de direito democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.



A polícia da República de Moçambique é apartidária, não se devendo identificar com nenhum partido, nem mesmo com o partido no poder.

No exercício das suas funções, a polícia tem como obrigação obedecer à lei e servir com isenção e imparcialidade os cidadãos e as instituições, sejam elas públicas ou privadas.

A polícia moçambicana é dirigida por um comandante-geral.

É a lei que estabelece a organização geral da polícia, fixa os respectivos ramos, determina a sua função, a sua estrutura e as normas que regem o ingresso na mesma.

Produção escrita

1. Produz um texto expositivo-argumentativo em que apresentes como tese o dever de a polícia moçambicana ser apartidária.

Produção oral

1. Discute com os teus colegas o papel que a Polícia moçambicana tem desempenhado nestes últimos anos, tendo em conta o elevado índice de homicídios de indivíduos pertencentes a esta corporação e o elevado índice de criminalidade que o país tem enfrentado, numa altura em que a própria polícia diz estar a envidar todos os esforços para desmantelar quadrilhas perigosas.

Unidade 12

Textos jornalísticos: artigo de opinião *versus* artigo de fundo/editorial

No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:
   - distinguir artigo de opinião de artigo de fundo/editorial.

2. Sobre o funcionamento da língua:
   - identificar a regência de orações integrantes.

3. Sobre o tema transversal (Saúde e Nutrição: plantio de árvores e saúde pública):
   - participar no combate à erosão e à desertificação;
   - contribuir para a manutenção das condições higiénicas da escola e para a conservação do meio ambiente.

Textos jornalísticos: artigo de opinião *versus* artigo de fundo/editorial

Esta unidade centra-se no estudo do artigo de opinião e na comparação deste com o artigo de fundo/editorial, que foi abordado na Unidade 3.

Quer numa, quer noutra unidade didáctica, tens a oportunidade de contactar com o texto jornalístico e de ensaiar a produção de cada um destes artigos.

Como já vimos, os **editoriais** são textos de um jornal, de uma revista, da imprensa em geral, em que o conteúdo expressa a opinião da empresa, da direcção ou da equipa de redacção, sem a obrigação de ter alguma imparcialidade ou objectividade. Geralmente, os grandes jornais ou revistas reservam um espaço para os editoriais logo nas primeiras páginas internas. Os temas dos editoriais são normalmente demarcados com uma borda ou ou um tratamento gráfico diferente para marcar claramente que aquele texto é opinativo e não informativo. Os editoriais maiores e mais analíticos designam-se por **artigos de fundo**.

O **artigo de opinião** tem um carácter individual – há um indivíduo que expressa uma opinião, que a fundamenta e defende.. Este tipo de texto é sempre assinado.

Aplicação

1. Faz o levantamento das características de um artigo de fundo.
2. Procede ao levantamento das características do artigo de opinião.
3. Confronta as características dos dois artigos e sistematiza as semelhanças e as diferenças entre os dois textos jornalísticos.

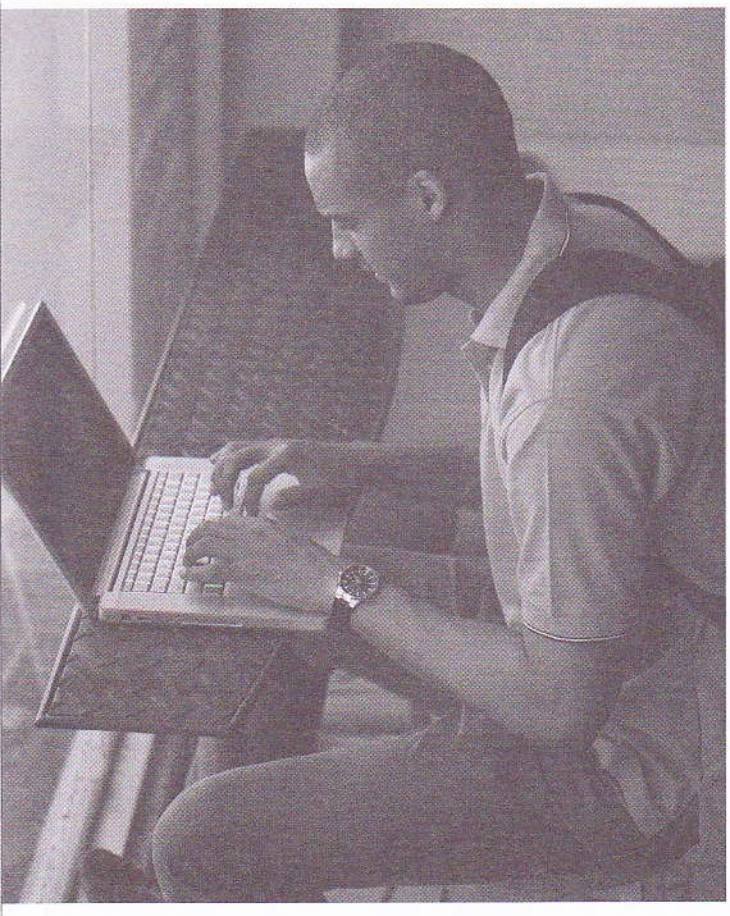
Informação

Orações subordinadas integrantes/conjuncionais

As orações **subordinadas integrantes/conjuncionais** são orações subordinadas introduzidas geralmente pela conjunção subordinativa integrante ***que***. Estas orações desempenham a função de complemento directo do verbo da oração subordinante. Para além do conector ***que***, também pode aparecer o conector ***se***.

Leitura

A carta de condução em informática



Os candidatos a um posto de trabalho vão passar a poder comprovar as suas competências na utilização de computadores. Basta, para tal, que disponham da carta de condução informática.

«A carta de condução informática garante que o seu detentor possui conhecimentos para utilizar as aplicações informáticas mais correntes de uma forma eficiente e produtiva», afirma José Cardoso de Matos.

A política garante que cada cidadão mostre o seu potencial em matéria de manuseamento de equipamento informático. Este potencial passa por processos de demonstração prática das suas competências, em testes conduzidos por especialistas na matéria, cujo objectivo é apurar o nível de verdade da certificação das competências obtidas durante a aprendizagem.

Antes da emissão da carta de condução, que custará cerca de 3000 MT, a entidade controladora do sistema informático confronta os resultados inscritos no cartão de registo com a sua base de dados.

Uma garantia da idoneidade, uma das preocupações da entidade supervisora, é que os dados constantes do cartão confiram as capacidades do cidadão (...). Isto pressupõe que devem existir normas que garantam que a aplicação seja efectiva e equilibrada para todos os cidadãos.

João Ramos, in Nascimento e Pinto, *A Dinâmica da Escrita*, Porto Editora (adaptado)

Funcionamento da língua

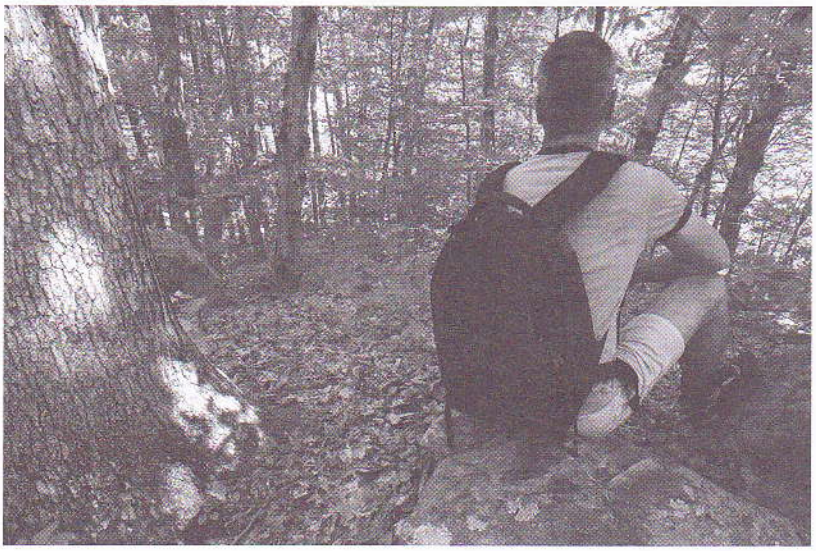
1. Identifica a regência verbal nas orações que constituem o texto.
2. Produz frases em que as orações respeitem a regência verbal.
3. Produz frases complexas em que a relação seja de subordinação, usando especificamente orações subordinadas integrantes.

Tema transversal – Saúde pública e o plantio de árvores

Dia Mundial da Floresta e da Árvore

A comemoração oficial do Dia da Árvore teve lugar pela primeira vez no estado norte-americano do Nebraska, nos EUA, em 1872. John Stirling Morton conseguiu induzir toda a população a consagrar um dia no ano à plantação ordenada de diversas árvores para resolver o problema da escassez de lenha.

A Festa da Árvore rapidamente se expandiu a quase todos os países do mundo. Em 1971, e na sequência de uma proposta da Confederação Europeia de Agricultores, que mereceu o melhor acolhimento da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), foi estabelecido o Dia Mundial da Floresta com o objectivo de sensibilizar as populações para a importância da floresta na manutenção da vida na Terra. No dia 21 de Março de 1972 – início da Primavera no Hemisfério Norte – foi comemorado o primeiro Dia Mundial da Floresta.



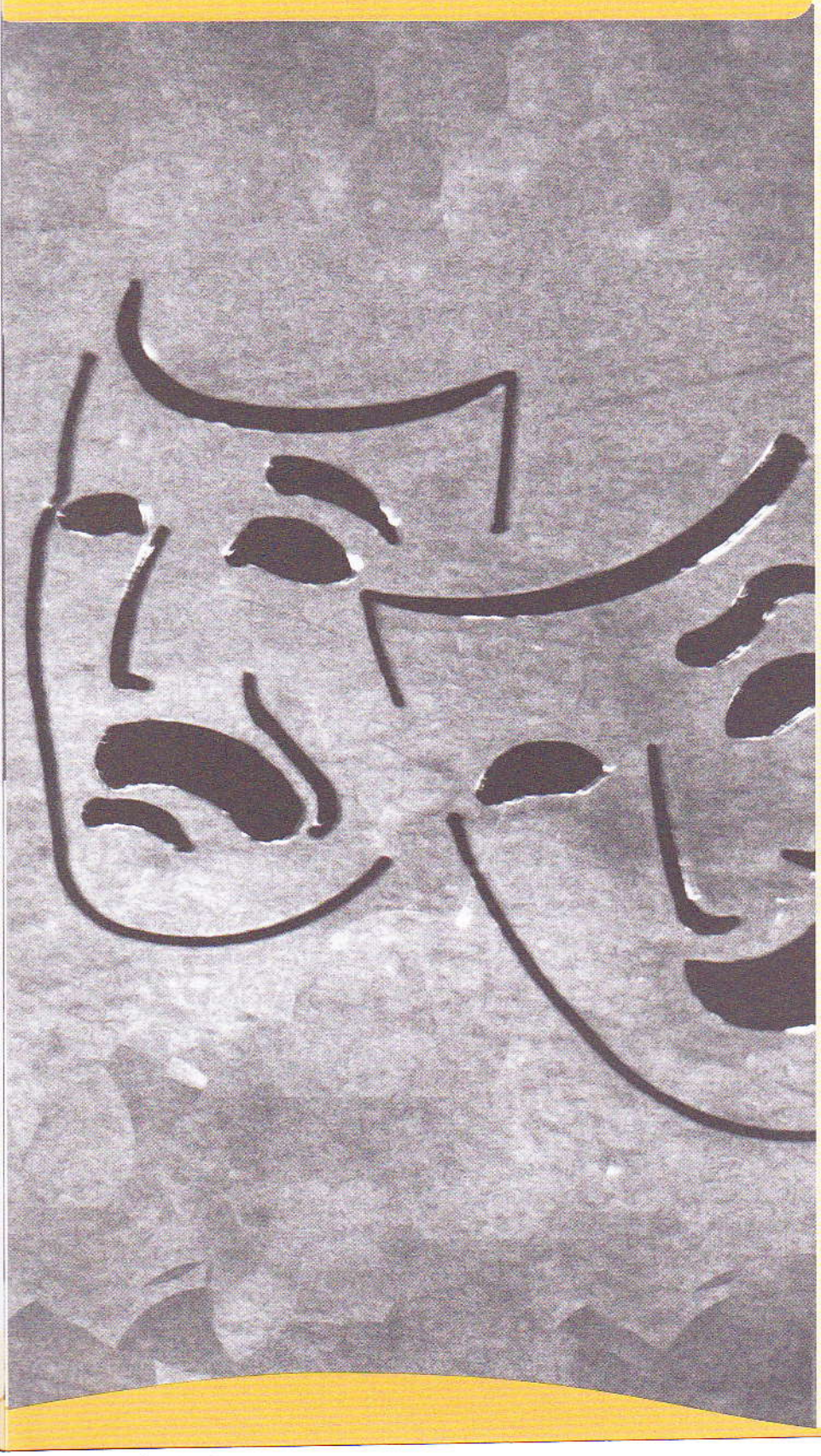
Produção escrita

1. Escreve, em torno da temática *Saúde pública e o plantio de árvores:*
   - um artigo de fundo/editorial;
   - um artigo de opinião.

   Procura incorporar no texto orações integrantes.

Unidade 13

Textos literários: o texto dramático



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:

- identificar o género dramático;
- analisar textos dramáticos e localizá-los no tempo e no espaço;
- distinguir rituais de textos dramáticos;
- diferenciar as características linguísticas dos textos dramáticos moçambicanos de outros não moçambicanos;
- identificar personagens e acções nos textos estudados;
- identificar os diferentes estádios da língua representados nos diferentes textos.

2. Sobre o funcionamento da língua:

- reconhecer as figuras de sintaxe.

3. Sobre o tema transversal (Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA)

- produzir textos dramáticos e organizar esboços de pequenas encenações sobre o combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA;
- dramatizar textos.

Textos literários: o texto dramático

Nesta unidade didáctica, vais aprender outro género textual: o género dramático. Analisarás textos dramáticos, localizando as acções no tempo e no espaço. Deverás ser capaz de distinguir um ritual de um texto dramático.

Tal como as outras tipologias textuais, esta apresenta também um tipo de linguagem que a identifica, ainda que varie de acordo com o estilo do autor de cada um dos textos. Como é óbvio, embora escrevam textos do mesmo género, cada autor tem um tipo de linguagem que o distingue, marcando, de certa forma, uma diferença relativamente a outro texto que tenha sido produzido por outra pessoa. Assim, irás destrinçar os textos dramáticos moçambicanos de outros não moçambicanos, no que diz respeito às características linguísticas.

Leitura

Lê com atenção o texto seguinte.

CENA I – Madalena, Jorge e Romeiro

Jorge – Sois Português?

Romeiro – Como os melhores, espero em Deus

Jorge – E vindes?

Romeiro – Do Santo Sepulcro de Jesus Cristo.

Jorge – E visitastes todos os Santos Lugares?

Romeiro – Não os visitei; morei lá vinte anos cumpridos.

Madalena – Santa vida levastes, bom romeiro.

Romeiro – Oxalá! Padeci muita fome, e não a sofri com paciência; deram-me muitos tratos, e nem sempre os levei com os olhos naquele que ali tinha padecido por mim. Queria rezar e meditar nos mistérios da Sagrada Paixão que ali se obrou... e as paixões mundanas, e as lembranças dos que se chamavam meus segundo a carne travavam-me do coração e do espírito, que os não deixavam estar com Deus, nem naquela terra que é toda Sua. Oh! Eu não merecia estar onde estive; bem vedes que não soube morrer lá.

Jorge – Pois bem: Deus quis trazer-vos à terra de vossos pais; e quando for sua vontade ireis morrer sossegado nos braços de vossos filhos.

Romeiro – Eu não tenho filhos, padre.

Jorge – No seio da vossa família...

Romeiro – A minha família... Já não tenho família.

Madalena – Sempre há parentes, amigos...

Romeiro – Parentes!... Os mais chegados, os que eu me importava achar... contaram com a minha morte, fizeram a sua felicidade com ela; hão-de jurar que me não conhecem.

Madalena – Haverá tão má gente... e tão vil, que tal faça?

Romeiro – Necessidade pode muito. Deus lho perdoará se puder!

Madalena – Não façais juízos temerários, bom romeiro.

Romeiro – Não faço. De parentes, já sei mais do que queria. Amigos tenho um; com esse conto.

Jorge – Já não sois tão infeliz.

Madalena – E o que eu puder fazer-vos, todo o amparo e agasalho que puder dar-vos, contai comigo, bom velho, e com meu marido, que há-de folgar de vos proteger...

Romeiro – Eu já vos pedi alguma coisa, senhora?

Madalena – Pois perdoai, se vos ofendi, amigo.

Romeiro – Não há ofensa verdadeira senão as que se fazem a Deus. Pedi-lhe vós perdão a Ele, que vos não faltará de quê.

Madalena – Não, irmão, não decerto. E Ele terá compaixão de mim.

Romeiro – Terá...

Jorge (*Cortando a conversação*) – Bom velho, dissestes trazer um recado a esta dama: dai-lho já, que haveis mister de ir descansar...

Romeiro (*Sorrindo amargamente*) – Quereis lembrar-me que estou abusando da paciência com que me tem ouvido? Fizestes bem, padre: eu ia-me esquecendo... talvez me esquecesse de todo a mensagem a que vim... Estou tão velho e mudado do que fui!

Madalena – Deixai, deixai, não importa, eu folgo de vos ouvir; dir-me-eis vosso recado quando quiserdes... logo, amanhã...

Romeiro – Hoje há-de ser. Há três dias que não durmo nem descanso, nem pousei esta cabeça, nem pararam estes pés dia nem de noite, para chegar aqui hoje, para vos dar meu recado... e morrer depois, ainda que morresse depois: porque jurei... faz hoje um ano – quando me libertaram, dei juramento sobre a pedra santa do Sepulcro de Cristo...

Madalena – Pois éreis cativo em Jerusalém?

Romeiro – Era: não disse que vivi lá vinte anos?

Madalena – Sim, mas...

Romeiro – Mas o juramento que dei foi que, antes de um ano cumprido, estaria diante de vós e vos diria da parte de quem me mandou...

Madalena (*Aterrada*) – E quem vos mandou, homem?

Romeiro – Um homem foi, e um honrado homem a quem unicamente devi a liberdade... a ninguém mais. Jurei fazer-lhe a vontade, e vim.

Madalena – Como se chama?

Romeiro – O seu nome nem o de sua gente nunca o disse a ninguém no cativeiro.

Madalena – Mas enfim, dizei vós...

Romeiro – As suas palavras, trago-as escritas no coração com as lágrimas de

sangue que lhe vi chorar, que muitas vezes me caíram nestas mãos, que me correram por estas faces. Ninguém o consolava senão eu... e Deus! Veja se me esqueceriam as suas palavras.

Jorge – Homem, acabai!

Romeiro – Agora acabo: sofrei, que ele também sofreu muito. Aqui estão as suas palavras: «Ide a D. Madalena de Vilhena e dizei-lhe que um homem que muito bem lhe quis aqui está vivo por seu mal e daqui não pode sair nem mandar-lhe novas suas de há vinte anos que o trouxeram cativo».

Madalena (*Na maior ansiedade*) – Deus tenha misericórdia de mim! E esse homem... esse homem... Jesus! Esse homem era... esse homem tinha sido... levaram-no aí de onde?... De África?

Romeiro – Levaram.

Madalena – Cativo?...

Romeiro – Sim.

Madalena – Português?... cativo da batalha de...

Romeiro – De Alcácer-Quibir.

Madalena (*Espavorida*) – Meu Deus, meu Deus! Que se não abre a terra debaixo dos meus pés?... Que não caiam estas paredes, que me não sepultem já aqui?...

Jorge – Calai-vos, D. Madalena: a misericórdia de Deus é infinita; esperai. Eu duvido, eu não creio... estas não são coisas para se crerem de ânimo leve *(Reflecte e logo, como por uma ideia que lhe acudiu de repente)* Oh! Inspiração divina... (*Chegando ao romeiro.*) Conheceis bem esse homem, romeiro, não é assim?

Romeiro – Como a mim mesmo.

Jorge – Se o víreis... ainda que fora noutros trajos... com menos anos – pintado, digamos, conhecê-lo-eis?

Romeiro – Como se me visse a mim mesmo num espelho.

Jorge – Procurai nesses retratos, e dizei-me se algum deles pode ser.

Romeiro (*Sem procurar, e apontando logo para o retrato de D. João*) – É aquele.

Madalena (*Com um grito espantoso*) – Minha filha, minha filha, minha filha! (*Em tom cavo e profundo.*) Estou... estás, perdidas, desonradas... infames! (*Com outro grito do coração.*) Oh! Minha filha, minha filha! (*Foge espavorida e neste gritar.*)

Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa* (excerto)

Compreensão/Interpretação

1. A revelação da identidade do Romeiro é realizada por etapas.
   1.1 Identifica a sua nacionalidade e local de residência nos últimos «vinte anos cumpridos».
   1.2 Caracteriza a vida do Romeiro nos Santos Lugares, avaliada por ele mesmo (linhas 8-14).
   1.3 Atenta na fala do Romeiro, linhas 21-23, e interpreta-a (após o peregrino ter revelado que já não tinha família).
      1.3.1 Nesta perspectiva, retira conclusões sobre a pergunta de D. Madalena: «Haverá tão má gente... e tão vil, que tal faça?» (linha 24)
   1.4 Perante a solidariedade que D. Madalena apresenta em seu nome e no de seu marido, como reage o peregrino?
   1.5 Por que reage ele assim?
   1.6 O Romeiro acusa D. Madalena de ter ofendido a Deus. Perante a acusação, como reage a nobre dama?
      1.6.1 Explicita o significado subjacente ao uso do futuro do verbo *ter*, «Terá...», atentando igualmente à pontuação (linha 38).
   1.7 Interpreta a didascália da linha 40.
      1.7.1 Relaciona-a com a expressão «Estou tão velho e mudado do que fui!» (linhas 43-44).
   1.8 O Romeiro afirma que tem de cumprir um juramento que fizera «sobre a pedra santa do Sepulcro de Cristo» (linhas 50-51)».
      1.8.1 Resume as informações mais importantes das falas do Romeiro (linhas 55-56, 58-59, 61-62, 64-67, 69-72).
   1.9 O recado trazido pelo peregrino implica sofrimento. Quem sofreu/sofre/ /sofrerá com a missiva transmitida?
      1.9.1 Esclarece o sentido das expressões «muito bem lhe quis», «aqui está vivo por seu mal» e «de há vinte anos que o trouxeram cativo» (linhas 70-72).
2. A que momento da tragédia clássica corresponde o instante em que o Romeiro aponta para o retrato? Justifica.

Informação

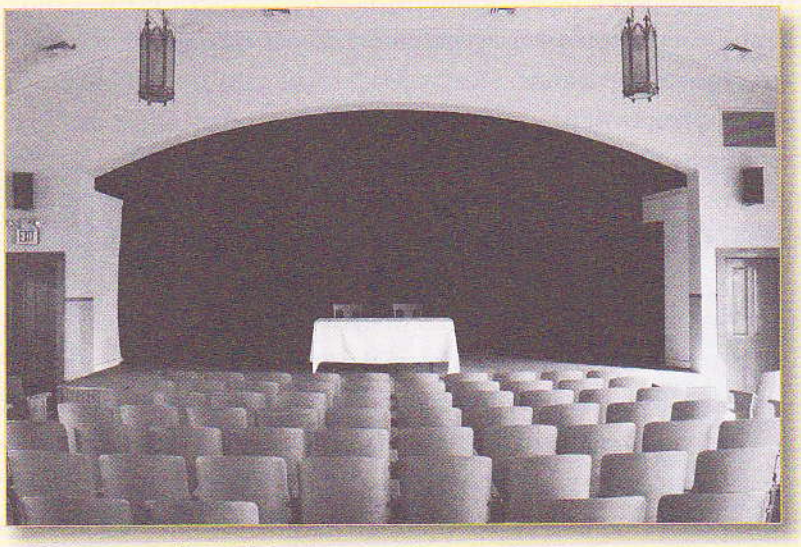
1. Texto dramático

O texto dramático é constituído por um texto principal (isto é, pelas falas a proferir pelos actores no palco) e por um texto secundário (as indicações cénicas ou didascálias).

No texto dramático, como no texto narrativo, existe a narração de eventos e são indispensáveis o espaço e o tempo. No entanto, no texto dramático, é da maior importância a concentração do conflito, ao qual se subordinam os outros aspectos.

A representação cénica no palco constitui a realização do texto dramático, vivido num momento presente, o que não acontece no texto narrativo, nem no texto lírico.

O texto dramático é criado pelo dramaturgo e tem como finalidade ser representado num palco, passando então a ser considerado como texto teatral.



Estrutura do texto dramático

O texto dramático caracteriza-se por ser estruturalmente constituído por um texto principal e por outro secundário, sendo que o primeiro apresenta actos linguísticos realizados pelas personagens que comunicam entre si através de diálogos. No texto dramático podem ainda ocorrer monólogos (não existem réplicas nem interlocutores, embora nele se possam manifestar elementos dialógicos e se possam identificar interlocutores implícitos ou latentes). O texto secundário é formado pelas didascálicas ou indicações cénicas. Estes dois textos funcionam interligados e são cooperantes.

O texto dramático apresenta uma sequência de eventos provocados ou sofridos por agentes, que se desenvolvem num determinado tempo e espaço, real ou fingido.

Segundo o Programa Intermédio do Primeiro Ciclo, Oitava Classe, 2006/7 (2005, pág. 47), a estrutura interna deste tipo de texto organiza as acções em: **apresentação**, **conflito** e **desfecho**, enquanto a estrutura externa o divide em **cenas** e **actos**. O texto dramático vive centrado nas relações entre personagens principais e secundárias, das quais é feito um retrato físico (por caracterização directa) e um retrato psicológico (por caracterização directa e indirecta).

Aguiar e Silva (*Teoria da Literatura*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, pág. 114) afirma que «o texto dramático realiza-se como texto teatral através de um complexo processo (...) o texto "principal" do texto dramático deixa de ser comunicado como um texto escrito submetido às regras, às convenções e ao condicionalismo da comunicação literária para se transformar num texto oralmente realizado por instâncias de enunciação, ficticiamente encadeada por actores e comunicada a espectadores por canal vocal-auditivo».

A realização oral do texto dramático levada a cabo num espaço cénico, implicando a presença de actores e de espectadores, envolve normas e convenções de códigos actuantes na comunicação linguística canónica, mas que no texto teatral adquirem maior relevância e explicitude:

- **Código proxémico** – regula as relações espaciais entre as personagens dramáticas, entre o corpo de actores, entre estes e os objectos do espaço cénico.
- **Código cinésico** – regula os movimentos corporais dos actores, os seus gestos, as atitudes, em particular a sua mímica facial.
- **Código paralinguístico** – regula os factores vocais convencionados e sistematizáveis que acompanham a emissão dos signos verbais, mas que não fazem parte do sistema linguístico.

Como o texto teatral é uma transformação do texto «principal» do texto dramático, apresenta uma estrutura constituída pela presença física dos actores, a acção e os actos linguísticos das personagens, os elementos paralinguísticos proxémicos e cinésicos, os jogos de luz, os elementos musicais e os efeitos do som, que se correlacionam com as personagens dramáticas, com a sua acção e com os seus actos linguísticos. Todos esses signos se revelam em sistemas de significação e de códigos muito heterogéneos.

Características do texto dramático

Sistematizando, o texto dramático é constituído por:

- **texto principal** – composto pelas falas dos actores;
- **texto secundário/didascália** – destina-se ao leitor, ao encenador da peça e aos actores.

Este texto secundário é composto:

- pela listagem inicial das personagens;
- pela indicação dos nomes das personagens no início de cada fala;
- pelas informações sobre a estrutura externa da peça (divisão em actos, cenas ou quadros);
- pelas indicações sobre o cenário e guarda-roupa das personagens;
- pelas indicações sobre a movimentação das personagens em palco, as atitudes que devem tomar, os gestos que devem fazer ou a entoação de voz com que devem proferir as palavras.

A acção é marcada pela actuação das personagens, que nos apresentam a vivência (simulada, reproduzida) de acontecimentos.

O texto dramático caracteriza-se por possuir um autor oculto (o dramaturgo), fingido ou dissimulado, quer em relação às personagens, quer em relação aos receptores, cabendo às personagens, os agentes da história representada que comunicam entre si e com os receptores do texto, a assunção da responsabilidade imediata e explícita das acções e das interacções, sem mediadores intratextuais dos actos de enunciação.

Este género apresenta ainda outras características.

- O autor do texto dramático está geralmente omisso no texto, embora possa marcar a sua presença explicitamente no prólogo (início de uma peça teatral) e no epílogo (final da peça) e em certos textos dramáticos, manifestando-se nas formas pronominais e verbais de primeira pessoa.
- Ausência de narrador.
- Pode realizar-se no espaço real (palco ou estúdio), ou, então, no espaço fingido.
- Presença de personagens principais (protagonistas) e secundárias.
- Divide-se em acções organizadas: apresentação, conflito e desfecho.
- Geralmente, está dividido em cenas e/ou actos.
- É constituído por um texto «principal» e pelo texto secundário.
- Caracteriza-se pelo diálogo (conversação estabelecida envolvendo dois ou mais actores) e pelo monólogo (produção de enunciados de e para um único actor, isto é, de e para si mesmo).

Aguiar e Silva (*Op. cit.*, 1984, pág. 111) apontam como características do texto dramático: «índice elevado de actos ilocutivos e de actos perlocutivos nas réplicas do texto dramático, originando relevantes projecções extratextuais» e ainda que, «quando o texto dramático é concretizado como texto teatral, comporta parâmetros perlocutivos muito acentuados, desde sempre explorados e reconhecidos pela teoria e pela prática do drama na cultura ocidental». Acrescenta ainda o facto de «o texto dramático estar saturado de elementos deícticos (contextualizadores espácio--temporais)».

Este autor defende, além do mais, que neste tipo de texto se nota o uso de um Eu em forma de **discurso directo**, que dialoga com um **Tu**, agindo num espaço que perspectiva e se organiza conceptualmente em função de si mesmo, e o tempo linguístico presente, ao qual se subordinam os tempos linguísticos do passado e do futuro.

Aguiar e Silva (*Op. cit.*, 1984, pág. 612) afirma que «as personagens dramáticas muitas vezes são responsáveis ou marcadas psicológica e moralmente por eventos pretéritos, cujas consequências desempenham uma função nuclear no desenvolvimento da acção – e daí a frequência e a importância dos tempos verbais no passado em textos dramáticos. O presente é o tempo necessário do texto dramático.

Espécies de género dramático

Borregana (*Op. cit.*, pág. 316) advoga a existência de três principais espécies de género dramático, **tragédia, comédia** e **drama**.

Vários autores da obra *Curso de Português* (Edições ASA, Rio Tinto, 1983, pág. 218) são de opinião de que o texto dramático se constitui dos mesmos géneros referidos anteriormente por Borregana, indo mais longe, ao detalhá-los, isto é, definindo cada um dos géneros segundo a sequência que se segue.

Ruínas de teatro grego.

Características da tragédia

Segundo Borregana (*Op. cit.*, 2000, pág. 316), a tragédia caracteriza-se por uma estrutura constituída por um **prólogo** (apresentação do contexto da história); um **párodo** (canto de entrada entoado pelo coro); **três episódios** (peripécias), alternados com três estásimos ou odes corais (cantados pelo coro) e por um **êxodo** (termo da peça, com a saída dos actores e do coro).

A tragédia é constituída pelos seguintes elementos:

- **Personagens** (menos de três): são divinas ou nobres, demonstrando sempre atitudes e linguagens dignas e aristocráticas.
- **Coro**: é o conjunto de cantores, espectadores privilegiados, que comentam, emocionalmente, a acção dramática e lançam, por vezes, presságios.
- **Unidade de acção, de espaço e de tempo**: a peça tem de constar de uma única acção importante passada num único espaço e num período de 24 horas.
- **Destino ou fatalidade**: é a força essencial da tragédia, fazendo recair o castigo sobre o protagonista, aparentemente inocente, embora haja da parte deste a *hybris*, entendida como uma espécie de insolência para com os Deuses, por ignorância ou erro de maldade, que desencadeia a acção fatal.
- **Presságio**: são indícios que prognosticam acontecimentos funestos.
- **Reconhecimento ou anagnórise**: é a passagem da ignorância ao conhecimento. O reconhecimento dá geralmente origem ao clímax.
- **Clímax**: é o ponto mais alto da emoção dramática. É o ponto antecedente à catástrofe, constituindo esta a desgraça e o castigo.

Tragédia

A tragédia é um género teatral originário da Grécia Antiga e tem como foco o desenvolvimento de uma acção dramática, apresentando um desfecho funesto, isto é, que termina com a morte; e o seu objectivo é provocar o terror.

É uma composição que gira em torno de um conflito de grandes interesses e paixões e que tem por fim excitar a piedade ou o terror. Recebe o nome de ópera quando é acompanhada de canto.

Segundo Aristóteles, «tragédia é a imitação de acções de carácter elevado, completa em si mesma, de certa extensão, em linguagem ornamentada e com várias espécies de ornamentos distribuídos pelas diversas partes do drama, imitações que se efectuam não por narrativa, mas mediante actores, e que suscitam o terror e a piedade, tendo por efeito a purificação desses sentimentos.

Comédia

A comédia é a peça de teatro que termina com a harmonização dos contrários em conflito. Pode apresentar situações ou personagens, cómicas, cuja finalidade é, ao mesmo tempo, satírica e de diversão, mas esta não constitui uma condição essencial.

É uma composição sobre um assunto vulgar, normalmente com o intuito de divertir e de moralizar. Toma o nome de **ópera cómica ou ópera bufa** quando é acompanhada de canto, e de farsa quando provoca o riso.

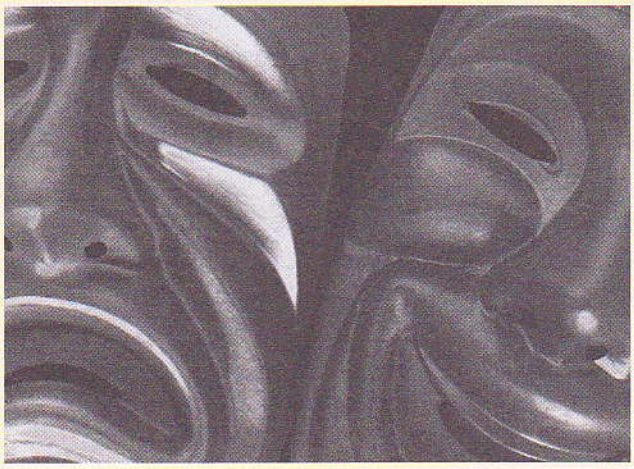
Carrilho e Mondlane (*Português – Oitava Classe*, Diname, Maputo, 1990, pág. 159) definem farsa como sendo uma peça cómica de carácter burlesco.

Ainda acerca da comédia, Carrilho e Mondlane (*Op. cit.*, 1990, pág. 159) consideram-na como um dos tipos de texto dramático, definindo-a como uma peça em que se põe em acção, de um modo jocoso, costumes, caracteres ou factos da vida social.

No entanto, a definição de comédia não se restringe apenas às ideias dos autores acima mencionados, pois Moisés (*Dicionário de Termos Literários*, 1.ª Edição, Editora Cultrix, São Paulo, 1974, pág. 91) coloca em questão o seu entender sobre a comédia e define-a como «imitação de homens inferiores, não todavia quanto a toda a espécie de vício, mas só quanto àquela parte do torpe que é ridículo».

Drama

Em termos literários, o **drama** assume-se muitas vezes como sinónimo de texto dramático, embora também possa ser utilizado no seu sentido vulgar de um acontecimento desagradável. Para além destes diferentes significados (o primeiro, de natureza científica e o segundo, num contexto vulgar), no século XVIII, em que se debatem conflitos trágico-cómicos da classe média e em que a tragédia se mistura com a comédia, mediante a alternância de cenas trágicas e cómicas, o termo surge como um género misto (híbrido) que conjuga características trágicas com formas e acções menos sublimes.



Carrilho e Mondlane (*Op. cit.*, 1990, pág. 159) definem «drama» como sendo «uma composição teatral sobre assuntos sérios, meio-termo entre a tragédia e a comédia; aborda geralmente temas da vida comum, desdobrando-se entre o patético e o comovente».

Na concepção de Moisés (*Op. cit.*, 1974, pág. 161), drama é a «arte de representação em que um actor retrata o comportamento de uma personagem, a qual, por sua vez, revela a vida profunda da personagem».

Este autor classificou como drama toda a peça teatral caracterizada por seriedade ou solenidade, em oposição à comédia propriamente dita.

Entre os vários géneros do texto dramático, destacam-se ainda:

- **Auto** – composição dramática com conteúdo moral ou pedagógico.
- **Comédia** – peça teatral em que se dramatizam de forma cómica, as figuras, os costumes ou factos da vida social.
- **Drama** – peça teatral que geralmente trata de assuntos sérios.
- **Farsa** – peça de carácter popular e burlesco.
- **Tragédia** – peça teatral cuja acção dramática tem um desfecho funesto.
- **Tragicomédia** – tragédia entremeada de acidentes cómicos e cujo desenlace não é trágico.

As personagens do texto dramático

As personagens podem ser classificadas quanto ao relevo:

- **Protagonistas ou personagens principais**: as que têm um papel central são os heróis da obra.
- **Personagens secundárias**: são aquelas cujo papel tem menor relevo na economia da obra.

As personagens podem também ser classificadas quanto à sua composição:

- **Modeladas ou redondas**: são dotadas de densidade psicológica e capazes de alterar os seus comportamentos à medida que os acontecimentos avançam. Revestem-se de complexidade suficiente para constituir uma personalidade bem vincada. Trata-se, neste caso, de uma entidade que quase beneficia do relevo que a sua peculiaridade justifica: é uma personagem que é, ao mesmo tempo, submetida a uma caracterização relativamente elaborada e não definitiva.
- **Planas**: são as personagens que não apresentam densidade psicológica, assumindo sempre acções e reacções previsíveis ao longo do decurso da história, sem sofrer alterações.
- **Tipo**: são as que representam um determinado espaço social, sendo-lhe, portanto, atribuídas características desse grupo social.
- **Colectivas**: são constituídas por um conjunto de indivíduos que actuam em grupo.

Caracterização das personagens

Entende-se por **caracterização** todo o processo de pendor descritivo, tendo como objectivo a atribuição de características descritivas aos elementos que integram uma história, designadamente os seus elementos humanos ou entidades de propensão antropomórfica; nesse sentido, pode dizer-se que é a caracterização das personagens que faz delas entidades identificáveis no universo diegético em que se movimentam e relacionáveis entre si e com outros componentes diegéticos.

No que diz respeito às modalidades de caracterização, pode falar-se em **caracterização directa** e **caracterização indirecta**.

- **Caracterização directa**: consiste na descrição eminentemente estática dos atributos da personagem consumada num fragmento discursivo expressamente consagrado a tal finalidade; a sua execução pode caber à própria personagem **(autocaracterização)** ou a outra entidade, normalmente outra personagem, no caso do texto dramático **(heterocaracterização)**.

Da autocaracterização decorrem irrecusáveis consequências de tipo apreciativo, com óbvias repercussões no retrato finalmente configurado: quem a si mesmo descreve tende a perfilhar uma atitude positiva ou desculpabilizadora, ao passo que a heterocaracterização, revela, em princípio, outra capacidade de análise, favorecendo uma atitude crítica mais intensa.

Caracterização indirecta: constitui um processo marcadamente dinâmico. É, de uma forma mais dispersa, a partir dos discursos da personagem, dos seus actos e reacções perante os outros que o receptor vai inferindo um conjunto de características significativas do ponto de vista psicológico, ideológico, cultural, social, etc.

O espaço e o tempo no texto dramático

O texto dramático, tal como o texto narrativo, engloba as categorias espácio-temporais. São elas que organizam os microcosmos da acção e estão presentes nos cenários e nas didascálicas.

Espaço: o espaço cénico é caracterizado nas didascálias onde surgem indicações sobre pormenores do cenário, efeitos de luz e som.

Coexistem normalmente dois tipos de espaço.

Espaço representado: constituído pelos cenários onde se desenrola a acção e que equivalem ao espaço físico que se pretende recriar em palco.

Espaço aludido: corresponde às referências a outros espaços não representados em cena.

Tal como no texto narrativo, as personagens e o seu discurso remetem para o desenrolar de uma acção. Mas, ao contrário do que acontece no texto narrativo, não há, ao mesmo nível do texto das personagens, nenhuma voz que organize essa acção, ou seja, no texto dramático, sem embargo de uma ou outra excepção, não há narrador, razão pela qual neste tipo de texto o diálogo é predominante.

O tempo é mais ou menos concentrado e os espaços não conhecem a variedade que, na maioria das vezes, o romance apresenta.

A estrutura do texto dramático

Estrutura externa: o teatro tradicional e clássico pressupõe a divisão em actos, que correspondem à mutação de cenários, e em cenas e quadros, que equivalem à entrada ou saída de personagens em cena.

Estrutura interna

- **Exposição**: apresentação das personagens e dos antecedentes da acção.
- **Conflito**: conjunto de peripécias que fazem a acção progredir.
- **Desenlace**: desfecho da acção dramática.

Aplicação

1. Depois de leres a ficha informativa sobre o texto dramático, cabe-te agora o papel de dramaturgo. Reúne um grupo de quatro alunos e registem no vosso caderno as decisões que forem tomando para a elaboração de um texto dramático da vossa autoria.
   1.1 Escrevam o nome de cinco personagens: um rapaz de 20 anos, uma rapariga de 17, um homem de 50, uma mulher de 45 e uma criança de 12.
   1.2 Descrevam cada uma dessas personagens (retrato físico e psicológico).
   1.3 Descrevam um espaço (um cenário).
   1.4 Seleccionem uma data (presente, passada ou futura).
   1.5 Imaginem relações entre essas personagens (amizade, ódio, amor, negócios ou outra).
2. A partir daqui, devem criar um texto dramático com os elementos que registaram anteriormente.
   2.1 Criem um diálogo inicial harmonioso (em que tudo está bem) e em que as personagens se revelem ao público.
   2.2 Inventem uma peripécia (acção que vem criar um conflito entre as personagens).
   2.3 Resolvam esse conflito, criando um desenlace (em harmonia ou de forma trágica).
   2.4 Redijam todo o texto, corrigindo-o e zelando para que não faltem as didascálias.

2. Estilística

Estilística é o estudo das diferentes formas e espécies de estilo e das figuras e ornatos de linguagem. Este estudo visa dar a conhecer a maneira como cada escritor põe em jogo os recursos da sua língua com fins expressivos e estéticos e, por isso, deve permitir determinar as leis gerais que regem a escolha da expressão e a relação existente entre esta expressão e o pensamento (*Curso de Português*, 1983, pág. 268).

Figuras de estilo são formas de expressão que tornam os pensamentos mais expressivos e dão mais beleza, graça e encanto às frases.

Figuras de sintaxe

- **Elipse:** consiste na supressão de palavras fáceis de se subentenderem.

Ex.: «A cada um o que é seu» (= **deve dar-se** a cada um...)

- **Zeugma:** omissão de palavra ou palavras já expressas noutra oração do mesmo período.

Ex.: «O lobo **ataca** com os dentes, o touro com as hastes.» (= ... o touro **ataca**...)

- **Pleonasmo:** emprego de palavras que parecem desnecessárias por repetirem ideias, mas que servem para dar mais força expressiva.

Ex.: «**Vi claramente visto** o lume vivo.» (*Luís de Camões*)

- **Anáfora:** repetição da mesma palavra ou expressão no início de um verso, de uma frase ou de um segmento frásico, para dar realce ao que se repete, pela insistência.

Ex.: «Tinha um berço pequenino
E uma criada velha com seu terço...
Cresci de mais, como destino!
Cresci de mais para o meu berço.» (*José Régio*)

- **Anástrofe:** inversão da ordem normal das palavras na frase para evidenciar um conceito que é colocado numa posição de destaque.

Ex.: «Qual vermelha as armas faz de brancas.» (*Luís de Camões*)

- **Hipérbato:** interposição violenta de um termo ou expressão entre outros que estão relacionados entre si; é uma variação menos violenta da anástrofe.

Ex.: «Casos que Adamastor contou futuros.» (*Luís de Camões*)

- **Anacoluto:** emprego de um termo solto (ou expressão) a que se faz na frase alguma referência. Verifica-se uma mudança de construção já começada por outra de estrutura diferente.

Ex.: «**Quem** te não roga, não lhe vás à boda.» (*Popular*)

- **Assíndeto:** eliminação das conjunções coordenativas copulativas numa enumeração.

Ex.: «Brancos, negros, amarelos, mestiços, todos têm igual direito à cultura, aos benefícios da civilização.»

- **Silepse:** concordância de uma palavra com a ideia que se tem no pensamento e não segundo as regras gramaticais.

«Os dois **passeámos** muito.»

Aplicação

1. Relê o texto de abertura e indica as figuras estilísticas que aí encontrares.

3. Características do texto dramático moçambicano

Antes de caracterizar o teatro moçambicano, importa referir que este ainda está em desenvolvimento. O seu início reporta à década de 1960, quando se revelava uma tendência generalizada para a formação de uma identidade africana, e mais especificamente moçambicana. Lindo Nhlongo foi um dos primeiros autores a inscrever-se nesta dinâmica de teatro nacional. Em 1971, a sua peça *A Conferência Dramática sobre o Lobolo foi* a primeira obra a abordar uma temática exclusivamente africana.

Rogério Manjate defende que o teatro moçambicano resulta da «incorporação dos elementos culturais moçambicanos no teatro, a dança e a música, fazendo-se assim adaptações de textos moçambicanos, contos que tinham a ver com a realidade de Moçambique, ao invés de fazer arte por arte, como se fizera antes, representando os clássicos europeus. Pois fez-se um teatro que se identifica com a cultura moçambicana, "todo o artista tem de ir aonde o povo está"».

A partir deste pressuposto, desenham-se as seguintes características:

1. Após a independência, em 25 de Junho de 1975, Moçambique passou a desenvolver um teatro «revolucionário», informativo e propagandista, destacando os valores de um país independente.
2. O teatro moçambicano é tragicómico, isto é, algumas vezes retrata peripécias trágicas, outras cómicas.
3. O teatro moçambicano retrata uma das riquezas de Moçambique: a grande diversidade cultural.
4. Expõe a estratificação da sociedade moçambicana: a sul do rio Zambeze, apresenta-se uma sociedade patrilinear, e a norte, matrilinear, o que origina grandes diferenças.
5. Sendo um país com uma ampla diversidade linguística, o teatro moçambicano revela cerca de 23 línguas nacionais, o que permite a teatralização do mesmo número de culturas, com as suas inerentes semelhanças e diferenças.

6. Aliada à diversidade linguística, por intermédio do teatro, associa-se a multiplicidade de ritos, de danças e de ritmos musicais moçambicanos.
7. É um teatro de improvisação, de actor, muitas vezes partindo de um mote, e os actores começam a improvisar, construindo a peça, tal como na escrita de um conto ou romance. É por esta razão que existem muitas criações colectivas.
8. O texto dramático ainda não foi exaustivamente explorado pelos autores moçambicanos, o que significa que não existem autores de teatro em Moçambique. Devido à ausência de dramaturgos, tem sido necessário proceder à adaptação de contos.
9. É um teatro de intervenção social, mas com um cariz fortemente artístico.

4. Drama *versus* Ritual

Para uma primeira apreciação destes conceitos, apresentam-se as definições de drama e ritual, sendo que, posteriormente, será apresentada a diferença entre ambos.

Na esteira de Moisés (*Op. cit.*, 1974, pág. 161), drama é a «arte de representação em que um actor retrata o comportamento de uma personagem, o qual, por sua vez, revela a vida profunda da personagem.» Contudo, Areal *et alii* (*Op. cit.*, 1983, pág. 218) afirmam que este tipo de texto dramático se «inspira na realidade da vida presente, baseando-se geralmente no contraste de duas vontades que procuram vencer-se uma à outra.»

Numa outra perspectiva, aborda-se o ritual como um cerimonial que se deve observar na prestação de um culto, consignada num determinado livro, carregando com ele um valor religioso, cultural, simbólico, etc.

De acordo com este ponto de vista, percebe-se que o ritual se distingue do drama pelo facto de este último consistir na encarnação de personagens, ao passo que o primeiro (ritual) tem a ver com a devoção a alguma coisa ou a alguém.

Além disso, no drama um actor encarna em si o *ser* das personagens que surgem numa peça teatral, ou seja, procura imitar as personagens com as quais se identifica até ao mais ínfimo pormenor, tanto no que concerne à maneira de falar e de vestir, como a outras características que identifiquem a personagem. Portanto, o actor mostra os diferentes «eus» de quem retrata.

No que toca ao ritual, não se trata de encarnar uma personagem como tal, mas sim de invocar uma divindade ou venerar alguém ou alguma coisa.

Tema transversal – Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA

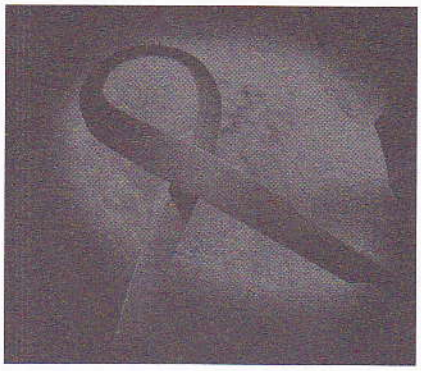
Mais uma vez, voltamos a abordar um tema muito importante na vida das pessoas: o combate à estigmatização de vítimas com HIV/SIDA. Esta insistência deve-se à situação em que o nosso país se encontra, em que a maioria das pessoas, se não está infectada, está, pelo menos, afectada pelas implicações desta doença. Todavia, indicadores de estudos realizados sobre esta matéria encorajam-nos a defender, de forma crescente, que é necessário incluir as pessoas infectadas e/ou afectadas pela pandemia do século nas nossas vidas, uma vez que, realmente, é um mal que atinge todos, sem distinção de sexo, raça, cor política ou estatuto socioeconómico. Por isso, a prevenção é a melhor recomendação.

Produção oral

1. Já promoveste várias sessões de debate acerca da (não) estigmatização. Numa das unidades anteriores, produziste um artigo de opinião e desenvolveste uma campanha de sensibilização junto da comunidade. Actualiza a tua informação sobre esta matéria e discute com os colegas da escola sobre a importância da não estigmatização de pessoas infectadas com o HIV/SIDA.
2. Esta actividade pode ser feita com recurso à formação de microgrupos de debate ou mesmo em mesa-redonda.
3. Discute com os teus colegas a importância da dramatização das acções como forma de educar a sociedade. Esta discussão deve ser efectuada, inicialmente, aos pares e, depois, pode ser estendida a grupos maiores, de cinco elementos, por exemplo. Finalmente, deve ser uma discussão em assembleia-geral, isto é, em plenário, na turma.

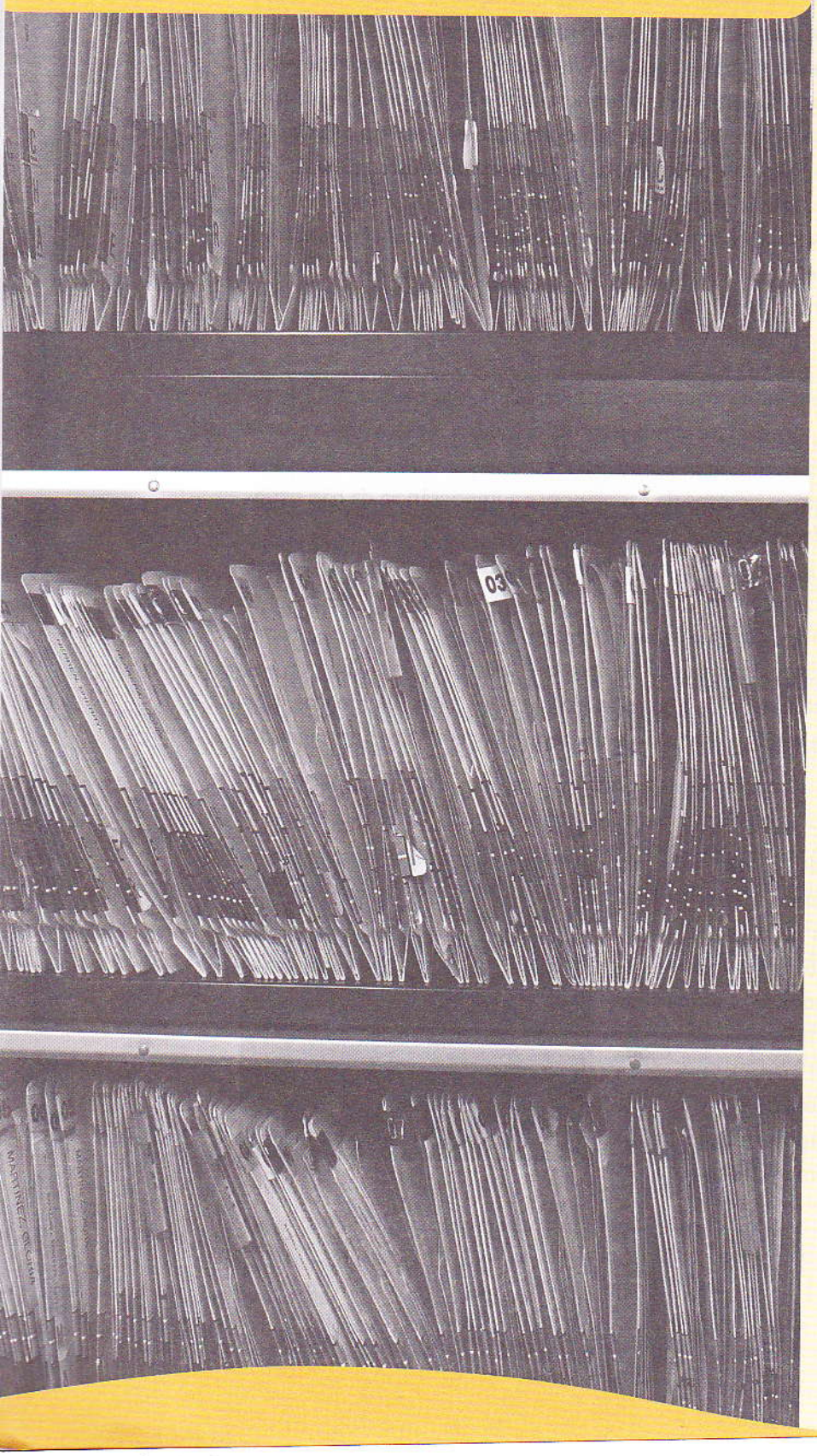
Produção escrita

1. Produz um texto dramático sobre o tema: *Combate à estigmatização de vítimas de HIV/SIDA*, em que as acções se desenrolem no meio rural e o principal objectivo do teu texto seja transmitir mensagens de não descriminação de pessoas afectadas ou infectadas pelo HIV/SIDA.
2. Organiza, com os teus colegas e com o teu professor, uma representação para a tua escola e/ou a tua comunidade.



Unidade 14

Textos de pesquisa de dados: ficha de leitura



No final desta unidade, deverás ser capaz de:

1. Sobre tipologias textuais:

- ler e identificar os principais assuntos de uma obra;
- elaborar uma ficha de leitura analítica e de comentário;
- organizar referências bibliográficas;
- resumir o assunto de uma obra;
- escrever devidamente as citações (usar as aspas);
- tecer um comentário sobre o assunto de uma obra.

2. Sobre o funcionamento da língua:

- usar as orações relativas integrantes no comentário de uma obra.

3. Sobre o tema transversal (A biblioteca):

- usar as técnicas de produção de uma ficha de leitura, numa actividade prática, desenvolvida na biblioteca da escola (ou de um outro acervo bibliográfico próximo).

Textos de pesquisa de dados: ficha de leitura

Na presente unidade didáctica, vamos retomar a abordagem das fichas de leitura.

Como tal, convém que nos recordemos do que são fichas de leitura.

Como referem Quivy e Campenhoudt (*Op. cit.*, pág. 51), uma «ficha de leitura é um momento de um movimento mais alargado, constituído pela leitura sucessiva de conjuntos de textos, em que cada conjunto ajuda a aperfeiçoar os nossos objectivos e estes determinam o novo conjunto a ler».

Então, nesta unidade, não definiremos de novo estes textos, visto que, acima de tudo, nos interessa aplicar as diferentes teorias já aprendidas em trabalho prático. Vamos, portanto, produzir diferentes tipos de fichas.

Leitura

Lê o texto que se segue.

A importância da biblioteca para a promoção de hábitos de leitura

«Ler ou não ler» é, uma vez mais, a questão.

Nas sociedades contemporâneas, a leitura (em contexto escolar, profissional ou de lazer) assume um papel importantíssimo na promoção do desenvolvimento cultural, científico, político e, consequ-entemente, económico dos povos e dos indivíduos. Por isso, tanto se tem reflectido sobre a forma de incentivar e motivar as pessoas para a leitura, em especial as crianças e os jovens, que ainda não criaram e enraizaram esse hábito tão enriquecedor.

Interlocutor privilegiado, pelo tempo que partilha com os mais novos, a escola pode ajudar a criar e a sedimentar hábitos de leitura, quer promovendo e explorando o livro, com temáticas adequadas e atractivas para as correspondentes faixas etárias, quer dinamizando actividades inovadoras e interessantes com livros na biblioteca escolar, quer propondo a navegação em *sites* diversificados que põem o aluno em contacto com a leitura de diferentes suportes, muitas vezes interactivos.

Teresa Gonçalves, in *Educare, Educere. Revista da Escola Superior de Educação de Castelo Branco*, «Moinhos de Vento, Moinhos de Pensamento», Ano IX, N.º 14, Junho de 2003 (adaptado)

Funcionamento da língua

1. Atenta nas frases.
   As bibliotecas são locais **onde** se pode aprender muito.
   As crianças, **cujos** pais as incentivam a ler, sabem muitas histórias.
   As palavras destacadas nas frases anteriores pertencem à classe dos pronomes relativos e iniciam orações relativas. A primeira (***onde***) relaciona-se com a localização, o espaço; a segunda (***cujos***) estabelece uma relação de posse.
   1.1 Redige quatro frases com orações relativas em que uses os pronomes *onde* e *cujo* (cuja/cujos/cujas).

Produção escrita

1. Forma grupos de quatro alunos e, com a ajuda do teu professor, elabora um inquérito sobre os hábitos de leitura e de frequência de bibliotecas.
2. Distribui esse inquérito na tua escola e/ou na tua comunidade.
3. Analisa as respostas dadas aos inquéritos e elabora uma síntese dos resultados.
4. Redige um relatório final (crítico) do desenvolvimento dessa actividade.
5. Lê uma obra narrativa (um romance) da autora moçambicana Paulina Chiziane.
   5.1 Escolhe, de entre as suas obras, o romance que te pareça mais interessante (propomos-te *O Sétimo Juramento* ou *Niketche*).
   5.2 Para verificares se és um bom leitor, capaz de compreender o sentido global de uma obra, depois de a teres lido, procede ao **resumo** do seu conteúdo, sem te esqueceres de antecipar algumas questões por capítulo. Posteriormente, deves responder a essas questões.
   5.3 Preenche uma **ficha de leitura** sobre essa obra. Com a ajuda do professor:
   - identifica o assunto-chave de cada capítulo;
   - sistematiza o assunto-chave da obra;
   - regista as referências bibliográficas da obra;
   - elaborar uma ficha de leitura analítica e de comentário da obra;
   - submeter a tua ficha de leitura à verificação do teu professor.

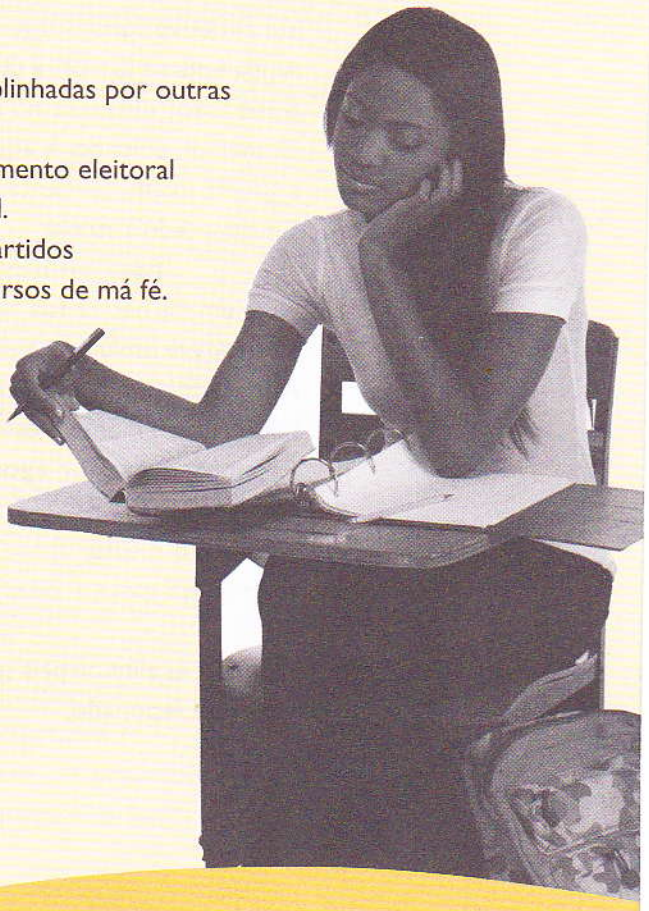
Tema transversal – A Biblioteca

1. Visita a biblioteca da tua escola demorada e calmamente. Escolhe um livro e elabora sobre ele uma ficha de leitura individual. Apresenta essa ficha ao teu professor, para correcção e melhoramento.
   1.1 Por fim, a tua turma deve reunir todas as fichas de leitura elaboradas pelos alunos e fazer um arquivo bibliográfico que entregará à biblioteca e ficará ao dispor da escola para leitores futuros. Estarás assim a contribuir para cativar novos leitores e a ajudar a desenvolver a cultura moçambicana.

Auto-avaliação

1. De entre as opções que se te apresentam entre parênteses, escolhe a correcta e preenche o espaço em branco em cada alínea.
   a) O significado dos termos utilizados numa Lei _____ *(consta, constam, encosta, encostam)* do glossário da mesma.
   b) O recenseamento eleitoral é oficioso, obrigatório e único para _____ *(todas as, todas)* eleições por sufrágio universal.
   c) É dever de todos os cidadãos moçambicanos, residentes no país ou no estrangeiro, com dezoito anos de idade completos ou a completar à data da realização de eleições _____ *(promoverem, promover)* a sua inscrição no recenseamento eleitoral.
   d) A inscrição de um cidadão no caderno de recenseamento eleitoral implica a _____ *(presunssão, presunção, prezunção, prezunssão)* de que tem capacidade eleitoral.
   e) As brigadas de recenseamento eleitoral são constituídas por _____ *(cidadãos, cidadões)* maiores de dezoito anos de idade.
   f) O local de funcionamento da assembleia de voto _____ *(conscide, coincide)*, sempre que possível, com o posto de recenseamento eleitoral.
   g) Toda a pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades _____ *(estabelecidos, estabelecidas)* na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
   h) Toda a pessoa tem direito _____ *(há, à)* vida, ____ *(há/à)* liberdade e _____ *(há/à)* segurança pessoal.

2. Nas frases seguintes, substitui as palavras/expressões sublinhadas por outras equivalentes.
   a) A inscrição de um cidadão no caderno de recenseamento eleitoral implica a <u>presunção</u> de que tem capacidade eleitoral.
   b) Os fiscais dos partidos políticos ou coligações de partidos devem <u>abster</u>-se de apresentar reclamações ou recursos de má fé.
   c) Os bairros de <u>tão longínquo</u> Mandlakazi, tão esverdeados pelas acácias, refrescados pelas águas do Sulué, ficam às moscas no período eleitoral. O povo mostra o seu poder de decisão.
   d) Com <u>euforia</u>, os meninos da minha aldeia levantam bem alto e com heroicidade a bandeira nacional, símbolo vivo do seu compromisso com a pátria.



3. No quadro abaixo, preenche os espaços em branco.

Substantivo	Verbo	Adjectivo	Advérbio
	abster-se		
			constantemente
		presumível	
coincidência			
	universalizar		
			politicamente
		cruel	

4. Atenta nas frases que se seguem e, de entre as conjunções e locuções conjuncionais que se te apresentam, escolhe as mais adequadas para preencher os espaços em branco.
   a) A lei eleitoral _____ deve ser conhecida, _____ respeitada *(não só... mas também/e/nem/quer... quer)*.
   b) _____ o partido no poder _____ os partidos políticos da oposição defendem o desenvolvimento do país *(não só... como/tanto... como)*.
   c) O povo reage _____ *(conforme/não obstante/porquanto)* o seu nível de insatisfação social.
   d) _____ chova _____ faça sol, iremos à escola *(quer... quer/quer... seja/seja... seja/ou... ou)*.
   e) A aula esteve centrada no aluno _____ *(não obstante/por conseguinte/isto é)* houve aprendizagem.
   f) Ainda hoje se lê a obra *Os Lusíadas* _____ *(por isso/embora/no entanto)* o seu autor descanse no Reino de Deus.
   g) O melhor soldado é aquele que não desanima, _____, vai sempre à guerra *(ou melhor/portanto/todavia)*.
   h) Chegava cedo à escola _____ *(nem/porém/para que)* teve maus resultados _____ *(visto que/mas/ portanto)* não assistia a todas as aulas.
   i) Hoje em dia não se fala tanto de Gutemberg como antigamente, _____ *(contudo/por isso/uma vez que)* ele não deixou de ser o pai da imprensa _____ *(entretanto/salvo se/porque)* a História apresentar novos resultados de pesquisas feitas relativamente a esta matéria.
   j) Façamos o melhor agora _____ *(porque/para que)* amanhã não nos culpemos.
   k) Façamos o melhor agora _____ *(porque/para que)* amanhã será tarde.
   l) A preguiça gasta a vida _____ *(porque/como/isto é)* a ferrugem consome o ferro.
   m) Dominguês alinhou pela selecção, _____ *(no entanto/ainda que/sempre que)* estivesse lesionado.

n) _____ *(à medida que/sempre que/ainda que)* o tempo passa, a velhice toma conta dos homens.

o) Fico deslumbrado _____ *(todavia/sempre que)* mergulho na poesia.

5. Assinala a(s) opção(opções) em que há um erro de conjugação verbal em relação ao padrão europeu e corrige-a(s).
   a) Alguns de vós iremos ao estádio?
   b) Se ver à nossa apresentação, terá boa nota.
   c) Sei que mais que a maioria dos assentos estavam ocupados até às 12 horas.
   d) Se vires os faltosos, convida-os para a aula de hoje.
   e) Os meus amigos interviram na conversa.
   f) Logo que revisitar de novo o supermercado recomprarei aqueles brinquedos.

6. Completa as frases seguintes com as formas verbais que melhor se ajustam ao nexo frásico.
   a) Quando nós _____ os livros, nunca mais os devolveremos. *(requisitar)*
   b) Aqueles que não se _____ mal foi decretado o aumento dos preços dos alimentos de primeira necessidade vieram para a rua manifestar-se. *(conter)*
   c) Quem _____ a melhor música deste concurso, ganhará uma viagem a Londres com os *Rockfellers*. *(compor)*
   d) Se o cavalo _____ todos os obstáculos, declarar-me-ão vencedor desta partida. *(transpor)*
   e) Ontem, o polícia _____ os responsáveis pelo assalto ao banco. *(deter)*
   f) Não serei eu quem _____ o troféu, se amanhã a minha equipa ganhar o campeonato. *(erguer)*
   g) _____ -me tanto a sua exposição. *(agradar)*

7. De entre as alternativas que se te apresentam, escolhe a mais apropriada para preencher o espaço em branco.
   a) A turma _____ (gostou/gostaram) da aula de ontem.
   b) _____ (Havia/Haviam) muitos jovens no «Debate da Nação» sobre as manifestações de 1 de Setembro.
   c) A gente _____ (estava/estavamos) sentada, quando os veículos embateram.
   d) A maioria das vítimas da Segunda Guerra Mundial _____ (continua/continuam) a ter problemas físicos ou psicológicos.
   e) Após o Conselho de Ministros de 7 de Setembro passado, grande número de moçambicanos _____ (cantou/cantaram) vitória.

f) Os EUA _____ (é/são) um país rico.
g) *Os Lusíadas* _____ (imortaliza/imortalizam) Luís Vaz Camões.
h) Algum de entre vós _____ (é culpado/sois culpados) pela preocupante qualidade de ensino?
i) Perto de quinhentas crianças _____ (participou/participaram) nas manifestações de 1 de Setembro.
j) A música e a dança _____ (diverte/divertem) qualquer pessoa.
k) O poeta Eduardo White ou a romancista Paulina Chiziane _____ (será eleito/serão eleitos) para o Prémio Literário José Craveirinha.
l) Eu e os meus colegas, após o término das aulas _____ (permaneceremos/permanecerão) na sala para reunirmos com o director da escola.

8. Assinala com X a frase sintacticamente bem construída. Presta especial atenção aos clíticos.
☐ a) A Joana nunca o viu-o.
☐ b) Ontem não lhe vi na escola.
☐ c) Os vigilantes roubaram pão e comeram-no.
☐ d) *Os Maias* nos revelam uma realidade ocidental.
☐ e) Em *Nicketche* se apresenta uma realidade sociocultural moçambicana.
☐ f) Mia Couto é um romancista que nos apresenta uma nova visão de (re) construção da língua portuguesa.
☐ g) Me chamou para ouvir aquela conversa.
☐ h) Te peço perdão, minha filha.
☐ i) Feita a análise, concluiu-se que nenhum empreiteiro era elegível.
☐ j) Durante o debate se colocaram-se vários pontos de vista.

9. De entre as figuras de estilo que te são sugeridas entre parênteses, escolhe a que corresponde a cada construção, circundando-a e fundamenta a tua opção.
a) Não me parecia verdade que elas fossem tão cruéis assim. Afinal, são leoas. *(comparação/sinédoque/metáfora)*
b) Era, sim, um sábio. Pois é, transformou-se num homem sábio como Sócrates. *(metonímia/comparação/elipse)*
c) Bravo! Aquele sacrifício era mesmo para um Hammer. *(sinédoque/catacrese/metonímia)*
d) A vida já me ofereceu quase tudo. Tudo que até é inesgotável... contudo, a mim, ainda me resta uma coisinha: a esperança. *(polissíndeto/zeugma/hipérbole)*
e) Subi, subi e subi... não cheguei. Gritei, gritei, que gritei... ninguém me socorreu. *(ironia/repetição/anacoluto)*
f) Foi, sim: o povo pediu a redução dos preços. *(ironia/silepse/onomatopeia)*

g) Era típico de uma tarde tão quente. Quando eles entraram em cena, o estádio aplaudiu. *(onomatopeia/crase/personificação)*

h) Não te lembras daquela triste e doce madrugada dos dias que lá vão? Da infância... *(eufemismo/ironia/antítese)*

i) Quando as massas se saturam de tanta riqueza ilícita, fazem justiça. *(hipérbole/prosopopeia/eufemismo)*

j) Ó santíssimo! Santíssimo lá dos céus... Deus impaciente... Porque nos criaste? *(apóstrofe/paradoxo/metáfora)*

k) Antigamente, homens fortes, bravos, pujantes... hoje, míseros escravos, sem sol, sem ar, sem razão... *(ironia/gradação/hipérbato)*

l) Não contentamo-nos hoje, embora acompanhemos a contemporaneidade, com a mais antiga profissão. *(eufemismo/antonomásia/perífrase)*

m) Coisas de amor! Lá se foi metendo, metendo, metendo... que mergulhou a cabeça, senão todo o corpo, nas mulheres. *(sinestesia/ironia/hipérbole)*

10. Há vários autores, muitos de vozes discordantes relativamente à funcionalidade de cada elemento de comunicação e as funções de linguagem aplicáveis. Preenche o quadro seguinte.

Função de comunicação	Características
	Tem por objectivo iniciar, prolongar ou encerrar o contacto entre o emissor e o receptor. Predomina também nas mensagens em que se testa o canal. Por exemplo, uma conversa telefónica.
Referencial ou denotativa	
	Utiliza o código como assunto ou explicação do próprio código. Por exemplo, um dicionário.
	Procura influir no comportamento do receptor, por meio de uma ordem, um apelo, um pedido ou uma súplica. Por exemplo, a propaganda em geral.
Emotiva ou expressiva	
Poética	

11. Usa as tabelas abaixo para fazeres uma reflexão sobre os processos de derivação e de formação de palavras.

a) Prefixação e sufixação

Principais afixos	Sentido	Exemplos de palavras
-anzil		
-alhão		
		cabeleira
		envelhecer
-agem		
-mente		
		hemisfério
anti-		
		endotérmico
hiper-		
meta-		
		apóstolo
hipo-		
		petrificar
anfi-		
		catálogo

12. Atenta no quadro que se segue e assinala com X o lugar correspondente ao processo de formação de cada palavra.

	Processo de formação						
	Sufixação	Aglutinação	Prefixação	Justaposição	Parassíntese	Hibridismo	Nenhum
impróprio							
amor-perfeito							
Monsanto							
pedreiro							
anoitecer							
atraso							
burocracia							

13. A palavra «minha» é:
☐ a) Um advérbio. ☐ c) Um pronome possessivo.
☐ b) Uma preposição. ☐ d) Um pronome demonstrativo.

14. Sabiá é:
☐ a) Um mamífero. ☐ c) Um animal quadrúpede.
☐ b) Uma ave. ☐ d) Nenhuma das opções está correcta.

15. O vocábulo «não» é:
☐ a) Um verbo. ☐ c) Um substantivo.
☐ b) Um advérbio. ☐ d) Um advérbio de negação.

16. «Gorjear» significa:
☐ a) Angustiar. ☐ b) Malograr. ☐ c) Trinar. ☐ d) Nascer.

17. «Cismar» é um verbo que se encontra no:
☐ a) Infinitivo. ☐ b) Imperativo. ☐ c) Futuro. ☐ d) Presente.

18. «Cá» e «lá» são:
☐ a) Substantivos. ☐ b) Advérbios. ☐ c) Locuções adverbiais. ☐ d) Preposições.

19. «Que» é:
☐ a) Uma preposição. ☐ c) Um pronome relativo.
☐ b) Uma conjunção. ☐ d) As opções **b)** e **c)** estão correctas.

20. «Canta» é uma forma verbal do verbo *cantar* no:
☐ a) Presente do indicativo. ☐ c) Futuro do indicativo.
☐ b) Pretérito perfeito do conjuntivo. ☐ d) Pretérito perfeito do indicativo.

21. «Exílio» significa:
☐ a) Solidão. ☐ b) Riqueza. ☐ c) Avareza. ☐ d) Vaidade.

22. Gonçalves Dias é de nacionalidade:
☐ a) Portuguesa. ☐ b) Angolana. ☐ c) Brasileira. ☐ d) Cabo-verdiana.

23. Ungulani Ba Ka Kossa, Calane da Silva, Sulemane Cassamo, Antero de Quental e Rui de Noronha são autores:
☐ a) Moçambicanos. ☐ b) Luso-brasileiros. ☐ c) Angolanos. ☐ d) Nenhuma das opções.

24. Assinala com (V) as afirmações verdadeiras e com (F) as afirmações falsas.
☐ a) Inquirir significa colher informações sobre um determinado assunto.
☐ b) Dá-se o nome de inquiridor à pessoa que responde às perguntas de um inquérito.

☐ c) O inquérito difere da reportagem pelo facto de se centrar na demonstração dos factos, ao passo que a reportagem se limita a divulgá-los ao público em geral, sem os demonstrar.

☐ d) Os principais objectivos do inquérito são:
- Formular boas perguntas.
- Estimar grandezas absolutas e relativas.
- Fazer perguntas fechadas.
- Usar uma linguagem clara e objectiva.

☐ e) As variantes do pronome relativo «cujo» são:
- Cuja, donde, cujos, desta.
- Cuja, cujos, cujas.
- Aonde, donde, desta.
- Cuja, aonde, como.

25. Completa as frases seguintes usando os pronomes «cujo» e «onde».
a) Os alunos da escola _____ fiz o meu estágio de Práticas Pedagógicas disseram-me que gostavam muito da poesia de Luís de Camões.
b) O aluno _____ pai o impedira de praticar desporto diz gostar mais de futebol do que de andebol.
c) Todos os alunos _____ nacionalidade é zimbabweana têm muito bons resultados na disciplina de Inglês.
d) A carteira _____ o Zulficar se encontrava sentado ontem partiu-se.
e) As meninas _____ notas são muito boas na disciplina de Português não farão o exame.
f) As escolas _____ efectivo de professores de Português é constituído por professores com formação psicopedagógica têm melhores resultados.

26. Tendo como base o excerto da «Lei n.° 19/2002 de 10 de Outubro», assinala as afirmações verdadeiras com a letra (V) e as falsas com a letra (F).
☐ a) O recenseamento eleitoral não constitui um imperativo para os cidadãos, ou seja, um indivíduo pode ou não recensear-se que não sofrerá nenhuma represália.
☐ b) São considerados eleitores todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade, desde que tenham dezoito anos de idade ou mais.
☐ c) São impedidos de votar os indivíduos que estejam sob prisão preventiva, por decisão judicial.
☐ d) Um indivíduo que seja funcionário da justiça ou magistrado judicial pode ser eleito; apenas os que desempenham funções de chefia na área das Finanças é que não podem gozar de tal direito.

☐ e) A campanha eleitoral não constitui motivo para que os indivíduos que se candidatam a determinados cargos deixem de exercer temporariamente as suas funções.

☐ f) Nenhum candidato deve ser preso, a não ser por ter cometido um crime punível com pena de prisão maior.

☐ g) Não gozam de capacidade eleitoral passiva aqueles indivíduos que, judicialmente, tenham sido considerados de fácil correcção.

27. Das opções abaixo, escolhe apenas a que considerares correcta. Unicidade de voto significa:

☐ a) A permissão de cada eleitor votar duas vezes.

☐ b) Que o eleitor pode votar duas vezes desde que passem trinta minutos após a primeira votação.

☐ c) Que o eleitor pode votar duas vezes desde que não o faça na mesma assembleia de voto.

☐ d) Que ao eleitor só é permitido votar uma única vez.

28. O voto é presencial quando:

☐ a) O eleitor exerce o seu direito na assembleia em que se inscreveu.

☐ b) O eleitor se faz presente em qualquer assembleia de voto.

☐ c) O eleitor exerce o seu direito em qualquer assembleia.

☐ d) Nenhuma das opções está correcta.

29. Um cidadão só pode votar:

☐ a) Se o seu nome constar do caderno de recenseamento e se for reconhecido pelos membros da mesa da assembleia de voto.

☐ b) Apenas se tiver 18 anos e mesmo que o seu nome não conste da lista.

☐ c) Se for reconhecido por um dos membros da mesa da assembleia de voto.

☐ d) Todas as opções estão correctas.

30. A assembleia de voto abre:

☐ a) Quando existir no local um número considerado suficiente para iniciar os trabalhos.

☐ b) Às 6:30h da manhã.

☐ c) Assim que estiverem, pelo menos, 20 pessoas no local.

☐ d) Todas as opções estão erradas.

31. A impossibilidade da abertura da assembleia de voto não acontece nos casos em que:

☐ a) Haja perturbação da ordem pública no local.

☐ b) Os cidadãos estejam em número reduzido.

☐ c) Haja informação de que houve escaramuças no dia anterior no local.

32. A ordem de votação é:
- ☐ a) Votam em primeiro lugar os mais idosos.
- ☐ b) Primeiro as mulheres grávidas.
- ☐ c) Votam primeiro aqueles que tiverem chegado em primeiro lugar.
- ☐ d) Todas as opções estão correctas.

33. O artigo de opinião e o artigo de fundo enquadram-se:
- ☐ a) Nos textos de pesquisa de dados.
- ☐ b) Nos textos normativos.
- ☐ c) Nos textos dramáticos.
- ☐ d) Nos textos didácticos ou científicos.

34. Diz-se que o artigo de opinião é um texto dissertativo porque:
- ☐ a) Apresenta apenas teses e não as argumenta.
- ☐ b) O escritor apresenta os seus pontos de vista e defende-os.
- ☐ c) Contém apenas exposição de ideias.
- ☐ d) Não se expõe nenhuma ideia, apenas se cita.

35. A persuasão, característica incontornável do artigo de opinião, consiste em:
- ☐ a) Convencer o destinatário.
- ☐ b) Fazer com que o emissor convença o seu destinatário.
- ☐ c) Fazer com que o emissor convença o destinatário a aderir à opinião apresentada.
- ☐ d) Não tem nenhuma função no texto.

36. O que entendes por verbos de separação?

37. Forma quatro frases, empregando, logicamente, em cada uma delas, um verbo de separação.

38. Substitui os verbos pelos seus sinónimos, de modo que o significado da frase não seja alterado.

39. A intenção comunicativa do autor de um texto multiusos é:
- ☐ a) Informar.
- ☐ b) Persuadir.
- ☐ c) Apelar.
- ☐ d) Convencer.

40. No texto multiusos, o uso de conectores discursivos é inevitável. Eles têm a função de:
    - ☐ a) Aumentar a dimensão do texto.
    - ☐ b) Fornecer pormenores sobre o texto.
    - ☐ c) Estabelecer a ligação entre as ideias apresentadas no texto.
    - ☐ d) Tornar o texto compreensível.

41. Qual era o significado de «mutxongoyo» para as famílias que tivessem um ente querido a trabalhar na vizinha África do Sul?

42. Por que é que esta dança era sempre praticada no mês de Agosto?

43. «Dada a força que exigia, o «mutxongoyo» era dançado principalmente por homens.»
    a) Reescreve a frase anterior substituindo a primeira palavra sublinhada por outra de sentido equivalente.
    b) Classifica morfologicamente a segunda palavra sublinhada.

44. «Os dançarinos vestiam-se com peles de animais com as quais faziam um cinto ao qual amarravam outras tiras de pele, para depois abanarem durante a dança.»
    a) Em que tempo verbal se encontram as formas verbais sublinhadas?
    b) Passa-as para o pretérito perfeito do modo indicativo.

45. Define texto dramático.
    a) Dá exemplos de textos dramáticos.

46. Refere a importância que as didascálias têm no texto dramático.

47. Explica, por palavras tuas, o que entendes por acto e cena.

48. Disserta sobre a constituição do discurso dramático.

49. Apresenta as características do texto dramático moçambicano.

50. Na tua opinião, o que é que distingue o texto dramático dos outros géneros textuais?

51. O que entendes por ficha de leitura?

52. O que distingue a ficha de leitura da ficha bibliográfica?

53. Elabora uma ficha bibliográfica de uma obra literária à tua escolha.

Ficha técnica

Título: *Pré-Universitário – Português 12*

Editor: Longman Moçambique

Impressão e acabamentos: Creda Communications

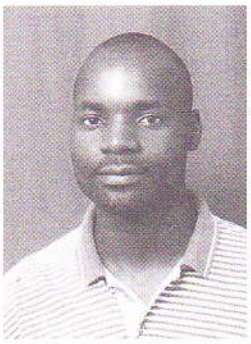
N8789

Autores:

Isabel Arnaldo Fernão

Bacharel em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Maputo. Professora de Português desde 2008, leccionando, actualmente, a disciplina de Português da 12.ª Classe na Escola Anglicana São Cipriano. Tem organizado e conduzido diversas palestras destinadas a despertar nos alunos o gosto pela leitura. É autora de vários textos poéticos, expositivo-argumentativos, crónicas, entre outros.

Nélio José Manjate



Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Maputo. Docente de Língua Portuguesa entre 2001 e 2006. Além da docência, participou em seminários de transformação curricular do Ensino Básico e do Ensino Secundário Geral, tendo sido, posteriormente, facilitador ao nível distrital. Participou, ainda, em fóruns do Ensino Secundário e Técnico-Profissional de Gaza. Actualmente, é coordenador do projecto ELMA – Leitura e Escrita, na organização Save the Children, vocacionado para a promoção da leitura e da escrita desde a tenra idade, aplicando estratégias interactivas/participativas de ensino e aprendizagem.

© Longman Moçambique, Lda.

Avenida 24 de Julho, n.º 776

Maputo, Moçambique

Créditos Fotográficos

@ Dreamstime.com:

p. 6: Alexmillos; Stephen Finn; **p.13:** Rafael Angel; Irusta Machin; **p.16:** Fabrizio Mariani; **p.18:** R. Gino Santa Maria; **p. 25:** Fouquin Christophe; **p. 26:** David Snyder; **p.28:** Ina Sidorova; **p.30, 59:** Dmitry Skutin; **p. 35, 109:** Michael Brown; **p. 36:** Yelena Panyukova; **p. 37:** Okea; Cliff Lloyd; Elena Elisseel; **p. 38:** Photoeuphoria; **p. 42, 103:** Hongqi Zhang; **p. 49:** Connie Larsen; Razorxt; **p. 50:** Wd2007; James Steidl; Dileepkumarvs; Kireevdmitry; **p.51:** Cienpies Design; **p.52:** Lucien Coman; **p. 64:** Siberia; **p. 65:** Picsfive; **p. 73:** Sergey Galushko; **p.74:** Casaalmare; **p. 75:** Pailoolom; **p. 77:** Demetrio Macarenas; **p. 79, 116, 139:** Monkey Business Images; **p. 81:** Stephen Coburn; **p. 82:** Jason Stitt; **p. 89:** Samrat 35; Ronfromyork; **p.90:** Rozana Gonzáles; **p.95:** Valentin Garcia; **p. 96:** Stefan Marin; **p.98:** Duc Minh Tang; **p. 103:** Ximagination; **p. 104:** Vladek; **p. 111:** Madartists; **p. 112:** Konstantinos Kokkinis; Laurent Renault; **p. 113:** Elena Torre; **p. 114:** Webdata; **p. 115:** Ia 64; Pixel-pizzazz; **p. 117:** Wieslau Fila; **p. 119:** Dyscoh; **p. 120:** Romantiche; **p. 121:** Billyfoto; **p. 125** Jim Parkin; **p. 126:** Skillividden; Rory Daniel; **p. 127:** Avant-G; **p. 128:** Alexandre de Fagundes; **p. 130:** Klotz; **p. 137:** Krishnacreations **p. 138:** Retina 20; **p. 141:** Lev Olkha

@ Centro de Formação Fotográfica (CDFF), Maputo, Moçambique

p.7: Acamo Daniel Maquinasse; **p. 39, 83:** Ricardo Rangel; **pp.62-63:** CDFF; **p. 69:** Francisco Munia

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, etc.) sem o consentimento prévio da Editora, abrangendo esta proibição o texto, a ilustração e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no Código dos Direitos de Autor, D. L. 4 de Fevereiro de 2001.

© Maputo – 2010 Longman Moçambique, Lda., 1.ª Edição

ISBN 9780636097049

Registado no INLD sob o número: 6695/RLINLD/2010

SÍMBOLOS DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Bandeira

Emblema

Hino Nacional

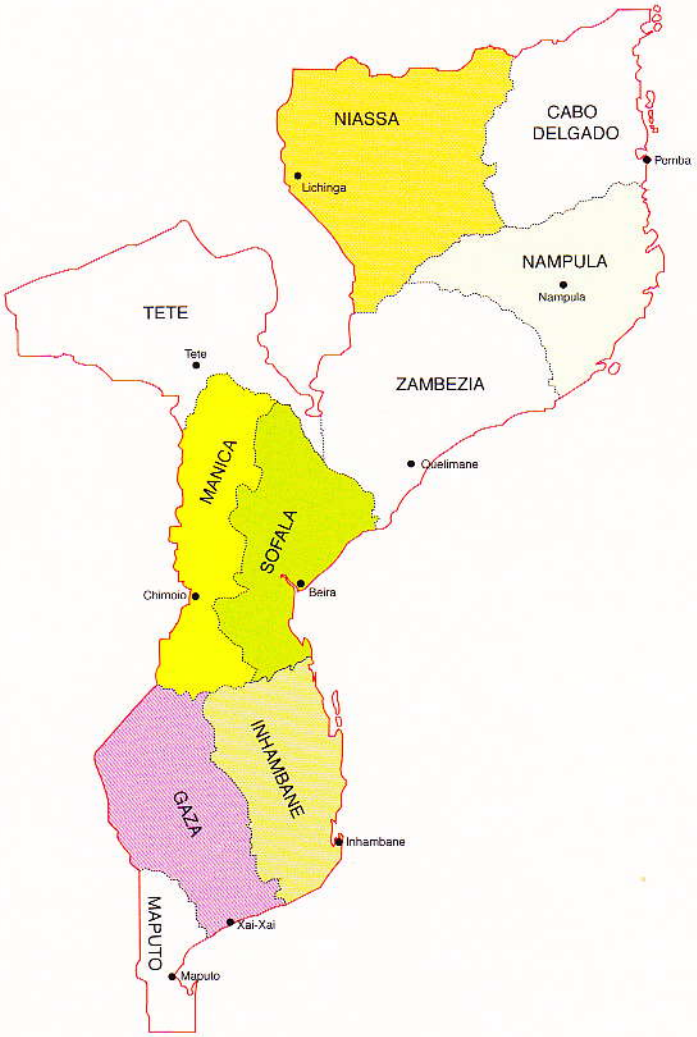
Pátria Amada

Na memória de África e do mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique o teu nome é liberdade
O sol de Junho para sempre brilhará.

Coro
Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo o novo dia
Milhões de braços, uma só força
Ó pátria amada vamos vencer.

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela paz
Cresce o sonho ondulado na Bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã.

Flores brotando no chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios pelo mar
Nós juramos por ti, ó Moçambique.
Nenhum tirano nos irá escravizar.



ISBN 978-06360-970-4-9
9 780636 097049

Lon
Moça